

GABRIELE DE SOUZA E CASTRO SCHUMM

**UM ESTUDO ENUNCIATIVO SOBRE POLITICA DE
LINGUAS E MUDANCA LINGUISTICA**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo R. J. Guimarães

Tese apresentada ao Instituto de
Estudo de Linguagem (IEL) da
Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Doutor
em Lingüística.

Campinas
2009

**Sch8
6e**

Schumm, Gabriele de Souza e Castro.

Um Estudo enunciativo sobre política de línguas e mudança lingüística / Gabriele de Souza e Castro Schumm. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Mudança lingüística. 2. Línguas em contato. 3. Enunciação. 4. Lingüística histórica. I. Guimarães, Eduardo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: An Enunciative Study on Politics of Languages and Linguistic Change.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Linguistic change; Languages in contact; Enunciation; Linguistic history.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (orientador), Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini, Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa, Profa. Dra. Maria Onice Payer e Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira.

Data da defesa: 14/04/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Saíla Elias de Oliveira

Maria Clara Paixão de Souza

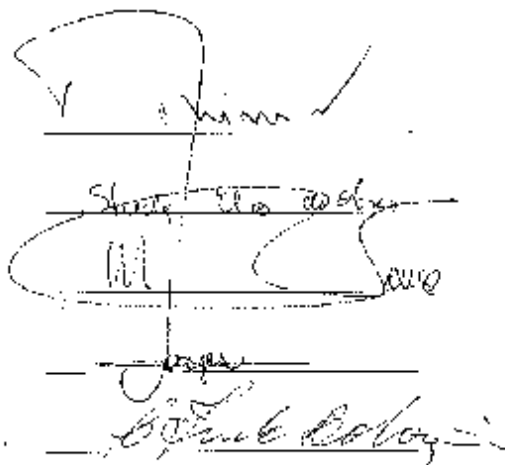
Maria Orice Payer

Carmen Zink Bolognini

Leuro José Siqueira Baldini

Ana Maria Di Renzo

Leila Salomão Jacob Bisinotto


The signatures are handwritten and written over horizontal lines. The first signature is for Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. The second is for Saíla Elias de Oliveira. The third is for Maria Clara Paixão de Souza. The fourth is for Maria Orice Payer. The fifth is for Carmen Zink Bolognini. The sixth, seventh, and eighth lines are empty.

UEL/UNICAMP
2009

Dedico esta tese a meus pais, por todo o apoio que me deram e todos os esforços que fizeram para eu chegasse até aqui e pudesse concluir mais esta etapa de minha vida.

Agradecimentos

Encerro aqui não apenas este doutorado, mas um longo percurso, iniciado em 1998, no início de minha graduação aqui no IEL

Tendo em vista o fim dessa longa etapa, os agradecimentos são mais que necessários, são fundamentais, pois muitos foram aqueles me acompanharam até aqui.

Agradeço especialmente aos moradores de Friburgo que me acolheram e estiveram sempre dispostos a me ajudar de todas as formas possíveis seja na coleta dos dados propriamente, seja na hospitalidade com que me receberam em suas casas. Não posso esquecer a professora Olga Von Simson que me forneceu o material inicial sobre o bairro de Friburgo, instigando meu interesse sobre esta comunidade tão particular.

À professora Carmen Zink com quem iniciei na pesquisa acadêmica e esteve presente nesse trabalho, fazendo parte da banca de qualificação e está aqui hoje no fechamento dessa jornada.

À banca de qualificação, composta pelas professoras Carmen Zink e Maria Clara Paixão de Sousa ,que com sua intervenções, no momento do exame, e após ele, me fizeram voltar ao trabalho com um olhar mais crítico, permitindo que ele se concluísse com a qualidade necessária.

Ao professor Eduardo Guimarães, um agradecimento especial, aquele que há muito tempo deixou de ser meu orientador, e tornou-se meu professor.

Aos meus “co-específicos” Fernanda e Jaqueson, entre algumas lágrimas e o cansaço que às vezes surgia, me amparavam com palavras doces e sorrisos cúmplices.

A Gil, minha companheira, do muro das lamentações,

A “meine liebe” Jana que mesmo tão longe se manteve perto;

Ao Leandro, e ao Fabiano, os irmãos escolhidos, e a Natalie a irmã de sangue e de coração.

Aos amigos dos cafezinhos, das cervejas, dos bate-papos, àqueles do outro lado do oceano, amigos importantes para o afastamento necessário do texto e a aproximação mais que importante das pessoas que me ajudaram a seguir em frente. (Ana, Angélica, Isabelle, Laurent, Alberto, Sofia, Emilio, Roberto, Carolina, Julia, Daniel, Kassandra, Livia, Sal, Rosley, Celso, *etc*). Esse *etc* representa o nome de muitos que ficaram de fora, mas que também tiveram e têm seu lugar nesta jornada e na minha vida.

Ao “meu lindo” Marcelo, meu porto seguro, nos momentos em que a dificuldade era grande, o cansaço era maior e o fim parecia tão longe, um abraço, uma palavra e o apoio mais sincero estiveram sempre a minha disposição.

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

Essa tese visa discutir, a partir do conceito de espaço de enunciação, a relação de línguas e, nesta medida, a mudança lingüística. Tendo em vista a importância da discussão da questão do contato de línguas para os trabalhos sobre mudança lingüística, pensar a relação de línguas, não como algo circunstancial de uma situação de bilingüismo, mas como parte do funcionamento da língua, possibilitou que, a partir do conceito de espaço de enunciação, se apresentasse um outro modo de tratar a mudança, distinto daquele que as teorias lingüísticas têm apresentado.

O espaço de enunciação se configura como um espaço de relação de línguas que funcionam sempre em relação a outras línguas se dividindo, se refazendo e se tornam outras. Mas em que sentido a língua se torna outra?

Para dar materialidade a esses questionamentos, analisamos um espaço de enunciação particular, o de Friburgo, bairro de descendentes de alemães, localizado na divisa de Campinas com Indaiatuba. A partir da análise do material lingüístico coletado, foi possível atestar que pela relação do português com o alemão este se tornou materialmente outro. Levando em consideração a diferença desse alemão em relação ao alemão falado na Alemanha, discutimos, neste trabalho, os sentidos da mudança e o modo como isso afeta os falantes e a lingüística.

Palavras-chave: mudança lingüística, línguas em contato, enunciação, lingüística histórica.

Abstract

This thesis aims to discuss, from the concept of enunciation space, the relation of languages, and in this measure, linguistic change. Keeping in mind the importance of discussion about the question of language contact for works about linguistic change, to think in relation to languages, not as something circumstantial of a bilingual situation, but as part of the functioning of language, enabled that from the concept of enunciation space, another manner, distinct from what the other linguistic theories of approaching the change, would present itself.

Enunciation space sets itself as a relation space of languages that always work in relation to other languages, dividing, remaking themselves and becoming others. But in what sense makes the language become another?

In order to give materiality to these questions, we analyzed a particular enunciation space, Friburgo, a neighborhood of German descendants, located on the border of Campinas and Indaiatuba. From analysis of the linguistic material that was collected, it was possible to witness that through the relation of the Portuguese with German, it materially became another. Taking into consideration the difference between this German and the German spoken in Germany, in this work we discuss the meanings of the change and the way that it affects speaker and linguistics.

Um estudo Enunciativo sobre Política de Línguas e Mudança Lingüística

SUMARIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	
1. Contato de línguas	31
1.1 Empréstimos	33
1.2 O contato para Schuchardt	38
1.3 O produto do contato – a língua crioula	40
1.4 O contato para Peter Auer	53
CAPÍTULO II	
2. A relação de línguas do/no Espaço de Enunciação	63
2.1 O Funcionamento Espaço de Enunciação do Brasil	68
2.2 O Alemão no Espaço de Enunciação do Brasil/ de Friburgo	74
2.3 A Relação de Línguas e a Mudança	76
CAPÍTULO III	
3. O Espaço de Enunciação de Friburgo	83
3.1 Espaço de Enunciação no Brasil	84
3.1.1 A chegada dos imigrantes no Brasil	89
3.2 O Estado Novo na constituição dos Espaços	97
3.3 Regulação do Estado Novo e o Espaço de Enunciação	111
3.3.1 Procedimento de Análise	111
3.3.2 As regulamentações do Estado Novo	114
3.3.3 Nacionalização da educação	118
3.3.4 Manifestações religiosas	123
3.3.5 Algumas considerações gerais	124
3.4 O espaço de Friburgo	126
3.5 Considerações Finais	130
CAPÍTULO IV	
4. A Relação do alemão e português	135
4.1 O Corpus	135
4.2 Descrição dos Dados	139
4.2.1 Entrada de nomes da língua portuguesa no alemão, sem funcionamento estrutural do alemão	155
4.2.2 Entrada de nomes da língua portuguesa no alemão afetando algum funcionamento estrutural do alemão	159

4.2.3 Alteração do funcionamento da determinação no SN	161
4.3 Algumas considerações	174

CAPÍTULO V

5. Mudança – Processo ou Produto	179
5.1 O presente da mudança	180
5.2 A formação das línguas nacionais	190
5.3 A formação das línguas nacionais e a lingüística	198
5.4 Mudança no espaço de enunciação e identificação dos falantes	205

CONCLUSÃO	217
BIBLIOGRAFIA	223

Um Estudo Enunciativo sobre Política de Línguas e Mudança Lingüística

Introdução

O Brasil é um país oficialmente monolíngüe, mas nele são faladas muitas línguas. São mais de 180 línguas indígenas além das línguas trazidas com a imigração. O modo como essas línguas convivem possibilita que o estudo das línguas do Brasil se dê de modo diferente do que ocorreu na Europa, onde a posição teórica para estudar suas línguas se deu no interior da lingüística comparada, em que a diversidade das línguas era estudada tendo como ponto de observação as relações de parentesco. Esta posição não se aplica ao Brasil, uma vez que as línguas existentes no país são organizadas em torno do português e não mantêm com ele, salvo em alguns casos de línguas de imigração, relações de parentesco.

Estas línguas, tão diferentes, estão hoje em funcionamento espalhadas por todo o país. Seu estudo é também um caminho de contato com a história e a cultura daqueles que as falam. Essas línguas faladas no Brasil, muitas interpretadas como nacionais, aqui convivem como línguas que estão distribuídas no espaço de enunciação brasileiro, reguladas pela língua nacional e oficial do Brasil, e assim estão sujeitas

à mudança ou ao desaparecimento. Tendo em vista essa realidade lingüística brasileira, este trabalho se propõe a entender a mudança lingüística como forma de compreender o funcionamento político das línguas no Brasil, o modo como esse funcionamento organiza nossa relação enquanto falantes destas línguas, e como isso afeta a concepção do processo de mudança.

A esta pergunta se ligam outras: com tantas línguas funcionando num espaço de relação de línguas que é organizado por uma língua nacional, como as línguas afetam umas às outras? E o que impede que as línguas “minoritárias” desapareçam em função do ideal da homogeneidade lingüística?

Na história dos estudos lingüísticos, duas perspectivas teóricas, em princípio opostas, são utilizadas para descrever e explicar a mudança lingüística. A primeira delas diz que a língua muda internamente. Isto é, a língua, enquanto autônoma, muda de forma independente. Segundo Sapir (1971), a língua tem uma deriva própria na qual fatores estruturais, e somente eles, que se materializam no falante, determinam de que modo as mudanças lingüísticas se configuram.

A segunda hipótese sobre como as línguas mudam considera fatores externos, como defende Weinreich (1968). Relações de poder, função social da língua e sua importância na sociedade acarretam a mudança da língua. De acordo com essa visão, a língua reflete a sociedade e por

isso as relações de poder que a constituem operam na língua de forma decisiva. Ou seja, no cruzamento das línguas é mais comum e aceitável que a língua com uma função social inferior mude e receba influência da língua de poder.

Mas é possível pensar a mudança de forma estanque, na qual ou o interno ou o externo conduz à alteração? Até que ponto as mudanças nas línguas são determinadas pela estrutura da língua somente?

Dentro da perspectiva da semântica do acontecimento, em que se insere o conceito de espaço de enunciação (Guimarães, 2002), as línguas funcionam em relação, determinadas por seus falantes.

As línguas que configuram o espaço de enunciação, contudo, não se distribuem igualmente nesse espaço. Por este espaço ser organizado pela língua nacional, as demais línguas que o constituem são distribuídas desigualmente, determinando os falantes nessa hierarquia.

Trabalhamos, assim, com uma concepção de língua que tem uma configuração política. Considera-se que as línguas funcionam sempre em relação a outras. Essa relação não é empírica, é uma relação regulada e de disputa de línguas. Neste sentido é um espaço político. A este espaço de regulação das línguas chamamos, assim como Guimarães (2000, 2002), espaço de enunciação.

Estes espaços são regulados como espaços de litígio, de disputa das línguas e pelas línguas. Entendendo a língua como política nos

afastamos de vez de uma concepção de língua como uma representação da realidade, na qual os sujeitos externos à língua fazem uso dela para se inserir na sociedade e se identificar nas categorias sociais que a compõem.

As línguas funcionam sempre em relação a outras línguas, se modificam e se tornam outras. Mas em que sentido tornam-se outras? Elas mudam, tornando-se efetivamente uma outra língua? Ou embora ainda sejam as mesmas línguas, tornam-se outras porque se dividiram, ou seja, elas dividiram suas formas de dizer, na relação com o falante, de um modo que ainda não existia?

Esse é um dos pontos chave dessa tese. Entender em que medida a língua muda. E o que é essa mudança? O que essas divisões da língua acarretam efetivamente em uma nova língua?

Um dos exemplos mais fortes desse processo de constante mudança está no funcionamento das divisões do Português no espaço de enunciação do Brasil. Embora o português seja tomado como uma língua una, ele se divide em vários. Guimarães (2006) ilustra essa diversidade de português, pela história da constituição da cidade de Londrina, onde se recebeu um grande fluxo de migrantes (de outras regiões do Brasil), isto é, de falantes de português com toda a sua diversidade e que acarretou numa nova modalidade de português até então inexistente. Essa nova divisão da língua como veremos mais tarde

se constituiu pela relação de vários falares e a determinação destes pelos falantes, ou seja, só foi possível esse “outro” português, pela relação de línguas e de línguas e falantes.

Assim, considerando o conceito de espaço de enunciação a língua se constitui na relação de línguas e falantes que se dividem. Essas divisões da língua não se configuram como a mesma língua, um mesmo português, no caso do Brasil. Há uma diferença entre elas, não tanto ou não somente pela estrutura, mas também pela relação de determinação dos falantes pelas línguas e na determinação das línguas pelos falantes.

O que define que esse outro português não seja uma outra língua? O que faz dele uma divisão da língua e não uma mudança? O que seria então, a mudança?

Do ponto de vista em que me insiro, o que se tem é a conjunção de interno e o externo da língua, a partir do conceito de espaço de enunciação. Isto é, a relação com o externo se dá pela figura do falante, que é, tanto quanto a língua, elemento do espaço de enunciação. A estrutura da língua remete a um externo, que é o falante, que é determinado pela língua.

Desse modo tentarei nesse trabalho configurar um modo de pensar a mudança, dentro do quadro teórico enunciativo, na relação com as divisões da língua no sentido de entender um funcionamento de relações

de línguas e falantes que as afeta produzindo uma mudança de língua ou mudança na língua. O que determina essa diferença?

Não negamos a sistematicidade da língua e sua autonomia enquanto sistema, e muito menos a influência de fatores externos no seu funcionamento, mas tentaremos propor algo que conjugue o interno e o externo da língua como parte de seu funcionamento. Ao tentar entender a relação das línguas, não como uma representação do encontro de povos, nos afastamos de uma concepção de história como uma situação que promove a mudança, e passamos a pensar nela (a história) como algo que faz parte do funcionamento da língua.

Desse modo centrarei minha reflexão sobre a mudança na relação do português com o alemão no espaço enunciativo de Friburgo, bairro de Campinas, cujos moradores são descendentes de alemães.

Embora seja o português a língua que identifica seus falantes como fazendo parte do espaço brasileiro, é a relação com a língua alemã, que dá a especificidade ao espaço enunciativo de Friburgo, que me interessa particularmente.

Essa relação de línguas deu um caráter específico para o alemão falado nesse bairro, com interferências do português. E é essa nova constituição desse alemão que analisaremos aqui de modo a tentar entender como se dá a mudança das línguas, pois embora o alemão de Friburgo seja uma língua diferente daquela falada na Alemanha, ele

ainda é tomado como alemão, preso na estabilidade da designação “alemão”

O que tentaremos entender aqui, é que mesmo que a mudança da língua faça parte do seu funcionamento, o modo como a Lingüística vem tratando a mudança, ao longo de sua história, nos impede de reconhecê-la, pois ela só é tomada como fato lingüístico quando temos um produto, uma nova língua.

Presa ao modo de organização dos Estados e de suas línguas nacionais, as teorias lingüísticas se definem muito por uma estabilidade da língua gerida por línguas nacionais.

No caso de nosso objetivo aqui, o contato das duas línguas, como efeito do funcionamento do espaço de enunciação, afetou o alemão, configurando-o como uma língua distinta daquela falada na Alemanha. Mesmo assim, considera-se essa identificação do alemão com Alemanha será analisada com mais rigor a fim de compreender como a relação da língua com o Estado afeta a lingüística e as teorizações acerca da língua.

Para tornar o percurso da reflexão mais claro, dividiremos esta tese nos seguintes capítulos:

No capítulo 1 traremos para a discussão sobre a mudança o contato das línguas. Levar este aspecto em consideração permitiu uma ruptura nos estudos sobre a mudança, tomada até então como resultado de algum desequilíbrio interno, sem qualquer tipo de interferência externa.

Neste capítulo apresentaremos brevemente a diferença entre os tipos de contato de língua como resultado do contato de povos: a interferência estrutural como resultado dos empréstimos lingüísticos; e a interferência entre línguas, resultado de um problema de aprendizagem de língua. Essa distinção entre sistema e falante que se coloca no modo de abordar o contato recebe um novo tratamento na possibilidade de pensar a relação de línguas apresentado pelo lingüista alemão Peter Auer.

Ao pensar a relação de línguas não como sistemas fechados como advoga Auer (1995, 2004, 2007), mas como línguas que se afetam pela relação delas, podemos perceber algumas semelhanças entre seu trabalho e os de Guimarães (2000, 2002, 2005), guardadas as diferenças teóricas entre os dois lingüistas.

No capítulo 2, nos atemos especificamente à relação das línguas pensada a partir do conceito de espaço de enunciação. Essa relação de línguas afeta as línguas, refazendo-as e dividindo-as, conforme explica Guimarães (2002), na atribuição destas aos seus falantes. Desse modo, a mudança constitui a língua, como parte do funcionamento desta no espaço de enunciação. O contato de línguas não se apresenta como uma situação externa à qual a língua se submete, mas é parte do modo como funciona o espaço de enunciação.

No capítulo 3, a história do Brasil nos permite entender melhor a formação multilíngüe do Brasil e a presença do alemão em nosso território. A especificidade da colonização alemã e o envolvimento da Alemanha na primeira e, principalmente, na segunda guerra mundial tiveram repercussões na circulação da língua alemã no espaço brasileiro e por consequência no espaço de enunciação de Friburgo. O governo nacionalista de Vargas inserido no contexto de Guerra pelo qual a Europa e o mundo estavam passando, outorgou algumas medidas administrativas que afetam os estrangeiros como um todo, como é possível ver pelas formulações dos dispositivos legais, restringindo a circulação de línguas e manifestações culturais que não fossem brasileiras. Embora tais medidas tivessem como alvo os inimigos de guerra, Itália, Alemanha e Japão, a política nacionalista de Vargas configurou os estrangeiros como uma ameaça a soberania nacional.

Para entender melhor como funcionou essa política, analisamos no capítulo a Constituição de 1937 e alguns decreto-leis utilizando dispositivos de análise da semântica do acontecimento, tomando, para a descrição, os conceitos de re-escrituração e articulação. Essa análise nos fará compreender como os falantes do espaço de Friburgo eram tomados e como a restrição do funcionamento do alemão no espaço de enunciação pode significar a relação de línguas e falantes.

No capítulo seguinte, o quarto, faremos uma análise lingüística dos dados coletados em Friburgo. Uma série de entrevistas em alemão foi feita com os moradores de Friburgo. Essas entrevistas foram transcritas de modo a permitir uma descrição dos tipos de interferências do português na língua alemã.

Na descrição dos dados, entre tantas interferências estruturais, além da inserção de itens lexicais do português em enunciados alemães, recortaremos uma questão semântica, o modo de apresentação da referência ligada à construção do sintagma nominal. Nós nos deteremos mais atentamente neste aspecto.

A opção pelo sintagma nominal como problema de análise muito diz respeito ao quadro teórico em que essa tese se insere, a semântica do acontecimento. O modo de apresentação da referência, a construção do referente que o sintagma nominal permite analisar nos interessa fortemente, uma vez que deste ponto de vista, o referente não está fora da língua, mas se constrói nela, na relação com as duas línguas.

No último capítulo dessa tese retornaremos a nossa pergunta sobre a mudança, após todo o caminho percorrido acerca dos problemas da mudança lingüística e o modo como ela foi tratada pela lingüística. A escolha de um caso a ser analisado, a interferência do português no alemão no bairro de Friburgo, a fim de dar visibilidade aos tipos de mudança que uma língua, no caso o alemão, sofre na relação com o

português, nos permitiu pensar nas mudanças que o alemão sofreu, mas que não são reconhecidas. Isto é, o alemão falado no Brasil não é o mesmo que o falado na Alemanha, contudo, ele ainda é reconhecido como alemão, seja na nomeação da língua, seja na relação de identificação dela com os falantes.

Essa divergência entre o nome da língua e a língua que se fala reconhecida por esse nome é o cerne desse capítulo 5. Está em questão o processo e o produto dessa mudança.

Para entender essa diferença e o que ela significa, retomaremos nesse capítulo à formação das línguas nacionais, uma vez que a lingüística se firma como ciência no século XIX, período em que a importância dos Estados Modernos está relacionada a elementos de identidade nacional, tal como a língua.

Até que ponto a organização política do mundo em Estados afeta a noção de mudança? É possível pensar em uma nova língua sem um Estado que a identifique?

Cap I

1. Contato de línguas

O interesse acerca da origem das línguas trouxe os estudos sobre a linguagem para o campo científico no século XIX. Ao se tentar descobrir a origem das línguas e de suas relações de parentesco, a mudança lingüística aparece como um modo de responder esta questão.

O problema da mudança da língua sempre foi considerado pelos estudos da linguagem como algo constitutivo da língua. Mattoso Câmara (1965: 65) afirma que “*a língua está sempre em mudança e tem uma história*”, tendo em vista esse constante devir da língua torna-se necessário entender o que é a mudança.

Na história dos estudos lingüísticos, duas perspectivas teóricas, em princípio opostas, são utilizadas para descrever e explicar a mudança lingüística. A primeira delas diz que a língua muda internamente. Isto é, a língua, enquanto autônoma, muda de forma independente. Segundo Sapir (1971), a língua tem uma deriva própria na qual fatores estruturais, e somente eles, que se materializam no falante, determinam de que modo as mudanças lingüísticas se configuram.

A segunda hipótese sobre como as línguas mudam considera que fatores externos, como defende Weinreich (1968), afetam a língua.

Nesse capítulo focaremos a problemática do contato de línguas que deu a possibilidade da mudança ser pensada como algo que se dá em virtude de fatores externos à língua.

Foi a partir dos empréstimos que se pôde sistematizar a mudança da língua em razão de uma relação com outra língua. O movimento de povos devido a colonizações, descobertas e/ ou invasões de novos territórios resultou no contato de línguas, uma vez que a história das línguas muitas vezes foi narrada como a história dos povos.

Nesse sentido, a história dos povos e o modo como ela é contada produz significações que afetam a mudança das línguas, pois são as histórias de colonizações e descobertas que definem os tipos de contato entre povos e sistematizam as relações de línguas pela força política e social que afeta os falantes.

Retomarei a seguir alguns pontos a fim de explicar o início das discussões científicas sobre o contato de línguas.

Na medida em que tomamos o tempo somente como uma linha cronológica, a mudança se explicaria somente por essa passagem do tempo. Não seria possível explicar a diversidade lingüística que não fosse decorrente de uma relação de parentesco, como ocorre na Europa. De que modo seria possível entender a heterogeneidade que funciona no Brasil, por exemplo?

Se tomamos a língua como um sistema fechado, que se altera por desequilíbrios de seus elementos, nos fechamos para a possibilidade de ver qual é a história da língua e de seus falantes.

O que tínhamos até a entrada dos estudos sobre empréstimos acerca da mudança, era a língua tomada como um sistema afetado por uma linha cronológica que marcava no tempo suas alterações.

Embora nesse período os estudos sobre mudança apontassem que as razões eram internas e sem qualquer tipo de interferência externa, os empréstimos entre as línguas sempre foram tomados como pertencendo ao funcionamento das línguas, uma vez que elas eram tomadas como reflexo da história dos povos.

1.1 Empréstimos

Embora a sistematização do contato de línguas como objeto de interesse para a lingüística tenha demorado um pouco a se firmar, a mudança de uma língua na relação com outra sempre se fez presente nos estudos sobre a mudança através dos empréstimos lingüísticos.

Segundo Sapir (1977) as línguas, assim como as civilizações, pela necessidade de intercâmbio, se colocam em contato com as línguas vizinhas ou de cultura dominante. O contexto do contato de povos levava ao empréstimo de itens lexicais, que definia a força que os povos tinham no desenvolvimento e expansão das idéias culturais, ou seja,

quanto maior o grau de infiltração do léxico em outras línguas, mais forte o povo que emprestava. Nesse sentido, o empréstimo era uma consequência de uma situação de contato de povos e do tipo de relação existente entre eles.

Inicialmente o empréstimo era definido somente como lexical, pois o léxico era o modo de apreender pela língua as diferenças de mundo entre os povos e uma forma de atestar o domínio de um povo sobre o outro através de um caráter difusionista. Isto é, o direcionamento do empréstimo se dava de uma língua mais forte para a mais fraca política e culturalmente. Ou ainda como a introdução de um novo referente que para ser designado precisa ser emprestado de outra língua, conforme explica Campbell (2000).

Para Sapir (1977), o empréstimo concerne às necessidades da língua de comunicação e ao prestígio social que está representado em cada uma das línguas envolvidas. Mas além dos fatores externos que resultam nos empréstimos, há também alguns elementos estruturais que os explicam. A variação nos tipos de contato lingüístico, explica o autor, determina a intensidade e o tipo de empréstimos. Para ele, em situações de contato de línguas intenso e extenso, novos fonemas podem ser introduzidos na língua que empresta, assim como palavras emprestadas que contenham esses novos sons, tendo por resultado mudanças no inventário fonêmico da língua que empresta. O inglês, por

exemplo, só passou a ter os fonemas /z,g/, após o intenso contato com o francês. Este som passou a fazer parte dos fonemas do inglês, devido às várias palavras francesas emprestadas.

Os empréstimos que chegam à língua não estão isentos do funcionamento do sistema que os recebe. Um fonema pode vir de um vocábulo para a língua importadora e depois se estender a outros vocábulos, conforme explica Mattoso (1954). Em relação ao empréstimo mórfico, este lingüista distingue os elementos que servem para formar novas palavras e os que entram nos paradigmas gramaticais da língua.

Essa relação de línguas que a noção de empréstimo trouxe para os estudos da mudança trata não só das línguas enquanto sistemas, mas como línguas de um povo.

Said Ali (1971) definiu o empréstimo como “a *ação de uma língua estrangeira interferindo numa língua nacional*”, interessante ressaltar o modo como a oposição entre o dentro o de fora é marcado por Said Ali como nacional e estrangeiro.

Essa oposição nos permite chamar a atenção para a forma como o contato de línguas se apresenta nesse primeiro momento, dos estudos sobre o empréstimo, como uma situação circunstancial de contato de povos. Toda a descrição apresentada até aqui reforça esse argumento. As línguas estão em contato por conta de uma situação de movimento de povos.

Mattoso Câmara (1954), por sua vez, advogou por uma definição mais ampla que estabelecia o contato de línguas que não necessariamente levasse em conta a problemática de línguas nacionais. Ao retomar a definição de empréstimo de Bloomfield (apud Mattoso Câmara, 1965: 196) como “*a adoção de traços lingüísticos diversos do sistema tradicional*” Mattoso amplia a questão do contato de línguas, podendo incluir uma relação, nas palavras de Mattoso (idem: 208), de falares que fazem parte de uma mesma língua (nacional). O contato de línguas deixa de ser algo que leva em consideração somente os povos falantes e passa levar em conta que as línguas funcionam em relação. Vale a pena ressaltar o destaque dado a Mattoso Câmara nesta tese acerca dos empréstimos, uma vez que vários outros autores trataram da mesma problemática. Mattoso nos interessa não tanto pela formulação da teoria a esse respeito, mas em virtude da formulação sobre a divisão das línguas que interessa para o conceito de espaço de enunciação.

A partir desse olhar de Mattoso sobre o empréstimo, abriu-se a possibilidade de pensar o contato não somente dentro de relações de línguas nacionais, mas o contato de divisões de uma mesma língua, como entende Guimarães (2006) e como veremos mais detalhadamente a seguir. Ao pensar os falares de uma mesma língua em relação, aventamos aqui um momento em que se é possível falar de um contato

de línguas não como situacional, mas como parte do funcionamento da heterogeneidade da língua de um país.

Embora não seja esse o modo como entendemos o empréstimo, ele traz uma formulação acerca do contato de línguas, e nos permite desconstruir o empréstimo como algo vinculado somente à questão de línguas nacionais, e assim do contato de povos decorrente de algum período histórico específico, mas como algo que faz parte do funcionamento da língua.

Não podemos ignorar que o contato das línguas funciona dentro dos Estados que, por herança de uma ideologia nacionalista do século XIX, estabelece uma suposta homogeneidade que esconde a diversidade lingüística: as diversas línguas de um país circulam num mesmo espaço.

Dentro de nosso ponto de vista, a relação das línguas permite não só o empréstimo de itens lexicais, mas também um contato em que as línguas se influenciam na presença dos falantes que determinam e são determinados por essas línguas.

Mas voltemos ao ponto em que se teorizou de forma específica sobre o contato de línguas a partir do trabalho de Schuchardt, figura fundamental nesta linha de reflexão.

1.2 O contato para Schuchardt

Contemporâneo dos neogramáticos, Schuchardt, como já assinalamos antes, se opôs à noção de lei fonética e chamou a atenção para uma grande variedade de falas existente numa mesma comunidade, questionando a homogeneidade lingüística das comunidades.

Para Schuchardt (1885), as mudanças só eram possíveis a partir da mistura de dialetos. O ponto central de sua teoria se concentrava no fato de que essas variedades se influenciavam mutuamente pelas línguas em contato. Para ele, a mudança das línguas se dava segundo a situação geográfica. A contigüidade de vários dialetos permitia que eles se influenciassem por radiação, isto é, as mudanças se espalhavam como ondas. As mudanças que em sua base são fonéticas são alteradas pelos falantes, em seus idioletos. A atualização da fala dentro de um mesmo dialeto, assim como a influência de um dialeto sobre outro, são processos da mesma natureza para ele, mistura de línguas e empréstimos.

A difusão das mudanças sonoras não se dá espontaneamente. Elas irradiam por imitação. É iniciativa do falante imitar a forma de dizer mais prestigiada socialmente como ocorreu na Alemanha em 1852.

Conforme um exemplo de Schuchardt (1885), na Alemanha central o /j/ foi substituído pelo /g/ de Berlim por causa do prestígio político e

militar que a capital ganhou com o novo Reich, após a vitória sobre a França e a fundação do império sob a liderança alemã. O contato entre as duas variantes, conforme explica o autor é definido pelo prestígio social de uma delas. O valor social das variantes que conviviam no mesmo espaço, segundo ele, acaba por definir que a língua de Berlim substituísse as demais variantes do alemão.

A convivência de duas línguas distintas em uma mesma área resultava, assim, em uma mudança que era decorrente do contato entre elas. Essa hipótese levantada por Schuchardt proporcionou uma ruptura com a corrente teórica predominante até então, para a qual a língua só mudaria em decorrência de fatores internos a ela.

O fato das leis fonéticas não serem respeitadas mesmo que dentro das regras fonológicas seria a prova, para Schuchardt, de que haveria algo mais, algo externo à língua e que a afeta. Segundo ele, as mudanças sonoras assim como as mudanças gramaticais são explicadas dentro de um quadro de contato de línguas. Essas mudanças, explica ele, são uma tendência dos produtos culturais do homem que se submetem a mudanças estilísticas e sem funções específicas.

Desse modo as línguas são constituídas pela influência de outras línguas, não há línguas puras. A história dos povos e de seu contato é representado pelo contato de línguas, ou seja, pela necessidade de intercâmbio entre os povos, suas línguas se relacionam. A prova

irrefutável para Schuchardt desse contato é a formação das línguas crioulas. Os grandes deslocamentos populacionais e as situações internas de contato entre povos de origens distintas resultaram num processo de crioulização, isto é, a formação de uma nova língua.

Essas novas línguas foram resultado da ação de fatores externos, como a colonização da África, feita pelos europeus. O modo como se deu a colonização africana e, principalmente, o modo como foi narrada, resultou na formação de uma língua, que se definiu pelo caráter específico em relação às demais línguas que se formam do contato de outras na língua crioula.

A seguir trataremos a língua crioula detalhadamente e será possível tentar responder a essa questão.

1.3 O Produto do Contato – a língua crioula

Após o trabalho de Schuchardt, o contato de línguas que se reduzia aos empréstimos lexicais, ganhou um novo contorno. A interferência de uma língua sobre outra não mais se reduzia ao nível lexical, mas a mistura de estruturas passava a ser considerada. Era desse modo, colocado em xeque a perspectiva de Meillet (1921) para quem as estruturas das línguas não aceitavam influências de outras línguas, ou ainda o olhar de Jakobson (1963) sobre o problema, o qual defendia que

só haveria interferência estrutural entre línguas, se a interferência se encaixasse na deriva interna da língua que fosse recebê-la.

No contato de línguas, Kaufmann e Thomanson (1988) defendem os fatores sociais como responsáveis pela direção da mudança.

Segundo os autores, ao analisar uma língua de mistura, é possível pela sua estrutura estabelecer como se deu a situação do contato de povos e definir qual a língua-alvo. Além de forças políticas envolvendo os povos, o desequilíbrio entre o número de falantes que vão aprender e a língua-alvo e aqueles que já a têm como língua materna, também é fundamental, explica Kaufmann. Somente em situações de desigualdade numérica significativa que os falantes da variedade mais prestigiada pode se tornar bilíngüe na língua mais fraca e a língua-alvo será afetada pelo seu mau-aprendizado difundindo as mudanças que a afetarão como um todo.

Se não há uma clara assimetria de dominância entre as línguas envolvidas, nem uma discrepância numérica entre os grupos, a pressão cultural como fator preponderante para direcionar a mudança fica difícil de ser comprovada em situações antigas de contato de línguas. Ou seja, não é possível explicar a razão de uma língua ter se imposto sobre outra.

Kaufmann e Thomanson (idem) explicam que para tratar as interferências de língua deve-se ter em mente a história dos falantes

que vai ser fundamental para entender o **produto** do contato de línguas. Os fatores lingüísticos não são descartados, mas estão em segundo plano. Isto é, os fatos lingüísticos como sistema morfológico, conforme defendia Sapir (1971), era fortemente estável a ponto de resistir a influências de outras línguas, o mesmo se dava, acreditava-se, com as diferenças tipológicas entre as línguas.

Nesse sentido as condições sociais, os fatores externos à língua definem o tipo de mudança que a língua vai sofrer.

Em situações de contato de povos estabelecidas por relações sociais específicas tais como as colônias européias de exploração que se formaram na África, a manutenção das línguas européias e das línguas africanas por um longo período resultou nas línguas crioulas.

Schuchardt foi um dos primeiros a teorizar sobre a formação da língua crioula. Ao teorizar sobre a mudança como resultado de contato de línguas, a sua formação possibilitou pensar que o contato de línguas distintas, dentro de determinadas condições específicas resultava em um produto, uma nova língua.

Quais os tipos de situação que propiciam a formação do crioulo? Isto é, que tipo de contato é necessário, pois esse contato, como afirmam Tarallo e Alkmin (1991) pode ser de vários tipos, como pode ser por um tempo indeterminado e fazer com que suas raízes embrionárias evoluam

ou feneçam, desaparecendo, por conseguinte, o “meio” lingüístico utilizado.

Para eles, como para os demais crioulistas, a questão do contato de línguas que produz crioulos se dá em ambientes específicos de colonização ou exploração.

Definida como uma língua que objetivava a comunicação entre povos distintos, a noção de língua crioula ficou atrelada à noção de língua pidgin. Uma das hipóteses mais comuns sobre o crioulo, explicam Tarallo e Alkmin (idem), considera que ele é “filho” do pidgin. Proposta justificada por várias semelhanças estruturais entre as duas línguas como a eliminação de flexão de número nos nomes, e de gênero e caso nos pronomes; identidade entre adjetivo e substantivo; uso de iteração para intensificação de adjetivos e advérbios; uso de aspecto em lugar de marcação de tempo verbal.

Os pidgins mais comuns foram aqueles produzidos pelo contato entre línguas européias e não-européias e tinham como característica um léxico predominantemente europeu.

À época da colonização portuguesa, os europeus chegavam principalmente à África. A diferença entre as duas línguas – língua européia e língua africana - acabava por dificultar a comunicação entre os dois povos. Os gestos cumpriram seu papel num primeiro momento para as necessidades iniciais de contato entre os dois grupos. Esses

grupos institucionalizaram uma língua oral em que as palavras e frases pertencentes às duas línguas se misturam numa proporção variável e aparentemente arbitrária, resultando no pidgin.

Ainda segundo os autores, o crioulo teria surgido mais tarde, em regiões de colonização européia na África, nas Antilhas, no Caribe e na Ásia. O processo de formação da língua foi deflagrado pelo deslocamento de populações escravas de suas regiões nativas para além-fronteira. Ao estabelecerem comércio e domínio em inúmeros pontos da costa africana (Portugal foi dono de praticamente toda costa da África subsaariana, com raríssimas exceções) os portugueses estabeleceram seu idioma como língua geral ou língua franca por onde passavam.

Os pidgins se formaram por redução e simplificação, em razão de uma situação de emergência lingüística, em que a comunicação, embora necessária, era impossível.

Hall (1966, *apud* Tarallo), importante estudioso do assunto, afirma que: *“uma língua pidgin é, por definição, aquela cujas estruturas foram drasticamente reduzidas, e que não é nativa de nenhuma das pessoas que a utilizam.”* Segundo Hall, o falante operaria as reduções na língua-alvo na tentativa da comunicação.

Para Schuchardt (1885), eram os europeus que destruíam sua própria língua. O que significaria pensar essa simplificação da língua mais forte feita pelos seus próprios falantes?

A situação específica de formação do crioulo estava marcada por uma relação política e social muito específica em que dois pólos sociais distintos entraram em contato e a língua do dominador seria a responsável por estruturar a direção da relação do contato.

Temos uma nova língua formada pela “soma” de duas outras línguas, em que a língua mais forte politicamente foi simplificada, como defendia Schuchardt. Essa simplificação é tomada como um demérito dos falantes das línguas africanas, que são significadas por razões sociais como uma língua simples. Desse modo, se os africanos são falantes de línguas simples é de se esperar que na relação com a língua européia, eles a simplifiquem.

Para Hymes (1981), o ponto central do problema é entender a deflagração de um processo que pode produzir um sistema lingüístico autônomo e distinto de qualquer um dos presentes no contato. Como entender um novo sistema que se individualiza e se distancia das línguas envolvidas?

Se tomarmos como base uma definição comum sobre as línguas crioulas temos que elas se definem pela substituição total ou parcial do

léxico de uma língua pelo de outra. E a razão dessa substituição além do contato de língua tem a ver com a relação de força existente entre elas.

A relexificação deu uma sistematicidade para a formação de crioulos e foi definida por Lefebvre (1998) como *“um processo mental que cria entradas lexicais copiando entradas lexicais de um léxico pré-existente, substituindo suas representações fonológicas por representações derivadas de outra língua”*.

Nesse sentido, explica a autora, palavras novas seriam criadas a partir de um léxico da língua do dominador – língua forte tendo assim as propriedades semânticas e sintáticas da língua fraca, mas com representações fonológicas da língua forte, língua européia.

Para Couto (1996), o léxico é o elemento mais importante da língua, uma vez que a comunicação se dá primordialmente por elementos lexicais. Isto é, se dois estrangeiros chegam ao Brasil, um alemão, cuja estrutura de língua é semelhante ao português SVO, mas com léxico totalmente distinto, e outro falante de uma língua com estrutura SOV, mas com léxico semelhante, enunciam respectivamente ***ich kaufe einen Ball*** e ***Uma bola eu compro***; este último, independente da estrutura, será melhor compreendido que o alemão que tem a mesma ordenação sintática que o português.

Ainda segundo o autor, a partir desse processo de relexificação, seria possível depreender a formação da língua crioula. Seu léxico tem como

base o léxico das línguas européias envolvidas e a estrutura das línguas africanas.

Na tentativa de aprender a língua européia, a língua alvo não foi bem aprendida e assim os erros desse mau-aprendizado são espalhados também entre os falantes europeus, uma vez que nas colônias o número de europeus era bem menor frente aos africanos.

Thomason & Kaufmann (1988) ressaltam que o problema de aprendizagem nada tem ver com a competência dos falantes, mas sim com a disponibilidade da língua para seus aprendizes, ou seja, o menor número de europeus diminuiu o contato dos falantes aprendizes com a língua-alvo. Outro ponto apontado pelos autores é a distância tipológica entre as línguas envolvidas. Os traços marcados das línguas, por exemplo, são mais difíceis de serem aprendidos. Há uma tendência do falante em não conseguir aprender o traço marcado da língua-alvo. Quando o falante leva para a língua-alvo um traço marcado de sua língua, este traço tende a não se difundir. Haveria assim uma tendência a uma simplificação da gramática.

Nas mudanças sofridas pela língua em virtude da (má) aprendizagem, a interferência começa pela estrutura, ou seja, os falantes, que visam aprender uma nova língua, aprendem primeiro seu vocabulário, por isso a falta ou a pouca ocorrência de itens lexicais de uma língua na outra.

Olhando para as considerações desses autores, eu diria que essa tendência à simplificação da língua crioula afeta seus falantes determinando-os como falantes de uma língua simplificada. A constituição do crioulo como língua não apaga a relação das línguas africanas com as línguas européias. Há uma relação de silenciamento das primeiras, mas a língua que eles não falam, a língua européia é aquela que organiza seu lugar na relação das línguas, isto é, embora os falantes das línguas africanas não falem a língua do colonizador estão determinados por elas como não-falantes, o que os identifica em um lugar social específico.

Está posto, nessa noção de língua crioula, um lugar específico para o social, em que a língua está sujeita a uma concepção mais sociológica do falante, conforme definiu Meillet (1938). Segundo ele, as condições sociais passaram a ser vistas como tendo uma influência decisiva sobre a língua. Para ele, a língua não é uma realidade subjetiva, mas um fato social. E mais que isso: *“Todo fato de língua manifesta um fato de civilização.”* (Meillet, *idem*).

A hierarquia de valores sobre o crioulo está ligada à história do contato das línguas envolvidas, num contexto de colonização de exploração. A história de colonização/exploração da África marca um tipo de relação desigual de línguas (a do colonizador e a do colonizado) que determina, então, o tipo de língua que é formada. Um produto

marcado desigualmente em relação às demais línguas nacionais, uma vez que é tomado dentro das relações políticas e sociais que definiram o contato de línguas.

Há, contudo, políticas lingüísticas como a que se estuda atualmente em Cabo Verde: a oficialização do crioulo em Cabo Verde como parte de uma resposta singular a um problema comum colocado a diversos outros países: a tentativa de adoção do projeto ocidental de Estado-nação, como explica Dias (2007). A forma de organização social, política, econômica e cultural conhecida como Estado-nação, fruto dos esforços de construção nacional dos países da Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX, foi progressivamente se firmando no cenário mundial, a ponto de se tornar a categoria central de referência para o exercício pleno da soberania. Dos países periféricos, a situação demandava uma rápida adequação ao novo modelo. Contudo, explica a autora, a importação de tal modelo, em um contexto bastante diverso daquele vivenciado na Europa Ocidental, tem exigido a adoção de estratégias e negociações singulares no processo de construção nacional. Embora o projeto ocidental de Estado-nação se imponha com força a essas sociedades, não se observa nesse processo uma apropriação passiva da ideologia européia. Há sempre uma releitura desses projetos, uma articulação original de interesses, adaptada a cada contexto particular.

Dentre os problemas enfrentados no curso de adoção do modelo de Estado-nação ganha destaque a questão lingüística. A homogeneidade lingüística não é, como fazem crer as ideologias nacionais, uma característica natural das nações. A unidade sob uma só língua é construída através de um complexo processo. E assim como as próprias nações da Europa Ocidental precisaram passar por esse processo de criação e naturalização da homogeneidade lingüística, também os países que importam esse modelo precisam resolver seus dilemas lingüísticos internos.

Tomados pela idéia de que as línguas crioulas eram línguas simplificadas, lingüistas como Schuchardt e Hymes, além do próprio Meillet, questionavam o processo de modificação das línguas européias envolvidas na formação do crioulo. Para eles, elas foram corrompidas ou simplificadas durante a tentativa de aprender as línguas européias, pelos falantes nativos. Como propor uma suposta força da língua européia quando na verdade havia uma quantidade pequena de europeus frente aos africanos. Diferentemente do que ocorreu no Brasil, como veremos na seção seguinte, a quantidade de europeus que foram à África era mínima, explica Motta (1999), uma vez que não se visava criar colônia, mas uma área de comércio. A África foi vista como uma região interessante para exploração da mão de obra-negra e das riquezas naturais.

Interessante notar que a relação política e social é determinante para a formação da língua crioula. Há uma relação de dominação de um povo sobre o outro que se reflete na língua. O contato de povos com línguas distintas, numa situação de dominação específica leva à língua crioula, na tentativa de aprender a língua mais forte, como já vimos acima. A língua-alvo é definida como a língua mais forte politicamente e em virtude da situação de contato, no caso das línguas crioulas, o número de falantes da língua dominante é menor. Isso afeta a aprendizagem desta, acarretando problemas de aprendizagem.

Do meu ponto de vista, os estudo sobre crioulo estão também afetados pelo modo de caracterizar o falante como povo, tomando-o (o falante) por uma noção política: um povo, na forma de organização dos Estados hoje, é falante de uma língua nacional. Por isso, acredito que há na formação do crioulo um embate de forças políticas que estão fora da língua, mas afetam-na. Nesse sentido, a língua é tomada como um reflexo do modo como as relações sociais se estabelecem. E por uma concepção de língua que reflete essas relações sociais, uma língua forte e uma língua fraca. A diferença de força entre as línguas leva a um produto¹ formado – o crioulo.

Embora o crioulo seja uma língua resultado do contato de línguas, não são todas as relações de contato de línguas que levam a uma língua

¹ Chamo atenção para o crioulo como produto nesse ponto, porque vou tratar mais à frente de uma distinção que considero importante para a mudança lingüística. Uma distinção entre mudança como processo e mudança como produto, o que afetaria diretamente o modo de se pensar a mudança lingüística.

crioula, como pode ser observado em regiões de multilinguismo, como a Suíça. Isto é, nem sempre há um produto do contato de línguas, mas é possível, pela falta deste, dizer que as línguas envolvidas no contato não mudam? A mudança está necessariamente determinada pela formação de um novo produto?

O fato de se pensar as línguas funcionando em relação às outras, e mudando devido a essa relação, nos leva a pensar o que pode ser considerado mudança da língua. Isto é, como as línguas afetam umas às outras nessa relação? O que dessa relação leva à mudança?

De acordo com os trabalhos pelos quais passamos até o momento neste capítulo, o contato de línguas pode resultar em dois tipos:

- a. a interferência entre sistemas, isto é, em virtude do contato das línguas tem-se a interferência entre os sistemas envolvidos através dos empréstimos lingüísticos, em que devido a razões políticas e culturais, além de fatores estruturais, uma língua empresta elementos de outra;
- b. e a interferência entre línguas realizada pelo falante em razão de problema de aprendizagem de uma língua-alvo.

Interessante notar como os estudos sobre a formação do crioulo estão interpelados pelas relações de língua (nacionais) enquanto sistemas fechados e mais ainda numa noção normativa acerca dessa relação.

Interessante notar que, nessas duas perspectivas, considera-se uma relação entre a língua e seu povo, em que as línguas pré-existem à relação delas. Temos assim, um contato de línguas que se configura por uma relação fechada em que a interferência de uma em outra é tomada ora como um erro que constitui uma terceira língua, ora como uma exceção de seu funcionamento.

Acho importante ressaltar essa hermeticidade das línguas envolvidas no contato, para que possamos considerar as diferenças como essa relação entre língua/Estado pode afetar a constituição da noção de mudança, conforme veremos a seguir.

1.4 O contato de línguas para Peter Auer

Conforme categorização proposta na seção anterior acerca dos tipos de contato de línguas que a lingüística estuda, os trabalhos desenvolvidos por Auer (1995, 2004, 2007) trazem algo novo para pensar o contato de línguas.

Ele questiona o modo como a lingüística vem tratando o tema do contato de línguas e defende um novo olhar: tratar o contato não como contato de sistemas (línguas) estanques, mas como uma relação de línguas que se constitui pela interação dos falantes. Essa distinção frente aos outros trabalhos nos interessa de forma específica por dialogar, com as ressalvas teóricas necessárias que serão melhor

apresentadas no capítulo seguinte, com a semântica do acontecimento. Ao tratar do contato de línguas também como uma relação, Auer (2007) não tem como centro de interesse um possível produto do contato dessas línguas. ele questiona não só esse “suposto produto”, mas a própria lingüística e a forma como ela se desenvolveu. Para ele, o modo como se deu esse desenvolvimento leva a centrar a atenção no produto desse contato.

Por muito tempo, critica Auer (1995), a lingüística relegou para segundo plano o bilingüismo e mais especificamente os casos de mistura de língua. A mudança era tomada somente como uma evolução natural da língua como resultado de um desequilíbrio no sistema. O contato de línguas era reconhecido somente por relações de empréstimos entre línguas. As chamadas línguas instáveis só passaram a ser inseridas no campo dos estudos lingüísticos pelo trabalho de Schuchardt (1884:10). Ele nos apresenta a mudança pela relação de línguas:

“dass eine Sprache A ganz allmählich, durch fortgesetzte Mischung, in eine von Ihr sehr verschiedene B übergehen kann.”

Como se vê, ele nos chama a atenção para a mudança de uma língua em uma nova língua pelo contato com outra língua, com a qual convive.

Para Auer, independente do modo como o contato de línguas é tomado pelas correntes lingüísticas que o estudam, geralmente em uma

fala bilíngüe, alemão e espanhol, por exemplo, se considera que há línguas e essa fala é formada pela soma delas.

Não é possível, explica ele, numa fala bilíngüe definir os limites entre as línguas envolvidas e é por essa razão que os estudos sobre bilingüismo são um desafio para a lingüística, uma vez que ela toma a existência de línguas, enquanto sistemas, como um pressuposto para qualquer estudo que se desenvolva.

Auer (2007) por sua vez questiona a existência, a priori, da língua enquanto sistema autônomo e desse modo as linhas gerais sobre o funcionamento da interferência de uma língua sobre a outra, conforme os lugares sociais definidos para elas. Para ele, a mistura de línguas, o code-switching impede tratar com clareza os limites entre as línguas envolvidas.

Segundo o autor, a existência da língua enquanto sistema fechado se filia à ideologia nacionalista que dominou o pensamento europeu a partir do século XIX, período no qual a lingüística se constituiu como disciplina. O pensamento da época tomava a língua como elemento de construção da identidade nacional. A língua desse modo foi naturalizada como parte da nação e é por meio dela que se determina a relação Estado-nação. A partir daí, se estabilizou uma língua nacional para cada Estado. A ideologia nacionalista toma a língua como objeto concreto que se tornou a categoria central de referência para construção da soberania

nacional, conseqüência de um processo de standardização que fora conduzido para proporcionar à língua a regularidade estrutural e homogênea que a caracteriza

Ainda dentro de sua crítica à lingüística, o lingüista alemão explica que por estar inserida dentro da ideologia nacionalista, a lingüística trata as línguas, como línguas nacionais, como sistemas homogêneos que têm uma existência própria e ignorando que foram construídos pelos esforços puristas e homogeneizadores.

Seguindo suas críticas à lingüística, o lingüista alemão formula três pontos fundamentais para tentar estudar o problema do bilingüismo:

- a. onde uma língua termina e onde começa a outra?
- b. O code-switching pertence à gramática ou a performance?
- c. As línguas usadas na fala bilíngüe são as mesmas usadas em uma fala monolíngüe?

Esse pontos estão calcados numa questão central:

“can bilingual talk be reduced to two-sided monolingual talk?”

(idem:14)

Em algumas situações de multi ou bilingüismo, as línguas que convivem num mesmo espaço apresentam algumas distinções funcionais-dicursivas², segundo palavras de Auer (1995), em que a função social da língua definiria seu uso pelo falante. Mas mesmo em

² Essa definição functional-discursiva se aplica a contextos sociais.

casos como esses, em situações de code-switching, a atribuição dos traços da fala bilíngüe a uma ou outra língua não é tão simples, principalmente em casos onde as línguas envolvidas são estruturalmente próximas.

Para ilustrar seu ponto de vista, ele traz alguns exemplos.

1. Wir nehmen unsere Bücher für vier – for four *periods*
[Nós pegamos nossos livros para quatro (em alemão) para quatro períodos (em inglês)]

Ele explica o CS (code-switching) pela semelhança entre o **für vier** e **for four**, ou seja, por uma similaridade fonética entre as duas línguas.

No exemplo seguinte, a similaridade entre as línguas envolvidas acarreta na troca delas. Isto é, embora os falantes enunciassem em alemão, a semelhança entre as línguas italiano e alemão ao se referir a chemie (química) leva o falante a fazer a troca de língua. Veja abaixo:

2. Was essen, was trinken, alles chemie – alles chimica –
non c'è niente naturale [o que comemos, o que bebemos, é tudo químico, tudo químico. Não é nada natural]

O que temos aqui é um tipo de CS linear e sintagmático em que a troca de língua se dá como uma tradução do que foi dito criando uma certa opacidade na transição entre as línguas, ou mesmo na identificação de que elemento pertence a qual língua.

Embora para Auer a fala bilíngüe não se constitua como a soma de duas línguas (homogêneas/ monolíngües), nos exemplos acima a atribuição do traço que é alemão ou italiano é evidente.

No exemplo abaixo já podemos encontrar uma certa dificuldade para definir o que pertence a qual língua.

3. Basta ca c' è Frau Diener, si rump tuttu scist, *die macht die ganz atmoschphäre da drin*

Além da inserção de “Frau Diener”, podemos identificar uma outra palavra alemã, “scist” que na verdade deriva de Schicht, mas integrada à fonética do italiano se pronuncia “scist”. Essa adaptação fonética foi responsável pela palavra ter sido copiada na variedade siciliana falada na Alemanha e foi ela o elemento desencadeador da troca de línguas.

Essa integração permite a Auer concluir que o que temos nesse exemplo não é convergência de dois sistemas, mas uma mistura de línguas. Mas qual a origem dessas línguas? Devido à dificuldade de identificar as partes da língua, uma das hipóteses levantadas pelo autor é que não são duas línguas que formam a língua misturada, mas as línguas se formam na interação das duas línguas.

Quando o alemão empresta o verbo francês **cueillier**, ele se integra ao alemão através de uma estratégia alemã de adotar o sufixo –iere(n).

Desse modo temos uma palavra emprestada do francês, mas integrada ao alemão e a sua morfologia. (Auer, 2007: 21)

A integração entre as línguas não se dá somente morfologicamente explica o lingüista alemão, ela pode se dar também sintaticamente obedecendo a ordenação de palavras da língua em que está se inserindo, sem contudo fazer parte desse sistema.

Ou seja, temos um modelo de gramática na qual o elemento inserido se adequa como pudemos ver nos exemplos anteriores que é definido por Myers-Scotton como língua matriz:

*“one of the languages involved in C[ode]S[witching] plays a dominant role. This language is labelled the Matrix Language (ML), and its Grammar sets the morphosyntactic frame [...]”*Myers-Scotton (1993:229)

O funcionamento da CS não se define somente pela presença da língua matriz, mas também de “embedded language islands” que são conjunto de morfemas ou sintagmas que se inserem na língua matriz, mas mantendo a estrutura da língua de onde vieram.

A categorização proposta pela autora possibilita uma clara delimitação entre as línguas envolvidas no CS. Mas nem sempre ela se mantém numa relação de duas línguas. Há casos em que a “embedded language” pode funcionar diferentemente do previsto.

Num exemplo de code-switching entre o russo a língua cazaquistã, a inserção de um sintagma nominal russo numa frase cazaquista, segundo a categorização proposta por Myers-Scotto, o russo seria a “embedded language” que se estruturaria segundo a gramática russa dentro da língua cazaquistã, a língua matriz.

Auer (2007) por sua vez questiona os lugares que se estabelecem no CS para a língua matriz e a “embedded language” como representantes das línguas envolvidas no CS. Para o lingüista alemão, eles não devem ser igualados às variedades monolíngües respectivas.

No contra-exemplo que ele apresenta, o sintagma russo se adequa também ao modelo Cazaquistão. Desse modo, argumenta Auer, se analisarmos o russo que se relaciona com a língua cazaquistã e o russo, enquanto língua monolíngüe (homogênea), temos duas línguas distintas. Não é mais o mesmo russo.

Para Auer, o trabalho com bilingüismo não deve ser analisado como duas línguas distintas que se somam no falante, mas uma coleção de práticas lingüísticas e discursivas do falante na interação que constroem a “língua bilíngüe”. Isto é, as línguas envolvidas na constituição dessa nova língua, não são as mesmas que as correspondentes faladas em situação monolíngüe. As línguas se constroem por razões sócio-discursivas ou funcionais-discursivas.

Em razão da especificidade do conceito do espaço de enunciação que adotamos, o trabalho do lingüista alemão Peter Auer nos interessa. Auer dentro de uma perspectiva cognitivo-social, define a situação de bilingüismo como condição para o code-switching. Na interação entre os falantes, sua língua se constitui a partir da relação das duas línguas.

Para ele, não há como pensar as línguas estanques, mas numa relação que se constrói na interação dos falantes. Embora admitamos as várias divergências teórica entre as duas correntes, o que nos chama a atenção é o funcionamento da língua se constituir pela relação entre línguas. Não há para Auer como tratar numa situação de mistura de língua, de dois sistemas que produzem um terceiro. Não há mesmo como reconhecer nos dados que ele apresenta uma língua homogênea, não se trata de um produto obtido de uma somatória, mas de uma língua que se constitui.

Outro ponto que nos chama atenção é sua crítica a uma concepção pré-estabelecida do que seja uma língua. Para ele, a língua como conhecemos, sistema fechado e homogêneo, nada mais é que o resultado de uma construção ideológica, decorrente do período em que a lingüística se estabeleceu como ciência, mesma época em que se fundava uma organização política por Estados, cuja unidade se montava a partir da construção das línguas nacionais.

É em cima dessa mesma ligação que tentaremos construir uma crítica a respeito do conceito vigente de mudança, desenvolvido com a lingüística histórico-comparada e seguido ainda hoje pela sociolingüística. Atrelado à concepção de língua nacional (e seus respectivos Estados), não parece possível pensar a formação de novas línguas, de um produto da mudança. Em que medida podemos pensar numa nova língua que não esteja atrelada a um país no modo como conhecemos hoje a organização política mundial?

Cap II

2. A relação de línguas do/ no Espaço de Enunciação

O que vimos até o presente momento foi um percurso dos estudos sobre o contato de línguas, em situação de bilinguismo ou multilinguismo.

Na história das línguas, por conta de situações de migração, colonização ou exploração, espaços de convivência de muitas línguas foram configurados, propiciando o contato das línguas envolvidas e acarretando alguns tipos de interferência entre as mesmas.

Como pudemos ver até agora as relações entre línguas se torna uma questão importante para entender a mudança lingüística, pois a partir do momento em que se passa a pensar na mudança como algo externo à língua, o contato entre línguas apresenta-se como parte importante do processo de mudança.

Ao considerar que a mudança pode se dar por razões externas à língua, consideramos que as situações de (multi)bilingüismo que se formaram por conta do contato dos povos permitiu o contato de línguas e por conseqüência a mudança que resultaria desse contato.

O que vimos no capítulo anterior foi justamente o modo como as diversas teorias consideram como o contato dos povos era determinante para a mudança lingüística e como esse contato afetava a direção da

mudança. Isto é, fatores sociais e políticos refletiam na língua e definiam a forma que se daria à mudança.

O contato de línguas possibilitou um novo olhar sobre a mudança lingüística. A mudança vista não como uma deriva interna da língua, mas como resultado do contato de povos.

Dentro da perspectiva da semântica do acontecimento, que aqui adotamos, o contato das línguas não se dá como um reflexo da história dos povos, mas como parte do funcionamento da língua.

Desse modo, abrimos uma outra possibilidade para tratar a mudança lingüística. O contato das línguas não é circunstancial, mas faz parte do funcionamento da língua e, nesse sentido, também da mudança.

Esta é a posição que encontramos em “A ordem das Palavras e a línguas Brasileira” (Orlandi 2007). Refletindo sobre a questão da ordem das palavras no processo de gramatização brasileira do português, a autora toma como ponto central um texto de Said Ali sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos. No decorrer da reflexão ela diz que todos reconhecem a mudança quando se fala da passagem do latim para as línguas românicas (como o português), mas que não se considera mais que as línguas estejam mudando.

Diante disso, ela defende que, na verdade, a língua nacional do Brasil é já outra língua, diferente do português (o brasileiro). E isto está ligado a um novo modo de pensar a mudança, para a autora, de uma

perspectiva discursiva. E como ela diz “*o português do Brasil, o brasileiro, não é apenas uma contextualização do português de Portugal. O brasileiro é uma historicização singular, efeito de um espaço-tempo particular diferente do de Portugal. Este espaço-tempo é estruturado pelos sujeitos e pelos objetos que o ocupam e com capacidade lingüística particular.*”³

Para avançar e levando em conta o que acabo de dizer, apresento a seguir o conceito que vou utilizar para olhar a mudança por um novo prisma, o espaço de enunciação, definido por Guimarães.

Segundo Guimarães (2002:18), “*o espaço de enunciação é um espaço de funcionamento de línguas, habitados por falantes e línguas, que se distribuem, se dividem, se refazem e se misturam em uma disputa incessante.*” As línguas, sempre em relação, acabam se modificando, tornando-se outras.

É importante frisar, por outro lado, que nessa relação de línguas, uma língua se divide em virtude de sua relação com os falantes. O falante, para a semântica do acontecimento, não é um indivíduo psicológico que escolhe a língua que vai falar de acordo com o valor social da língua. Ele é uma figura política, caracterizado histórico-socialmente. Pelo modo como se relaciona com a língua é por ela

³ Orlandi, E. L'ordre des mots. Le texte présenté dans le SEMINAIRE d'HISTOIRE & d'EPISTEMOLOGIE DES SCIENCES DU LANGAGE : L' ORDRE DES MOTS, le 7 mai 2007

determinado. Este modo de relação, no processo histórico, acaba por dividir a língua e esta divisão continua a afetar e a determinar o falante. Ou seja, as relações no espaço de enunciação não são estáveis, pois são históricas.

Essa perspectiva apresentada por Guimarães toma a noção de variedades lingüísticas diferentemente da sociolingüística variacionista. Esta última toma essas variedades lingüísticas numa relação especular com a sociedade representando suas classes sociais. A concepção de língua tomada por esta área da lingüística estabelece uma correlação entre língua e sociedade de modo que haja uma variante da língua para cada categoria social. Há, assim, uma distribuição estratificada das variantes que representam as categorias sociais.

Guimarães entende que as línguas não estão distribuídas nesse espaço em iguais condições. Há uma divisão hierarquizada que afeta as línguas. Configuram-se sobreposições e hierarquizações que ocorrem entre a língua nacional, oficial e materna que são naturalizadas pelos falantes. Do nosso ponto de vista, o que interessa aqui dizer é que a diversidade, a partir da noção de espaço de enunciação, pode ser tratada como uma questão lingüística, mas considerando que os aspectos sociais e políticos não são aspectos que se acrescem aos aspectos lingüísticos. Ao contrário, deste ponto de vista os aspectos sociais e políticos são eles próprios lingüísticos.

Para entender melhor essa sobreposição e como ela se dá de forma distinta no espaço de enunciação de Friburgo, retomo as categorias usadas por Guimarães (2005: 11).

Língua materna: é a língua que se apresenta como a primeira para seus falantes;

Língua franca: língua praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes e que são faladas para intercursos comum;

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo.

Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais.

Língua alheia: é toda língua que não se dá como materna para os falantes de um espaço de enunciação.

Língua estrangeira: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência.

Num espaço de enunciação de estados nacionais, é a língua nacional que o organiza e distribui as línguas que nele funcionam. Nesse sentido qual o lugar da língua materna para seus falantes e dentro do espaço?

2.1 O funcionamento do espaço de enunciação do Brasil

Deter-me-ei nesta seção em discutir a sobreposição das línguas nacional, materna e oficial no nosso espaço de enunciação. No espaço de enunciação do Brasil funcionam as línguas indígenas e línguas de fronteira e as de imigração, além disso há neste espaço um funcionamento específico das línguas africanas.

Para compreensão do estabelecimento do português como língua oficial e língua nacional, retomo uma divisão estabelecida por Guimarães e Orlandi (2001) sobre a história do português no Brasil.

Os autores consideram o primeiro período a partir de 1532, momento em que, após a descoberta do Brasil, se inicia a colonização portuguesa. Ele vai até o ano de 1654, momento que marca a saída dos holandeses do Brasil. Naquele momento, o espaço de enunciação era constituído pelas línguas indígenas, pelo português (a língua de administração da colônia), pelas línguas africanas e pelo holandês (língua da colônia holandesa no nordeste) e pelas línguas gerais, praticadas como língua franca entre portugueses e índios.

O espaço era constituído então pelas línguas maternas, (línguas indígenas, português, holandês), por uma língua oficial, uma vez que era a língua de administração da colônia, o português, e pela língua franca: as línguas gerais.

O segundo período vai de 1654 até a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

Há um aumento do número de falantes de português, com o crescimento da colonização portuguesa. Essa grande leva de portugueses, vinda de várias partes de Portugal, constitui uma certa diversidade no português falado no Brasil. O espaço de enunciação se alterou já com a saída dos holandeses, deixando para o português o lugar de única língua européia. A chegada de mais portugueses aumentou o número de falantes de português além de diminuir a circulação das línguas gerais. O português passou a ser, além da língua oficial, a língua mais falada.

Para efetivar o domínio do português frente às demais línguas houve algumas medidas administrativas tomadas pelo governo, como o Diretório dos Índios de 1757, implementado pelo Marques de Pombal, que proibia o ensino de línguas indígenas nas escolas Jesuítas e tornou obrigatório o ensino do português.

O terceiro momento se inicia com a chegada da família real, terminando em 1826 época em que o português é referido oficialmente como língua nacional do Brasil.

A chegada da família real além de tornar o Brasil sede do império português, propiciou um grande aumento de portugueses no Rio de Janeiro, capital do Império.

Como sabemos, ainda por conta da presença da família real foram criadas a Biblioteca Nacional e a Imprensa. Estas instituições, como dizem Orlandi e Guimarães (2001) ajudaram a criar um efeito de unidade do português no Brasil.

O último período começa em 1826, quatro anos após a independência do Brasil.

O português passa a ser também, além da língua mais falada e a língua oficial, a língua nacional do Brasil. Fica decidido no parlamento brasileiro que o ensino de português deve ser feito em gramáticas da língua nacional.

Guimarães (2005: 15) ressalta a importância dessa formulação como um modo de não nomear a língua da nova nação pelo nome do antigo colonizador, pois “uma das formas de indicação de pertencimento de um povo a uma nação era, segundo as posições do século XIX, a relação desse povo com sua língua.” Essa relação língua/povo/ nação será retomada com um olhar mais específico no modo como ela afetou e afeta as teorizações lingüísticas sobre mudança no capítulo 05

Essa periodização nos interessa aqui pelo modo como o português foi ao longo da história do Brasil assumindo o lugar de língua nacional e oficial e como isso afeta a distribuição das línguas no espaço de enunciação brasileiro atualmente.

A língua nacional é fundamental para construção do imaginário de unidade do Estado nacional e da identidade de um povo, mas não é possível ignorar a heterogeneidade própria do português com seus dialetos, ou como, definimos por nossa perspectiva, suas divisões.

Essas divisões são próprias do espaço e se dão em decorrência da relação da língua com seus falantes. Elas não são iguais, isto é, há uma hierarquia nessa divisão organizada da língua nacional.

Enquanto língua do estado, ela dispõe de instrumentos tais como a gramática, o dicionário e a escola. E são por meio deles que se define o certo e o errado da língua operando assim os valores e as distribuições das divisões.

Guimarães (2005) opera ainda com o modo de divisão específica que afeta o português: a divisão vertical e a horizontal. Segundo ele, a divisão vertical compreende os registros formal (a língua de documentos e da literatura) e coloquial da língua, este podendo, enquanto língua praticada no cotidiano, se subdividir em registro coloquial de pessoas escolarizadas e de pessoas não-escolarizadas.

A divisão horizontal produz a distinção entre os falares regionais. Esses, contudo, ressalta Guimarães, não funcionam em condições iguais. Elas são atribuídas aos falantes politicamente, pois a divisão vertical afeta a horizontal, conferindo prestígio a determinados dialetos e estigmatizando outros, ou ainda determinando alguns dialetos como

não pertencendo ao português. Isto é, o registro formal passa a ser tomado como a língua e os demais registros como errados ou não fazendo parte da língua.

Acho importante ressaltar essa hierarquização e o modo como ela se constitui para compreender o lugar do alemão no espaço de enunciação e a forma como a constituição dessas divisões será afetada pela interdição do alemão durante o período do Estado Novo que será melhor analisado no capítulo 03.

Assim, o espaço de enunciação brasileiro é constituído por essa divisão horizontal com seus dialetos regionais. Ao trazer um desses dialetos para um espaço menor, como o exemplo de Guimarães (2005:22), em que o falar nordestino é trazido para o espaço enunciativo de São Paulo, a Escola vai corrigir seus alunos a partir do falar paulista. A divisão horizontal (dos dialetos/falares) é afetada pela divisão dos registros e acarreta no afastamento da língua do Nordeste do registro formal, ou seja, é como se não houvesse um registro formal nordestino.

Isso significa esses falantes (nordestinos, no caso do exemplo) como não tendo uma língua formal. É o falar paulista que é tomado como língua formal e as línguas dos imigrantes nordestinos se constituem como erradas. Esse funcionamento não se daria do mesmo modo se o

falar nordestino não tivesse “sido transferido” para o espaço de São Paulo.

Se retomamos o que dissemos acima sobre a sobreposição no português do Brasil da língua nacional e língua oficial (registro formal), entenderemos como vai funcionar essa hierarquização das línguas, pois há uma sobreposição da língua nacional e oficial sobre às línguas maternas. Operando com o imaginário monolíngüe do Brasil, a língua materna do brasileiro é o português, que também é nossa língua nacional e oficial (que é nossa língua formal). Se um brasileiro é falante de uma língua que é identificada como um falar coloquial, toda a língua está fora da língua nacional e oficial e também da língua materna, efeito da sobreposição. Nesse sentido, esse falante nunca fala (certo).

Ao olhar para o exemplo apresentado sobre o falar nordestino em São Paulo, vimos que, ao transferir uma língua de um espaço de enunciação para outro, ela passa a ser afetada pela divisão vertical que funciona no novo espaço de enunciação. Assim se deu com a presença do alemão no espaço enunciativo brasileiro, mais detalhadamente no espaço de Friburgo.

2.2 O alemão no espaço de enunciação do Brasil/ de Friburgo⁴

O alemão, no Brasil, funciona não mais como uma (outra) língua nacional, mas como a língua materna dos moradores de Friburgo, ou ainda como mais uma língua que circula nesse espaço.

É importante ressaltar o funcionamento do alemão nesse espaço não como uma língua estrangeira, mas como uma língua que convive nesse espaço em virtude da relação de línguas que a história propiciou.

Considerando, então, que o alemão não é tomado, no funcionamento do espaço, como uma língua estrangeira, de que modo ele se insere?

Tendo em vista as divisões apresentadas: a vertical e a horizontal, faz-se necessário entender o lugar do alemão. Estaria ele em uma das divisões horizontais que distribui as línguas?

O problema da divisão horizontal concerne somente aos falares de uma língua, no caso do nosso espaço, do português. A sua heterogeneidade está reproduzida nessa divisão.

O alemão, por sua vez, não faz parte dessa divisão. E assim como vimos no exemplo na seção anterior, em que o falar nordestino dentro do espaço de enunciação de São Paulo é significado como uma língua errada, sem registro formal, a “transferência” do alemão para o espaço

⁴ A história de constituição do espaço de enunciação de Friburgo será tratada detalhadamente no capítulo 04.

de enunciação brasileiro também traz conseqüências para o modo de significar essa língua.

Num espaço regulado pela língua nacional (o português), o alemão tomado como língua materna, é afetado pela divisão vertical que define a língua nacional (oficial) como a língua que organiza e regula esse espaço, colocando o alemão numa posição inferior. Isso porque não estamos considerando um espaço de enunciação global, mas o brasileiro. No primeiro a distribuição das línguas estaria marcada por uma “geografia hierarquizada”, nas palavras de Guimarães (2006:22). Se estivéssemos analisando um espaço global é bem possível afirmar que seria o português que estaria em desvantagem em relação ao alemão.

Entretanto pela história de constituição desse espaço brasileiro, o alemão se insere não como uma língua nacional e por isso está em posição inferior. A prática do alemão em Friburgo subordina-se à da língua nacional do Brasil.

Considerando o modo como as línguas se distribuem e o funcionamento dessa distribuição, vou me ater mais detalhadamente a seguir na relação das línguas.

2.3 A relação de línguas e a mudança

Do nosso ponto de vista, tal como vimos apresentando neste capítulo, a relação de línguas não é consequência da história dos povos que as falam, mas faz parte do seu funcionamento e é determinada pelas condições sociais e políticas que fazem parte do espaço enunciativo em que circulam (ou seja, da relação entre línguas e seus falantes). Essas relações políticas não são representadas pelas línguas, mas as constituem.

A hierarquização das línguas produzida pelas divisões (horizontal e vertical) e pelas sobreposições determinam a língua e seus falantes.

Assim, é o português padrão que opera a divisão normativa do espaço enunciativo brasileiro. O “português padrão” é significado no espaço de enunciação como “o português”. É por ele, portanto, que se excluem e ao mesmo tempo incluem os falantes das variantes mais afastadas da norma. Isto é, um falar português, mesmo que seja uma variante distante da norma, opera a inclusão (fala-se português), e ao mesmo tempo a exclusão, já que a variante falada não é aquela que constitui o falante como cidadão-de-direito, como brasileiro.

Da nossa perspectiva, a relação das línguas não se dá à parte dos falantes, mas em virtude deles. Levando-se em conta que o funcionamento das línguas é determinado pelo espaço de enunciação,

considera-se que os falantes não escolhem as línguas que vão falar em função de contextos sociais e nem se estabelece uma relação unívoca uma língua/um falante. Os falantes, desse modo, não são indivíduos, mas sujeitos da língua enquanto constituídos pelo espaço de enunciação.

No caso de Friburgo, ao falante é atribuído o português e o alemão e há uma relação dele com cada uma das línguas. Há um lugar do português para o falante, e um lugar para o alemão. Essa distribuição, contudo, é marcada por uma desigualdade politicamente construída pelos efeitos das sobreposições.

As línguas se refazem, se dividem na medida em que estão em relação com os seus falantes, ou seja, não há uma relação de uma língua para um falante, mas dele com as línguas que o determinam.

O espaço de Friburgo se constitui de falantes de português e de alemão que passaram a conviver e pelo funcionamento do espaço acarreta em uma nova divisão do português⁵, que se estabelece pelo contato das duas línguas que não existia até então; e um alemão distinto daquele falado na Alemanha. Assim o que temos é que o português de Friburgo passa a ser outro, uma nova divisão dele, como tantas outras que constituem sua heterogeneidade e o mesmo se dá com o alemão que, embora ainda seja nomeado como alemão, já não

⁵ Essa nova divisão do português não será estudada nesse trabalho, uma vez que nosso interesse sempre foi as mudanças sofridas pelo alemão e desse modo as entrevistas realizadas foram realizadas em alemão.

será mais a mesma língua. Isto em virtude mesmo do espaço de enunciação específico.

Por esse funcionamento de relação (constante) das línguas, em que elas se influenciam, se refazem e se modificam, elas se tornam outras. Assim a mudança não ocorre como temos visto até então como resultado de uma situação externa, como o contato de povos, ou ainda de uma deriva interna, em que um desequilíbrio no sistema desencadeia as mudanças na estrutura. A partir do funcionamento político do espaço de enunciação é possível conjugar o interno e o externo da língua.

Apresento um exemplo de uma conversa que tive com uma das moradoras de Friburgo. Ao me falar dos preparativos para o casamento de sua neta, ela me conta sobre o vestido que será inspirado no vestido de sua mãe. Ela me mostra uma foto do casamento de seus pais ocorridos na Alemanha, para que eu veja o vestido de sua mãe.

*HL: Tá vendo aí, **em cima da foto**, meu pai, minha mãe, meu tio e minha tia. A minha mãe é a com arranjo no cabelo. Minha mãe e a minha tia casaram no mesmo dia.*

A despeito do fato de não estar analisando neste trabalho as mudanças sofridas pelo português na relação com o alemão, gostaria de chamar a atenção para o enunciado acima.

O sintagma nominal na foto (que seria esperado no caso) foi reconstruído por uma relação entre o falante e as línguas português e alemão por **auf dem** Foto (em cima da foto). Há um embate entre as línguas alemão e português e o falante está determinado pela relação entre as duas línguas. O fato de não haver nenhum item lexical em alemão torna ainda o enunciado mais interessante, pois o embate não é tão visível, como se houvesse presente uma palavra em alemão.

O fato de o alemão estar presente nesse espaço de enunciação faz com que o enunciado seja construído com interferência do alemão, já que as línguas estão em relação.

A conversa entre mim e a moradora feita em português era apenas uma visita sem nenhum caráter de entrevista e mesmo assim o sintagma “em cima da foto” foi afetado pelo português. Chama a atenção o fato desse sintagma não ser construído em alemão, com léxico alemão, já que a sintaxe é desta língua.

Podemos dizer que estamos diante de uma nova divisão do português que nos dá uma certa materialização do que viemos discutindo até então.

O português mudou.

Pelo exemplo acima podemos marcar a diferença do modo como a semântica do acontecimento compreende o funcionamento da língua. A nova divisão do português nos aponta uma mudança que não é

resultado de uma situação específica de contato de povos, mas de uma regulação histórica específica desse espaço de enunciação que funciona sempre em relação. Aparece claramente neste caso o cruzamento de línguas que o conceito de espaço de enunciação permite ver como ligado a uma relação entre línguas e entre estas e seus falantes

Por esse funcionamento, as línguas se modificam. Ou seja, a mudança é constitutiva da língua.

Um dos pontos chaves dessa tese é tentar entender até que pontos essas influências, que dividem e redividem a língua, tornam a língua efetivamente outra no sentido que vemos quando se fala da mudança do latim para o francês, ou espanhol, por exemplo. Ou que ainda mudam, se dividindo em outras, mas ainda continuam sempre a mesma, presa no tempo presente da designação que a nomeia.

Na tentativa de entender melhor essa diferença, podemos pensar na sistematização que segue, a fim de propor categorias para o problema da mudança para o espaço de enunciação:

As relações de língua (o modo de distribuição das línguas para os falantes) a refazem e a dividem de tal forma que permitem que uma das divisões da língua se determine como uma nova língua para o falante, identificando-o diferentemente.

As relações de línguas (o modo de distribuir as línguas para os falantes) se afetam e se dividem criando mais divisões da língua,

alterando o espaço de enunciação por uma nova e constante redistribuição das línguas para seus falantes. Essas divisões, contudo, embora já não sejam a mesma língua, pela mesma nomeação continuam a ser significadas apenas como divisões dela.

Tomaremos essas categorias propostas acima como o norte de nossas questões acerca do que é a mudança.

Pelas análises que faremos, o alemão falado em Friburgo ao se diferir do alemão da Alemanha, aponta para uma nova língua, mas que não é reconhecida como uma outra língua. Nos capítulos seguintes, tentaremos entender esse funcionamento, tendo como quadro teórico o espaço de enunciação, como um espaço de relação de línguas.

Isto é, que tipo de relação de línguas temos nesse espaço enunciativo? De que forma a relação dessas línguas na configuração política desse espaço de enunciação significa a necessidade da formação de uma nova língua e de que modo essa relação de línguas afeta o falante?

Capítulo III

3. O Espaço de Enunciação de Friburgo

Nesse capítulo, trataremos da relação de línguas de forma mais específica, olharemos uma situação típica do nosso espaço de enunciação, a relação do português com uma língua de imigração, no caso o alemão. Daremos, assim, à situação de contato de línguas uma certa materialidade: o contato do português com o alemão.

Apresento a seguir como se deu a constituição do espaço de enunciação de Friburgo, indicando inicialmente o modo pelo qual o espaço de enunciação brasileiro se tornou um espaço multilíngüe. Para que a análise de dados possa ser feita no capítulo seguinte, acho fundamental que possamos entender como se dá e como se deu a relação das línguas alemão e português no espaço enunciativo de Friburgo. Uma análise dessa relação de línguas se faz necessária para melhor compreensão dos dados, pois é por meio do modo como o espaço de enunciação se configura que os dados produzem um determinado sentido na sustentação da análise e das hipóteses levantadas no decorrer do trabalho quanto ao contato de línguas e do problema da mudança.

Para isso farei um percurso sobre a história dos imigrantes alemães no Brasil até a configuração do espaço de enunciação de Friburgo, bairro “alemão” de Campinas, onde foi realizada a coleta de dados.

Desse modo, apresentaremos a forma como o Espaço de Enunciação brasileiro se constitui na diversidade das línguas, desde a chegada dos portugueses. Desenhado o espaço brasileiro, apresentarei as condições da entrada dos alemães no Brasil já em 1822 e assim a fundação do bairro de Friburgo, na cidade de Campinas.

A relação do português e alemão não foi sempre a mesma. Durante o Estado Novo, uma política nacionalista afetou a relação das línguas dos imigrantes com o português o que acarretou uma configuração distinta do espaço de enunciação. Os efeitos dessa política serão observados na caracterização do espaço de enunciação de Friburgo.

Essa análise será feita pelo recorte de alguns dispositivos políticos institucionais, como a Constituição de 1937 e alguns decreto-leis, tendo como quadro teórico a semântica do acontecimento.

3.1 Espaço de Enunciação do Brasil

A constituição do espaço de enunciação brasileiro é consequência do modo como a colonização do Brasil foi feita, e como ele colocou em relação línguas diversas. Por isso acho importante tentar entender como esse processo de colonização se deu.

Os moldes da colonização portuguesa se baseavam, conforme explica Mariani (2004), nos princípios da Igreja Católica, fundada no Concílio

Católicos, no século X, segundo o qual a civilização de um “povo bárbaro” se baseava em sua catequização. A Companhia de Jesus se responsabilizou pela ação civilizatória e passou a aprender a língua dos índios para por meio dela catequizá-los.

A questão lingüística foi tomada como argumento para advogar a posição eurocêntrica em que o Novo Mundo era primitivo e estaria longe do que a Europa tomava como civilizado. As línguas dos povos nativos eram mais uma forma de configurá-los como exóticos e bárbaros.

A partir do pensamento Renascentista europeu de gramatização das línguas vernaculares, a produção de gramáticas e dicionários se inseriu numa revolução tecno-lingüística que visava descrever as línguas com base na língua escrita.

Dentro dessa tradição gramatical, explica Mariani (2004), os jesuítas, nos moldes línguas européias, descreveram o tupi em gramáticas, facilitando seu aprendizado pelos jesuítas. Isto acabou por contribuir para que esta língua se tornasse uma língua franca no Brasil.

Configurou-se desse modo um espaço lingüístico heterogêneo de relação de línguas indígenas, o português europeu, as línguas africanas, vindas pelo processo de escravidão, e as demais línguas européias que circulavam no Brasil.

A diversidade lingüística da colônia e, principalmente, o aumento do número de falantes de tupi, como língua franca, obrigou Portugal a tomar algumas medidas administrativas e políticas no sentido de impor uma unidade lingüística. A situação se alterou a partir do século XVIII, época em que a língua geral começou a declinar na região sudeste e uma hostilidade contra os jesuítas crescia, sobretudo, contra as práticas de catequese. Ainda nesse período os jesuítas foram expulsos de São Paulo e de Maranhão, por causa do domínio acentuado que tinham sobre os índios.

Assim sendo, algumas medidas administrativas foram tomadas. Estabeleceu-se uma disputa, principalmente, entre as duas línguas, a portuguesa e a língua tupi. Por isso em 1757 foi implementado o Diretório dos Índios, primeiramente, nas Capitanias de Grão-Pará e Maranhão. Em 1758, o Diretório atingiu toda a colônia. Concomitantemente em Portugal, ele promoveu uma reforma pedagógica, tornando o ensino de português obrigatório, em substituição ao latim.

Quanto ao Brasil, a proibição da língua tupi, ligada ao aumento da presença portuguesa no Brasil, entre outros elementos, deu ao português a condição de ser a língua mais falada na colônia e passou a ser a língua ensinada nas escolas. Desse modo, o Diretório instituiu uma igualdade entre a metrópole e a colônia, através do uso do português.

Houve, a partir de então, uma imposição oficial de uma cultura e de uma língua na colônia assim como se dava (imaginariamente) na metrópole.

O português passou a ser ensinado nas escolas, com base na arte da gramática e ocupava lugares institucionais, assegurando a Portugal uma unidade lingüística entre a colônia e a metrópole, com o português como uma língua una. Para estabilizar a noção de unidade, embora houvesse as demais línguas com as quais o português estava em contato, as medidas administrativas que foram tomadas acabaram por estabelecer uma certa delimitação dos lugares onde o as outras línguas podiam circular. Há o estabelecimento de uma desigualdade entre iguais (línguas), uma língua que pode e outra que não pode ser falada. Silenciada em seu funcionamento público, como o fechamento das escolas que ensinavam o tupi. Mas ao falar o tupi, pois não era possível o seu apagamento total, seus falantes se identificam dentro dessa distribuição de línguas como aqueles que falam uma língua que está apagada. Desse modo, seus falantes se afirmam como pertencendo ao grupo dos que não estão incluídos no que seja o Brasil e, assim, no que seja Portugal.

Como dissemos, configurou-se desse modo, um espaço lingüístico heterogêneo de relação de línguas indígenas, português europeu, as línguas africanas e as demais línguas européias que circulavam.

Após a independência do Brasil, em 1822, uma grande quantidade de imigrantes veio para o país. A maior concentração de imigrantes veio da Itália e Alemanha, como afirma Carvalho (1987). Essa migração deu uma nova configuração política para o espaço enunciativo brasileiro que se constituía pela língua portuguesa, tomada como a língua nacional, responsável pela distribuição normativa das línguas, as línguas indígenas e as línguas dos imigrantes.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil se apropria do português como língua nacional do Brasil, conforme explica Orlandi (2001), através de uma produção de conhecimento sobre o português, incluindo aí a produção de instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários.

A ação do Estado no século XVIII, conforme explicam Guimarães e Orlandi (2001), sublinhada na figura do Marques de Pombal, é sentida na prática colonizadora em que se impõe o ensino da língua portuguesa na escola e a proibição do ensino de línguas indígenas nas escolas dos Jesuítas. Para isso, a produção de seus próprios instrumentos lingüísticos visa produzir um conhecimento sobre o português do Brasil e sobre a história do povo que a fala. A partir do momento em que se estabeleceu uma identidade lingüística brasileira torna-se possível olhar para o funcionamento do português no Brasil dominado por uma relação de unidade/diversidade, uma unidade que não se refere ao português do Brasil com o de Portugal, mas às variedades existentes aqui.

3.1.1 A chegada dos imigrantes no Brasil

O Governo Brasileiro, segundo Carneiro (1950), necessitava de um contingente populacional para ocupar certas áreas desabitadas do país e viu na imigração a solução para o problema. Patrocinou, então, uma leva de imigrantes/colonizadores que vieram para o país com o objetivo claro de ocupar estas áreas.

As levas que se seguiram foram de imigrantes/colonizadores que vieram fugidos da Alemanha, devido à pobreza que assolava o país e, mais tarde, das guerras que enfrentavam. A maioria que chegava aqui eram agricultores e pequenos comerciantes e muitos eram analfabetos, falantes de dialetos alemães tais como plattdeustch e pomerano no sul e sudeste.

No Brasil Império, foi desenvolvida uma política de imigração para o Brasil, iniciada logo após a ruptura com Portugal em 1822. Segundo Carneiro (1950), essa política migratória visava resolver três questões:

- 1-) promover o branqueamento racial do País;
- 2-). fortalecer a economia do mercado; e
- 3-) garantir-lhe a segurança territorial.

A preocupação com a segurança nacional visava, sobretudo, o Sul do país, em função da Guerra Cisplatina de 1811. Nesse sentido, em 1824, foram introduzidas no Sul do Brasil as primeiras levas de imigrantes, trazidas pelo governo. Os homens iriam integrar o exército em época de conflitos, e, em tempo de paz, iriam trabalhar na agricultura. Por esse motivo, eles foram instalados em áreas rurais, próximas a núcleos urbanos para abastecimento das populações das cidades, contribuindo assim para o fortalecimento da produção nacional, uma vez que se visava um aumento da produção agrícola no país.

Alguns obstáculos dificultaram maior ousadia nos investimentos relativos ao projeto de imigração, verificando-se, assim, uma certa oscilação desta prática, com momentos de ruptura e retomada no período posterior ao final do Império. O primeiro obstáculo foi a suspensão da subvenção oficial à imigração. Outro fator responsável pela quebra do movimento migratório foi a falta de recursos financeiros do Brasil, explica Carneiro (1950). A limitação do mercado consumidor, decorrente do predomínio da economia exportadora não era atraente aos imigrantes que se dedicavam exclusivamente à economia de mercado interno. A estrutura fundiária baseada no latifúndio monocultor também prejudicou os imigrantes que, em geral, eram pequenos proprietários.

Antes ainda da independência do Brasil, tivera início o recrutamento de colonizadores alemães, que já havia atingido seu primeiro ponto alto nos anos de 1820, em virtude da nacionalidade da Imperatriz Leopoldina, esposa, austríaca, de D. Pedro I. Todavia, a emigração em massa ocorreu de forma reconhecida apenas a partir da primeira metade do século XX, e continuou aumentando até a Primeira Guerra Mundial.

O movimento migratório alemão caracterizou-se por ser dirigido pelo governo central das províncias do sul, e efetivado por companhias particulares. Os alemães foram encaminhados para áreas mais desertas e demarcadas ao longo de linhas coloniais. Estes lotes eram pequenos e insuficientes para a produção. O resultado disso foi um movimento migratório para novas áreas a oeste de Santa Catarina, para o planalto e oeste paranaense e, posteriormente, Rondônia e Mato Grosso.

A colonização germânica caracterizou-se por uma certa homogeneidade entre si devido a sua autonomia frente às demais colônias fundadas por outros europeus. Grande parte dos núcleos transformou-se em cidades pequenas e médias (industrializadas ou não). O andamento das atividades comerciais e artesanais possibilitou uma abertura destas colônias que intensificaram o contato com outros imigrantes. Essa autonomia frente às outras comunidades e mesmo ao

governo facilitou a manutenção da língua alemã nessas comunidades, relegando ao português o lugar de língua comercial.

Do ponto de vista da direita extremista organizada na Liga Pangermânica (Alldeutscher Verband) na Alemanha que sempre permaneceu uma minoria, eram justamente estes "alemães no exterior" (Auslandsdeutsche) no Brasil que constituíam uma vanguarda para os planos de expansão - nascia aí a idéia de uma "nova Alemanha" no Brasil. Nesse sentido, a língua alemã era mantida por meio das escolas, construídas pela comunidade, assim como os cultos religiosos.

Apesar disso, explica Rinke (2008), é atribuído aos cidadãos do Império Alemão (Reichsdeutsche) que viviam no exterior e aos descendentes de alemães uma função de mola mestra da nova ascensão da Alemanha como força mundial e como compensação dos instrumentos da política de poder que havia sido perdida.

Conforme explica Hobsbawm (1998), com a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, segundo o Tratado de Versalhes, o país foi enfraquecido. A Alemanha estava cerceada no direito de ter uma marinha e força aérea efetivas, seu exército foi limitado a 100 mil homens e todas suas colônias ultramar⁶ lhe foram tiradas e redistribuídas entre britânicos e franceses.

⁶ Segundo Wesseling (1998) no fim do século XIX, a competição entre as metrópoles européias pelo domínio africano se intensificou a partir de 1880, início do neocolonialismo africano, em virtude da expansão do capitalismo industrial. Itália, Alemanha, Bélgica surgem como novas interessadas em ocupar o território africano, visando exploração econômica e domínio político.

Depois da Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma onda de emigração alemã para a América Latina que, numericamente, ultrapassou muito àquela ocorrida no século XIX. O Brasil, durante a República de Weimar, com mais de 58.000 alemães, segundo as estatísticas governamentais, tornava-se novamente o principal alvo da emigração alemã para a América Latina e, com isto, o segundo alvo mais importante da emigração alemã além-mar, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Para Rinke (2008), a emigração alemã devia contribuir para restaurar a reputação da Alemanha no além-mar. Por questões históricas de cunho econômico e ideológico, os imigrantes deveriam manter a “germanidade”.

Entusiastas expansionistas viam na emigração pós-guerra um reforço para os “alemães no exterior” (volksdeutsche), que levantaria o comércio exterior e seria uma forma de substituição das colônias perdidas.

Tal instrumentalização da emigração parecia ser possível apenas onde a pressão pela assimilação era pouco acentuada, e onde pudessem ser construídas estruturas fechadas de colonização. O Brasil era um alvo interessante por ter condições climáticas que favoreciam, além de territórios ainda inexplorados no sul do Brasil, cuja vantagem residia na disposição de terra fértil e no fato de que a “germanidade” se

Em 1884, a Conferência de Berlim instituiu normas para a ocupação do continente. Essa divisão arbitrária do continente ficou conhecida como a partilha da África. Em virtude desse acordo a Alemanha conquistou as regiões correspondentes aos atuais: Togo, Camarões, Tanzânia, Ruanda, Burundi e Namíbia.

conservaria pura em relação à raça e à língua, pareciam ser especialmente ideais para a construção de colônias alemãs “puras” sob condições climáticas suportáveis.

Em 1930, a primeira medida legisladora do novo governo de Getúlio Vargas, diz Magalhães (1998), foi limitar o visto de entrada de imigrantes e as facilidades para imigração foram suprimidas. As tendências nacionalistas no setor da legislação de imigração aumentaram mais ainda no tempo que seguiu e culminaram, em 1934, no modelo de cotas, assimilado dos EUA.

Ao destacar aqui a imigração alemã no Brasil, ressaltamos a especificidade desse grupo, que veio para cá já com o intuito de manter suas marcas da identidade alemã.

Conforme descreve Oberacker (1955), as colônias alemãs se mantinham isoladas das demais colônias e mesmo dos brasileiros guardando contato com estes últimos somente para relações de comércio. Embora persistissem na manutenção da identidade alemã, a língua que circula no espaço enunciativo brasileiro não funciona de forma estanque. O funcionamento dela na relação com o português afeta o alemão, como veremos a seguir, determinando o modo como seus falantes se constituem e afetando assim o ideal de uma identidade alemã.

Após o percurso desenhado da constituição da diversidade lingüística no/do Brasil, vale a pena ressaltar o modo como essa diversidade lingüística se projetou no Brasil pela colonização e pelo movimento migratório iniciado logo após a sua independência, pois, diferentemente do que ocorre na Europa, o conjunto de línguas que funcionam em nosso espaço não se orienta, no seu conjunto, por uma relação de parentesco. O espaço de enunciação brasileiro se organiza por políticas de línguas estabelecidas por instrumento legais como o Diretório dos Índios e os Decretos-leis da época do Estado Novo, e pelo fato lingüístico pelo qual o Português é a língua nacional do Brasil.

Tendo em vista esse quadro das línguas do Brasil, nos interessa pensar nas relações que elas têm enquanto relações históricas e políticas. Ou seja, como entraram em relação, como estas relações se desenvolveram? Que relações de poder e como se configuraram, em todo o conjunto de línguas? E deste modo, em que medida certas línguas acabam por desaparecer como resultado destas relações de forças, de poder? E, ainda, como estas relações dizem respeito à relação entre os falantes destas línguas, e em que medida as estruturas destas línguas são afetadas umas pelas outras a partir desta história política das relações de poder? Desse modo, pensamos essas relações no quadro teórico do conceito de espaço de enunciação.

Guimarães (2002), como vimos no capítulo 2, definiu esse conceito como um espaço de relação de falantes e línguas que são distribuídas desigualmente e organizadas pela língua nacional.

Tendo em vista a diversidade de línguas que constituem o espaço de enunciação, a questão da mudança da língua é constitutiva do seu modo de funcionar. As línguas, pelo fato de funcionarem sempre em relação às outras línguas, se modificam, tornando-se outras em dois sentidos. O de tornar-se outra língua, como se deu com o latim de cujas modificações resultaram outras línguas e o de manter-se a mesma presa ao seu nome, embora materialmente a língua seja outra. Tomaremos isso como ponto de partida para entender a mudança das línguas, na análise de um caso específico, a relação da língua alemã com o português, como veremos a seguir.

Essas línguas, contudo, não estão distribuídas no espaço de enunciação do mesmo modo. Há uma distribuição normatizada delas, organizada pela língua nacional, o português. É a partir dela que as línguas se distribuem e se relacionam. Essa não homogeneidade das línguas nesse espaço lhes atribui essa configuração política. Há uma relação política entre as línguas, mas ela não está fora da língua, é constitutiva dela. O português, como língua nacional, que organiza o espaço, determina o falante enquanto brasileiro, mas ao mesmo tempo o espaço de enunciação o divide enquanto falante de uma outra língua.

3.2 O Estado Novo na constituição dos espaços

O modo como as políticas lingüísticas foram aplicadas no período do Estado Novo afetam de forma específica o funcionamento do espaço de enunciação de Friburgo, nas relações das línguas alemão e português, uma vez que por um período de pelos menos oito anos, a interdição do alemão determinou e regulou este espaço.

Contudo, a questão da relação de línguas no espaço brasileiro não é um fato recente na história do Brasil, assim como o modo de regulá-las também não é.

Como vimos, em nossa história recente, há uma presença constante de línguas de imigrantes, sobretudo das línguas alemã e italiana decorrente das intensificações de fluxos migratórios após a nossa independência. Se no início a imigração dos europeus foi fortemente incentivada pelo governo brasileiro, ela acabou por se tornar uma ameaça, durante o Estado Novo, para a unidade nacional. Isso acarretou, como veremos, algumas medidas administrativas que regulavam a presença dos imigrantes, sua cultura e língua.

As medidas administrativas com relação às línguas foram realizadas através de uma política lingüística específica de silenciamento por meio de uma proibição explícita da prática de língua dos imigrantes,

principalmente no exercício dessa língua na escola e na imprensa. Funcionaram, para isso, leis nos níveis nacional, estadual e municipal, ao lado da fiscalização rigorosa de seu cumprimento. Essas leis e decretos-leis serão analisados de modo a tentar entender o modo como essas regulamentações afetaram o espaço enunciativo de Friburgo.

Conforme as características do Estado Moderno do século XIX, a língua foi eleita, afirma Hobsbawn (1991), como traço de coesão nacional, isto é, como condição necessária para a gestação das lealdades nacionais e definição dos limites e do caráter da comunidade nacional.

Foi nesse sentido que o português foi se firmando como um argumento de reforço à caracterização do Brasil como país autônomo política, econômica e linguisticamente em relação a Portugal.

Na década de 30 do século XX, a constituição de um imaginário homogêneo, explica Payer (1999), estava sendo afetado pela presença das línguas dos imigrantes. Buscava-se uma reafirmação do português como língua nacional diante dos imigrantes.

Para Carvalho (1987) desde a implementação da República apresentaram-se projetos políticos que produziram o discurso de formulação de um espírito nacional, no sentido de reproduzir uma representação de nação, a fim de se criar um sentimento de

pertencimento da população ao Brasil. Para isso, elementos como raça, cor e língua eram os alicerces da discussão.

Com o nacionalismo brasileiro em ascensão, intensificava-se a crítica a um grupo de imigrantes, mais especificamente os alemães, acusados de se isolarem em seus territórios de colonização no sul do país, e de não empreenderem nenhum tipo de esforço para assimilação. Somado a isso havia na Europa um clima instável que prenunciava uma nova guerra. Para Hobsbawm (1998), o descontentamento dos países derrotados na I Guerra, principalmente a Alemanha, com as condições que lhes foram impostas no remapeamento da Europa após a guerra estabelecia a paz como apenas circunstancial. Por isso o desconforto do governo brasileiro com o modo como se dava a colonização alemã.

Por conta da instabilidade resultante do fim da I Guerra e suas conseqüências para a organização política, no fim dos anos 20 e início dos anos 30, o governo brasileiro toma algumas medidas político-administrativas visando impor unidade e identidade brasileira a esses imigrantes. O português ganhou lugar de destaque nessa nova política, com discussões que enfatizaram a importância de temas nacionais, como cultura nacional e educação. E assim em 1927, explica Payer (1999), ressaltava-se a importância, em São Paulo, de ensinar em língua portuguesa nas áreas de imigração.

No governo de Vargas configurou-se um discurso que difundia uma homogeneidade nacional, o qual ia de encontro com a diversidade lingüística representada pelos imigrantes, tomada como uma ameaça.

No século XX, com o início da industrialização, se destacaram as mobilizações operárias, com a presença do movimento anarquista socialista e comunista frente à classe industrial, em 1917. Segundo Payer (1999), o engajamento dos imigrantes nestas lutas operárias foi um dos argumentos usados para restringir a presença de imigrantes no país e para a constituição de um movimento nacionalista, por parte da elite.

Essas questões políticas ajudaram a reforçar uma oposição, definida por De Decca (1994), entre nacional e o estrangeiro no Brasil, a qual criticava existência de uma diversidade dentro do conceito de nação, que a tomava por homogênea.

A partir do quadro que vai se desenhando no Brasil acerca da situação dos imigrantes, esses pequenos conflitos vão acentuar o problema com os estrangeiros a partir da I Guerra.

Já com a Guerra em andamento na Europa, em 1921, a legislação brasileira, na tentativa de acabar com esta heterogeneidade, barrou a presença de estrangeiros e formulou a “lei dos indesejáveis” e em 1930 a legislação promulgou a obrigatoriedade de dois terços dos operários de uma indústria se constituírem de brasileiros. Para Payer (1999),

quanto mais forte se configurava a oposição ao externo, mais se estreitava o envolvimento do indivíduo com a Pátria/Nação. Foi esse funcionamento de alguns gestos totalitários que levaram ao controle das diferenças sociais e dos projetos políticos diversificados.

As contradições e problemas que se formavam na nação brasileira eram associados ao externo, aos estrangeiros que aqui viviam, explica De Decca (1994). Desse modo, a nação se isentava de apresentar as causas dos conflitos. Quanto maior a oposição ao externo, mais forte ficava o envolvimento do indivíduo com a nação. A divisão interno/externo funcionava na produção de gestos totalitários que levam ao controle das diferenças.

No Estado Novo, que tem início em 1937 e se estende até o final da primeira gestão Vargas, o governo volta à carga com a implantação de uma política de nacionalização que alcançava pronunciadamente as colônias estrangeiras pertencentes aos países do Eixo, a saber: Itália, Alemanha e Japão.

Temia-se o tipo de relação travada entre esses imigrantes e seus países de origem, principalmente por conta de questões relacionadas à Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939. Assim, por determinação do governo, foram implementadas medidas que restringiam a imprensa e o ensino em língua estrangeira, assim como várias associações mantidas pelos imigrantes.

O contexto de guerra, aliado a uma proposta nacionalista que se instaurava aos poucos no Brasil sistematizou um conflito com o externo, representado pela figura do imigrante, a fim de legitimar os sentidos de nacionalização que já eram notados nas práticas políticas e econômicas do governo.

O projeto do Estado Novo visava aliar as preocupações econômicas com as educacionais, tanto é assim que ao assumir a presidência, Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que reestruturaram o sistema educacional.

Sua primeira preocupação foi com educação secundária de modo a elevar o nível da cultura brasileira e firmar diretrizes gerais do ensino primário, secundário técnico e superior. As mudanças iniciais não incluíam a educação primária que só foi legislada em 1891 para atender às exigências da Constituição de 1934, que estabelecia ser da competência dos governos estaduais a responsabilidade financeira pelo Ensino Primário.

Entretanto, essas medidas não trouxeram resultados efetivos, sendo, de fato, a Educação Secundária e Superior o foco do governo, afirma Payer (1999). O interesse de uma educação nacionalista era prioritário para essas áreas.

Ao mesmo tempo já era possível notar nas palavras de Vargas uma preocupação com a unidade nacional, vinculada ao desenvolvimento da

Nação. Com a convocação da Assembléia Constituinte, em 1933, a perseguição aos imigrantes intensificou-se. Vários debates travados pelos deputados, conforme Geraldo (2007), eram claramente escorados em teorias nacionalistas. Como reflexo disso, em 1934 foi aprovada a lei de cotas que impunha limites ao ingresso de estrangeiros em terras brasileiras. Pela nova legislação, apenas o equivalente a 2% do fluxo de entrada de cada nacionalidade nos 50 anos anteriores seria autorizado a fixar residência por aqui.

Progressivamente, Vargas foi centralizando seu poder. Selecionou os ministros e os membros dos conselhos Consultivos (o poder destes ficava subjugado ao poder dos primeiros). Indicou os interventores dos estados e através deles os dos municípios; destituiu o governo provisório que o elegeu, fechou as casas legislativas estaduais e o congresso nacional e chegou enfim ao golpe de Estado em 1937. Os partidos políticos foram eliminados, além do apagamento da diversidade dos Estados.

No Estado Novo, em 1937, foi introduzido na área de educação o viés de um nacionalismo centralizador exacerbado através da Campanha de Nacionalização do Ensino. Isso era uma consequência de uma postura do governo, explica Payer (1999) que se colocava contra a diversidade do país. Os regionalismos deveriam ser apagados para dar lugar a uma nação homogênea.

Em 1938 a “Comissão Nacional do Ensino Primário”, foi encarregada de combater o analfabetismo e “*nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos da população de origem estrangeira*”.

Em 1939 é proclamada a II Guerra Mundial; após atacar a Polônia, Hitler ocupou a França em 1940 e, no ano seguinte, deu início à invasão da União Soviética. Japão e Itália, conta Hobsbawm (1998), mesmo estando do lado vencedor da I Guerra Mundial também estavam insatisfeitos com o Tratado de Versalhes, que reorganizou a Europa e Oriente Médio conforme os interesses dos países vencedores da I Guerra, Grã-Bretanha e França, pois seus planos imperiais eram maiores do que o acordo lhes permitia.

Com o ataque japonês a Pearl Harbor em 1941, a guerra, que até então estava restrita a Europa, ganhou contornos globais. E em 1942, o Brasil corta relações com o Eixo e entra também na guerra.

Um ponto importante que deve ser ressaltado é o modo como a II Guerra Mundial significou a relação com o estrangeiro no Brasil. Ao lado de um governo nacionalista liderado por Vargas, os estrangeiros como um todo foram afetados pela situação de guerra. Embora os inimigos de guerra fossem conhecidos, as leis e decretos formulados tinham um caráter abrangente atingindo a todos os estrangeiros residentes no Brasil, como veremos a seguir.

Desse modo, depois de muito ignorar, por anos, a questão da língua dos imigrantes nas colônias agrícolas, nas quais o analfabetismo ainda não se colocava como questão para Estado, o ideal de unidade lingüística, juntamente com uma unidade política em torno do Estado Nacional, trouxe à tona um objetivo novo, o de promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras e a criação de escolas nos núcleos coloniais.

“A política de nacionalização que estamos praticando (...) abrange duas ordens de providência: umas, de alcance imediato, e outras cujos resultados dependem do tempo. Entre as primeiras, figuram as que concernem a um critério de selecionamento na permissão para a entrada e radicação de elementos alienígenas que se dirigem ao nosso país. (...) Entre as medidas de efeito imediato, as mais relevantes referem-se à obra de nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos e tradições e modos de ser peculiares a outras raças. A língua é um nobre instrumento de soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros na infância e na adolescência, que, até agora, aprendiam pela cartilha dos seus

*maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano ou de outras latitudes. As forças armadas, que são instituições modelarmente nacionais, estão empenhadas nesta bela obra de patriotismo e também de previdência. A entrosagem dessas medidas, aplicadas habilmente, não nos fará temer qualquer possibilidade de incrustações de perturbadoras minorias étnicas no organismo nacional.”*⁷

Os sentidos de nacionalização que funcionaram nesse período, nos discursos de Vargas e mesmo nas formulações de leis e decretos estavam fundamentados, explica Payer, numa retórica em torno da Segunda Guerra Mundial e da unidade nacional.

Antes da intervenção do Estado Novo, houve algumas propostas, não tão radicais, de nacionalizar a educação nas áreas de imigração, por meio de escolas bilíngües, em que o português fosse a língua principal.

A falta de escolas nas colônias era comum, e a educação era feita em casa ou por membros do grupo, razão pela qual, ela se dava na língua dos imigrantes, explica Oberacker (1955). Em algumas situações, eles cediam o terreno e o Estado assumia os custos da construção. As crianças não estavam sempre na escola, os dias em que elas

⁷ Vargas em entrevistas ao Jornal Paris soir, cf Araujo, op. Cit., p 249)

freqüentavam a escola eram alternados de modo a não atrapalhar o trabalho na lavoura, modo de subsistência das famílias.

A partir de 1937, com Vargas no poder e a conseqüente mudança de ideologia, essas áreas de imigração sofreram intensa campanha de nacionalização. Com elas se deu a regulamentação lingüística dos imigrantes através de uma tecnologia cujas minúcias são esclarecedoras dos modos de relação entre uma língua e a nacionalidade. Entre as políticas de integração empregadas, o ensino primário foi alvo de atenção, justificado pela idéia de formar a base econômica e ideológica da consciência nacional.

Esses decretos regulamentaram as condições de funcionamento de colégios particulares em geral coordenados pelas igrejas católicas e luteranas. Eles determinavam, assim, que os estabelecimentos particulares de ensino realizassem seu registro de Estado e submetessem a ele sua decisão de fiscalização. Para esse registro requeriam provas de que o dirigente responsável fosse brasileiro, nato ou naturalizado, bem como a apresentação de exemplar do estatuto ou plano anual de ensino.

Em 1942, ano que o Brasil entra na II Guerra, o Estado interditou as demais línguas nacionais de serem faladas em território nacional, mas eram os estados que legislavam de que forma essa proibição se dava,

regulamentando como as instituições agiriam perante às línguas proibidas.

Os estabelecimentos deveriam observar, entre outras normas de caráter patriótico, o ensino obrigatório da língua vernácula, usando, para isso, os livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, e o ensino somente na língua vernácula no pré-primário, primário e complementar. Para Vargas:

“Uma Nação deve ser desenvolvida, educada, ter uma identidade, um senso de unidade nacional. A um espaço sóciopolítico dessa natureza é necessário coesão para a qual pode e deve contribuir o Estado em sua função de estruturação social; a unificação lingüística fortalece o povo que constitui esse mesmo espaço sóciopolítico, a nacionalização se fez enfim necessária.”
(Vargas, 1937, *apud* Araújo, A.M. 1994:339)

Nessa época, segundo Oberacker (1955), as escolas, construídas por imigrantes, foram fechadas, cultos em outras línguas foram proibidos, além do veto de falar outra língua.

Segundo Orlandi (1998), a instauração de uma política lingüística supõe compreender inicialmente o modo de funcionamento dessa complexidade histórico-lingüística, pois é ela que vai constituir as condições materiais de base que constituem a tomada de posição de

instância de poder visando regular as práticas lingüísticas. Por isso a tomada de ações político-administrativo-pedagógicas que objetivam uma estabilidade lingüística imaginária: uma língua, uma mesma produção de sentidos.

Uma política lingüística é resultado das condições histórico-sociais das relações de língua num determinado espaço-tempo. Há um caráter restritivo e regulador pressuposto na formação das políticas lingüísticas. Sua emergência se dá na tentativa de organização das práticas significativas e forças sociais que estão no mesmo espaço, explica Mariani (2004).

Segundo Orlandi (1988), o estabelecimento de regras para efetiva utilização de uma língua ou silenciamento de outra organiza os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como circulam, buscando regular, ou muitas vezes, apagar a heterogeneidade lingüística construindo, assim, uma (aparente) homogeneidade.

Esse percurso histórico sobre o funcionamento do Estado Novo, afetado por uma situação particular de guerra, e o modo como ele regulamentou algumas políticas lingüísticas nos faz compreender um pouco como o espaço de enunciação brasileiro foi alterado. A língua nacional, o português, que estava em relação com outras línguas, teve suas relações controladas e muitas vezes impedidas. Tínhamos um

espaço de enunciação constituído pelo português, suas divisões, e as línguas dos imigrantes.

Durante o período de guerra, de 1937 a 1946, a circulação das línguas dos imigrantes nos espaços enunciativos de cidades que tinham como moradores descendentes de alemães e italianos, teve seu espaço enunciativo fortemente afetado. Até que ponto a regulação desse espaço enunciativo afetou a relação dos falantes com a língua alemã? Tendo em vista o funcionamento do espaço de enunciação, de uma relação de línguas que se refazem e se afetam o tempo todo, como a interdição de uma das línguas que nele funcionam afeta as demais?

Do meu ponto de vista, os decretos acerca do funcionamento e circulação das línguas estrangeiras apontam para um sentido interessante sobre a diversidade lingüística presente no Brasil. Embora ela tenha feito parte da história da constituição do nosso espaço enunciativo, os dispositivos institucionais do período de Estado Novo tomavam as línguas dos imigrantes não como parte da especificidade do português do Brasil, mas como línguas que disputariam com o português o lugar de língua nacional.

Ao proibir ou restringir a circulação do alemão, por exemplo, tomamos como pressuposto que as línguas estão funcionando no Brasil numa relação unívoca com seus falantes, isto é, o falante fala alemão

e/ou português e o silenciamento de uma delas impediria que esta (a língua alemã) fosse falada.

Dentro da perspectiva do espaço de enunciação, um espaço em que as línguas estão distribuídas e se refazem na relação entre elas, a interdição de uma das línguas que constitui esse espaço deve ser entendida para analisar o modo como esse silenciamento⁸ pode afetar as demais línguas que o constituem. E ainda compreender como os falantes que determinam e são determinados por essas línguas são afetados por essa proibição.

3.3 Regulação do Estado Novo e Espaço de Enunciação

Para avançar na análise do espaço de enunciação de Friburgo, vou me dedicar à análise de dispositivos institucionais da era Vargas que afetaram este espaço de enunciação e seus falantes. Farei uma breve análise destes para compreender suas relações de sentido e os efeitos que eles provocaram no funcionamento das línguas do espaço de enunciação brasileiro, mas mais especificamente no espaço de Friburgo.

3.3.1 Procedimento de análise

Para esta análise retomo o trabalho de Guimarães (2006), para quem a significação é produzida enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação. (Guimarães, 2002). Para ele, o sentido de palavras e

⁸ Silenciamentos no sentido usado por Orlandi (1992), em “As Formas do Silêncio”.

expressões é estudado pelas relações de sentido. Essa relação se depreende em virtude das relações de palavras. Ou seja, o que é construído pela linguagem do(s) texto(s) a ser(em) analisado(s). Ao contrário de uma posição referencialista que trata a relação das palavras com o que está fora delas, para a posição da semântica do acontecimento, a relação com o que está fora é construída pela linguagem.

Estabelecer o sentido da palavra só é possível pela observação de como ela é referida nos textos em que aparece, isto é, como ela é particularizada na e pela enunciação. O modo como algo é referido no **texto** não se relaciona com o que está fora da língua, mas é construído nela.

Desse modo é preciso saber o que a palavra a ser analisada designa. Para Guimarães (2007: 18), designar é “*uma relação lingüística de sentido enquanto exposta ao real*”. Essa relação lingüística é uma relação tomada na história. O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre elementos lingüísticos. Assim só podemos saber o que uma palavra designa se analisarmos seu significado em virtude da relação com outras palavras, dada a história de suas enunciações.

Para chegar ao sentido das palavras em um texto, Guimarães (2007) propõe dois procedimentos: reescrituração e articulação. Aqui nós trataremos somente do primeiro.

Pela reescrituração, a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Esse procedimento atribui algo ao re-escriturado.

Como procedimento, a reescrituração coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido de um texto. Essa predicação, à qual nos referimos aqui, não é entendida como própria da sentença. Trata-se de uma operação pela qual uma expressão se reporta a outra. Ou por negá-la, ou por retomá-la, ou por redizê-la, independentemente de relações internas às enunciações. A reescrituração pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. (Guimarães, 2007)

Esse processo produz sentido na medida em que ao retomar a expressão, faz com que ela signifique de outro modo. A reescrituração constrói o sentido das palavras e das expressões lingüísticas em virtude do processo como ela se dá. Uma retomada se faz sobre algo que aparentemente é o mesmo, mas ao se fazer, significa algo que não estava significado.

A análise por reescrituração não se restringe somente ao interior de um texto apenas. Tendo em vista o objetivo da análise, a reescrituração

pode ser observada em vários textos de um determinado corpus, como faremos aqui. Tomando o problema da interdição de línguas, durante o Estado Novo, selecionamos documento tais como a Constituição de 1937 além de decretos-lei do período, a fim de entender os sentidos produzidos nessa interdição para os falantes das línguas silenciadas e o modo como afetou o espaço de enunciação de Friburgo.

3.3.2 As regulamentações do Estado Novo

Assim como vimos acima, políticas lingüísticas foram estabelecidas de modo a apagar a diversidade lingüística brasileira em busca da construção de um ideal nacional.

Esses dispositivos institucionais visavam regular a presença dos estrangeiros, e das manifestações dessa “estrangeiridade”, tais como a língua, práticas culturais e religiosas. Com a política de nacionalização de Vargas, a partir de 1937 algumas medidas foram tomadas na tentativa de apagar o elemento estrangeiro que aqui se encontrava.

Em 1938, o ensino da língua estrangeira foi proibido para menores de 14 anos, e as escolas da zona rural foram obrigadas a ministrar aulas de/em português. Em dezembro de 1938, todas as escolas que alfabetizavam e ensinavam em língua estrangeira foram proibidas de funcionar. Esses decretos vinham acompanhados de outras restrições: desde 1937, os jornais e as revistas em línguas estrangeiras passaram a

ser censurados, sendo proibidos de circular a partir de 1941. Em janeiro de 1940, foi estabelecido o sistema de registro de estrangeiros, instituindo-se a obrigatoriedade da carteira de identidade de estrangeiros.

A fim de entender como essas medidas interferiram no espaço de enunciação de Friburgo, analisaremos a Constituição de 1937 e alguns decretos e leis que afetaram de algum modo a circulação do alemão no Brasil, focando seus efeitos no bairro de Campinas.

Além da Constituição de 1937, foram analisados:

- a. Decreto-lei 868/38;
- b. Decreto 1.545/39;
- c. Decreto-lei 341/39;

No caso de dispositivos institucionais, como as políticas lingüísticas realizadas pelo Estado Novo, os resultados dessas leis afetaram de modo específico a relação dos falantes com as línguas alemão e português e, assim, o espaço enunciativo de Friburgo.

A análise a seguir será dividida conforme os seguintes tópicos:

- i. direitos dos brasileiros e estrangeiros
- ii. nacionalização da educação
- iii. manifestações religiosas

Com Vargas no poder, uma nova Constituição foi promulgada, e nela o problema dos estrangeiros já se colocava.

Começamos observando o Artigo 122, referente aos Direitos e Garantias Individuais,

“A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual à propriedade, nos termos seguintes”:

1º. Todos são iguais perante a lei;

2º. Todos os brasileiros gozam do direito de livre circulação e todo território nacional, podendo fixar-se em qualquer dos seus pontos, (...)

3º. Os cargos públicos são igualmente acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidades prescritas nas leis e regulamentos;

Podemos observar no recorte acima a coordenação de brasileiros e estrangeiros (a e b), uma enumeração que é reescrita por “Todos” que estabelece uma igualdade entre os elementos reescritos. No entanto esta igualdade é desfeita quando os itens 2º. e 3º retomam somente brasileiros por todos os brasileiros. Os brasileiros têm direitos e os estrangeiros não têm.

Isto se confirma pelo recorte abaixo. Nele estrangeiro é reescriturado por repetição, e assim é determinado por alguma especificidade.

No decreto lei 341/39 temos:

Art.1º. *Os estrangeiros residentes no Brasil, que requerem matrícula, inscrição de firma individual, ou arquivamento de contratos e quaisquer outros documentos no Registro de Comércio, deverão provar que têm sua entrada e permanência regularizada no país de acordo com a legislação em vigor.*

No Art.9 *É proibido aos Estados e aos municípios conceder licença para o exercício de atividade comercial ou industrial a estrangeiros, sem a prova de que estes hajam cumprido as disposições do presente decreto-lei.*

Decreto-lei 383/38: *“proibia a prática de qualquer atividade de natureza política dos estrangeiros no País. Eles não poderiam organizar, (criar) ou manter sociedades, fundações campanhas, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que (tivessem) por fim exclusivo a propaganda ou a difusão entre os seus compatriotas, de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do País de origem. (...)”*

Pelo que acabamos de observar, vemos que a Constituição define os direitos e deveres de todos aqueles que moram no Brasil, “brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil”.

Brasileiros e estrangeiros são rescritos por todos garantindo o sentido de sua igualdade perante a lei é expressa por “*todos são iguais perante a lei*”.

Mas os direitos são reformulados na reescrituração de todos por expansão pela expressão “todos os brasileiros”. Estes têm direitos: gozar de liberdade, ter acesso a cargos públicos.

Nos decretos-leis que são outorgados ao longo do Estado Novo, tal como acima, as formulações acerca dos estrangeiros referem-se a proibições. Eles são interditados no direito de manifestações políticas ou mesmo de trabalhar de forma autônoma.

Embora seja estabelecida uma igualdade entre estrangeiros e brasileiros, na reescrita deles por “todos”, cada um deles é determinado de forma diferente, de um lado por direitos (os brasileiros), de outro por proibições (os estrangeiros).

3.3.3 Nacionalização da Educação

Passemos agora a um recorte relativo à Educação no Brasil,

Art.130, da Constituição de 37, referente à Família:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever da solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Tomamos também um recorte do Decreto lei 868/38:

Art. 2º. Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário:

*b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de **nacionalizar** integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira*

c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais.

E ainda, o Decreto-lei 1.545/39 que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da

língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em comum associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;

b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;

c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;

e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;

f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Como vimos na Constituição, estrangeiros e brasileiros são enunciados como fazendo parte do Brasil e como iguais, quando re-escritos por todos.

Por outro lado, essa igualdade não se constitui da mesma maneira, uma vez que os estrangeiros são determinados pelas restrições e os brasileiros determinados por seus direitos, marcando desse modo a diferença pela qual os estrangeiros se definem por restrições a eles impostas.

Já nos recortes que tomamos agora, vimos que nos decretos-lei que regulamentam a educação no país, a questão do estrangeiro e do brasileiro se coloca de forma específica, pois as preocupações acerca da educação são referentes ao problema da unidade nacional.

Interessante pensar no sintagma população de origem brasileira, o núcleo do sintagma re-escreveria todos (estrangeiros e brasileiros), mas há uma determinação que especifica a população como sendo aquela composta apenas por brasileiros. Novamente o que englobaria todos aqueles que fazem parte do país, população (do Brasil), é recortado para definir os estrangeiros como não fazendo parte e que, por isso, precisam ser nacionalizados:

*“(...) para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário
(...) de população de origem estrangeira”*

Ainda no decreto-lei 868/38, brasileiros é mais uma vez reescrito, mas dessa vez, por um tipo de particularização, os “brasileiros descendentes de estrangeiros”, sintagma que é mais uma vez re-escrito por repetição no artigo 1º do decreto 1.545/39.

Seria possível, pensar na constituição do Brasil como dividindo sua população em: estrangeiros (como aqueles que devem ser restringidos), e brasileiros (com seus direitos) e brasileiros descendentes de estrangeiros. Mais uma divisão, agora entre os brasileiros.

Esses últimos são brasileiros, mas com ressalvas, isto é, descendentes daqueles são determinados pelas proibições. E são eles que devem se adaptar por meio de intervenções do governo e se tornarem assim, brasileiros, sem ressalvas. Eles são o alvo de ações, por parte do governo, de integração.

No artigo 4º do Decreto 1.545/39 temos o sintagma, *descendentes de estrangeiros*, que reescreve *brasileiros descendentes de estrangeiros*. Esse modo de designar “os estrangeiros” que serão inseridos no país por meio das ações do Estado, significa que o que é de fora deve ser controlado para que possa ser inscrito no que se define como Brasil.

No item (e) do artigo 4º, a ação tomada pelo Estado não é de proibição, mas de vigilância àqueles que “ainda não são brasileiros”, devido à ressalva, mas um dia “virão a ser”. Para isso, esse tipo de

brasileiro deve ser vigiado naquilo que define o que é um brasileiro, a língua e história do Brasil.

3.3.4 Manifestações religiosas

Para esse aspecto, tomemos o item 4º. 1545/39:

4º. Todos os indivíduos e confissões religiosas podem observar pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum às exigências da ordem pública e dos bons costumes;

Aqui novamente “*todos*” estabelece uma igualdade entre aqueles que estão no Brasil, a igualdade se reafirma pelo sintagma, *todos os indivíduos*, que reescreve a coordenação *brasileiros e estrangeiros* designado na Constituição.

Desse modo todos reescreve:

Brasileiros e estrangeiros

Por outro lado, brasileiro reescreve também:

Brasileiros

Brasileiros descendentes de estrangeiros

Descendentes de estrangeiros

No decreto-lei 1.545/39, uma ressalva à liberdade religiosa é feita relativamente à questão da língua, conforme podemos ver abaixo:

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Interessante notar que uma vez que o Brasil é um estado laico, o modo de se referir àquilo que não compete ao Estado, como a questão das confissões religiosas, não é enunciado por palavras que construam o sentido da nacionalidade, tais como povo, população, brasileiros. Como vimos logo acima, o sintagma, todos os indivíduos, reescreve: população de origem estrangeira, brasileiros e estrangeiros, brasileiros descendentes de estrangeiros, descendentes de estrangeiros e brasileiros. E a todos se predica à liberdade religiosa.

3.3.5 Algumas considerações gerais

No Brasil, até o período do Estado Novo, a diversidade de estrangeiros e brasileiros estava presente sem grandes conflitos. Na constituição de 1934, por exemplo, a regulamentação sobre a educação considerava as demais escolas (em outras línguas) como presentes no espaço brasileiro. Era função do estado se ocupar da educação em língua nacional, mas não se impedia que houvesse escolas de estrangeiros, como é possível ver no recorte da Constituição de 1934.

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras (a) e (e), só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos;

b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;

c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;

d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;

Foi no governo de Vargas, que a questão do estrangeiro como inimigo se coloca de modo tão forte, obrigando por meio de regulamentações e restrições o seu apagamento.

No caso de Friburgo, o funcionamento das línguas no espaço de enunciação é afetado por algumas das regulamentações do Estado Novo que afetam o lugar de circulação pública e institucional da língua, a igreja e a escola, além das publicações em alemão que também passam a ser proibidas.

3.4 O espaço de Friburgo

A partir de documento do Centro de Memória da Unicamp e de relatos de moradores do bairro, pude montar um breve histórico de Friburgo. As famílias que deram origem a Friburgo emigraram para o Brasil a partir de 1851 das regiões da Renânia-Palatinado, Holsácia e Mecklenburgo, além das famílias suíças provenientes do Cantão de Berna, de fala germânica. Trinta e quatro famílias mudaram para a área e lhe deram o nome de Friburgo (Friedburg).

De acordo com cartas antigas a que tive acesso no Centro de Memória da Unicamp, o bairro foi fundado por alemães e suíços de fé luterana na década de setenta do século XIX, Friburgo manteve-se relativamente isolada, pois a má qualidade das vias de transporte para a região onde se situa o bairro criou circunstâncias que permitiram sua manutenção, ainda hoje, como um local relativamente isolado. Tal fato possibilitou aos seus membros guardar alguns traços da cultura e da fé originais como o “plattdeutsch”, falado pelos membros mais idosos da comunidade, e os cultos luteranos.

A partir da segunda metade do século XIX, os que haviam se fixado na zona urbana vivendo em área urbana, dedicaram-se ao comércio e aos serviços artesanais e se tornaram os iniciadores do processo de industrialização da cidade.

Assim que a comunidade foi estabelecida, seus moradores construíram uma igreja, onde os cultos luteranos eram ministrados por um pastor alemão.

De acordo com os registros da escola de Friburgo, foi no prédio da igreja que se estabeleceu a escola que ensinava as crianças em alemão. Com o crescimento deste bairro, e necessidade de comunicação com as outras comunidades da região, o português passou a ser a língua com a qual eles estabeleciam as relações comerciais.

A primeira geração de descendentes (com a idade hoje entre 60 a 88 anos) sofreu influência da Liga Pan-Germânica, atuante desde a década de 90 do século XIX. Essa liga financiou empresas de seus compatriotas mais abastados e colaborou também com a manutenção da escola e da igreja bem como ampliou a imprensa de língua alemã.

Havia uma necessidade para os moradores de Friburgo de manter sua identidade alemã e para isso eles traziam professores, que vindos da Alemanha ou de colônias do sul, traziam uma visão tradicionalista do papel do colono-imigrante e da importância da manutenção da língua. Outros fatores eram a religião luterana, além de escolas, que tinham seu corpo docente composto por professores alemães “importados”, e ministravam uma educação inspirada na escola primária alemã. Esse tipo de educação resultava na construção de uma identidade tradicional que valorizava a tradição e o nacionalismo alemão querendo frisar a

diferença em relação à sociedade brasileira e se defender, assim, da uma possível assimilação cultural.

A segunda geração de moradores (de idade hoje entre 50 e 64 anos) se dividiu em duas. Aquela parte que permaneceu vivendo na zona rural tem uma identidade semelhante à geração anterior que valorizava a germanidade, diferente daquela que viveu na zona urbana em que a integração à sociedade brasileira se deu mais rapidamente, além de terem sido mais diretamente afetados pela interdição das línguas nacionais estrangeiras pelo Estado Novo.

A partir de 1938, em virtude do decreto-lei de nacionalização do ensino primário, as aulas em alemão foram suspensas e professores brasileiros assumiram a educação das crianças de Friburgo.

Segundo alguns relatos de moradores, muitas vezes, na escola, a professora, quando ouvia os alunos falando em alemão, chamava sua atenção, muitas vezes de forma hostil, “com dedo em riste”, chegando muitas vezes a ameaçar denunciá-los à polícia, conforme me relatou uma das mais antigas moradores do bairro.

“A gente tinha uma professora que tinha raiva da gente e deu queixa que nois falava alemão em sala. Mandaram sargento e inspetor escolar e ficaram uma hora escutando escondidos para ver se a gente falava alemão.[...] Eles assustavam: "Olha se vocês

falam alemão, vai acontecer com vocês o que aconteceu com os outros. Vão tomar óleo"» (AG, 70 anos).

Como a igreja era no mesmo prédio da escola, os cultos em alemão também foram suspensos, pois ela estava submetida às regulamentações do Estado. Tudo que se passasse ali dentro, em alemão, também foi proibido. Assim, antes mesmo do decreto governamental de agosto de 1939 (Decreto n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, artigo 16), que dizia que todas as prédicas religiosas deviam ser em língua nacional, o culto já estava proibido em Friburgo. E a partir de 1939 era o Exército que fazia a fiscalização nas zonas de colonização.

A proibição muitas vezes era burlada, com cultos realizados em alemão em dias de semana. Essa resistência só durou até 1942, quando ficou outorgado que as línguas estrangeiras eram proibidas de serem faladas em público.

“Mesmo sem ordem de busca, os policiais invadiam casas, vasculhavam moradias das pessoas, queimando livros, jornais e revistas, quadros.”(H. R, 86 anos).

O medo atingiu a todos, tanto no espaço público quanto nos privados. Em quase todos os depoimentos, foram constantes as

declarações que afirmavam que, tanto os agentes da Polícia, quanto os espiões e delatores, invadiam até espaços privados, que não ofereciam segurança alguma. Todos podiam ser surpreendidos e delatados, a qualquer momento. A presença do medo era total, pois os espiões não só rondavam a casa, mas se escondiam embaixo dela, para surpreender alguém num flagrante.

“Quem denunciava eram os próprios italianos e alemães; eles ganhavam dinheiros e presentes e se prestavam para isto»” (FR, 86 anos).

“Quando eu tinha 14 anos meu pai e minha mãe morreram e fui morar com minha vó. E daí de noite era para falar bem baixinho. Com muito medo, fechava as janelas, e ia ver se não vinha alguém para espiar se a gente falava alemão. A gente não podia falar e se falava era bem baixinho.” (JS, 70 anos).

Era comum ainda a presença de delatores e espiões que aproveitavam festas sociais e bares, para surpreender alguém e denunciar.

3.5 Considerações Finais

Como já dissemos, a relação de línguas sempre fez parte da história da constituição do Brasil. Embora seja um país oficialmente monolíngüe, no Brasil são faladas muitas línguas.

O modo como essas línguas convivem possibilita que o estudo das línguas do Brasil se dê de modo diferente do que ocorreu na Europa. Como já afirmado anteriormente, a posição teórica usada pela Europa para estudar suas línguas se deu no interior da lingüística comparada, em que a diversidade das línguas era estudada tendo como ponto de observação as relações de parentesco. Esta posição não se aplica ao Brasil, uma vez que as línguas existentes no país são organizadas em torno do português e não mantêm, salvo em alguns casos de línguas de imigração, relações de parentesco.

Essa relação de línguas foi construída ao longo da história do Brasil, como pudemos ver anteriormente. A presença das diferentes línguas no espaço de enunciação não é, contudo, homogênea. As línguas não têm valores iguais para seus falantes.

O espaço de enunciação, definido por Guimarães (2002) e já tratado no capítulo 2, é constituído por uma relação desigual de línguas, isto é, elas são distribuídas desigualmente e organizadas pela língua nacional. No caso do espaço de enunciação brasileiro, o português organizou e organiza hierarquicamente essa distribuição.

A relação do alemão e do português no espaço de enunciação de Friburgo não se constitui por um embate de duas línguas nacionais, mas pela subordinação do alemão à língua que organiza o espaço, o português, língua nacional e oficial do Brasil.

Essa hierarquização é produzida pelas sobreposições e divisões das línguas que constituem o espaço de Friburgo. O alemão funcionando em um espaço, que não é o seu, é afetado pela divisão vertical que repercute determinando o alemão em uma posição inferior, como já foi apresentado no capítulo 2.

Esses “lugares” das línguas não estão estanques, eles se relacionam e determinam os falantes, fazendo parte do processo de identificação do falante nessa hierarquia.

Essa organização do espaço de enunciação pode ser refeita por razões externas e que são próprias do modo de produção deste espaço. Não foi a primeira vez que isso ocorreu no espaço brasileiro.

Durante o período do Brasil-colônia, o governo português interveio nas relações de línguas que aqui se constituíram através do Diretório dos Índios em 1756.

O apagamento ou o silenciamento da língua tupi reconfigurou o espaço de enunciação brasileiro, redistribuindo as línguas e definindo o português como a língua nacional.

Durante o Estado Novo outra vez tivemos a intervenção de uma política lingüística dura. Vargas, visando um projeto nacionalista, e respondendo ao momento de guerra em que o mundo vivia, impôs algumas sanções à presença de estrangeiros no Brasil e à circulação das línguas dos imigrantes em nosso espaço enunciativo.

Mais uma vez uma política lingüística, operando por medidas institucionais, reorganizou nosso espaço enunciativo, restringindo a circulação das línguas dos imigrantes que eram faladas aqui.

Se tomarmos a convivência dessas línguas no Brasil segundo a concepção de espaço de enunciação, uma relação de línguas que se afetam e se refazem, em que medida a língua é realmente silenciada e de que modo isso afeta o funcionamento do espaço de enunciação?

Nos dispositivos analisados sobre o caso de Friburgo, o alemão passa a ser tomado não como mais uma língua que funciona no espaço do Brasil, mas como uma outra língua nacional e que funcionaria em uma oposição com o português, enquanto língua nacional. Desse modo, ele determinaria seus falantes como não totalmente brasileiros, mas como brasileiros descendentes de estrangeiros, e que ameaçam, portanto, a unidade nacional e, por isso, devem ser reintegrados pelo apagamento do alemão de sua relação com as demais línguas (divisões do português).

Mas pelo próprio conceito de espaço de enunciação, podemos afirmar que uma vez fazendo parte desse espaço, o alemão faz parte da constituição das demais línguas no caso o português, já que na relação entre elas, elas se refazem o tempo todo. E seus falantes, que também constituem esse espaço, são agenciados por essas línguas e são determinados por essa relação.

Desse modo, a interdição da língua e os modos de interditá-la alteraram as relações de sentido que constituem os falantes desse espaço, tomados também como estrangeiros nesse espaço pelo qual não mais se identificam.

O lugar do falante que se determina (e é determinado) pelo alemão é apagado. Ele não fala, está silenciado em seu direito-de-dizer e no modo de se identificar como alemão, (que está apagado), mas também como brasileiro, uma vez que o português desse espaço está “atravessado” pelo alemão.

Muitas vezes, nos dispositivos regulamentadores como a constituição e os decretos-lei, esses falantes são determinados por brasileiros, mas predados por uma ressalva: “descendentes de estrangeiros” marcando-os pela relação das duas línguas (alemão e português) que os determina.

Cap IV

4. A relação do alemão e português

Tendo em vista o trabalho realizado no capítulo 3 de configurar o funcionamento do Espaço de Enunciação de Friburgo de modo a entender como se dá a relação das línguas alemão e português ao longo da história do bairro que foi afetada pelas regulamentações impostas pelo Estado Novo, esse capítulo se propõe a analisar os dados de língua colhidos em Friburgo. Esta parte da pesquisa é particularmente importante, já que, pela consideração do espaço de enunciação, temos que considerar as relações entre línguas e delas com os falantes. Trata-se aqui de considerar a relação entre línguas pela análise do momento lingüístico no acontecimento da enunciação.

Para isso apresentarei a metodologia usada para montar o corpus, e farei uma descrição dos dados e sua análise.

4.1 O corpus

O corpus é constituído por um conjunto de entrevistas. Elas foram feitas em alemão com moradores do bairro de Friburgo divididos em faixas etárias distintas, tentando seguir a categorização feita por Olga Von Sinsom (2003). De acordo com seu trabalho, os moradores podem ser divididos segundo o modo como o alemão está ligado a suas vidas.

As entrevistas foram pensadas levando em conta a faixa etária dos moradores de Friburgo, e a relação deles com as regulamentações da época do Estado Novo, ou seja, os moradores que foram ou não afetados por essas interdições.

No espaço de enunciação alemão/português de Friburgo, tal como já dissemos, o português é a língua que predomina tanto no espaço público, como no espaço privado. Contrariando esta condição, as entrevistas foram realizadas em alemão, configurando, então, um viés enunciativo que marcasse o lugar do entrevistador no espaço enunciativo.

As entrevistas foram orientadas, seguindo um protocolo previamente estabelecido, com questões acerca do cotidiano dos entrevistados e da importância das línguas (alemã e portuguesa) em suas vidas. Ao marcar a relação de língua como um dos temas das entrevistas, nos afastamos da metodologia proposta por Labov, com o Paradoxo do Observador, no qual a figura do entrevistador tenta se apagar da coleta, construindo situações de naturalidade para a conversa.

Labov afirma *“que é do exame daquilo que a fala oferece que se pode definir e isolar uma variada gama de estilos que fazem emergir padrões regulares onde antes era o caos do indivíduo”* (Labov, 1972). Por essa razão, a questão levantada por ele era o modo de pesquisar e colher

dados, sem que a presença do pesquisador interferisse na naturalidade da situação de comunicação.

Para responder a isso, Labov desenvolveu o que chamou de o paradoxo do observador, ou seja, a consideração da presença de um Pesquisador-Observador que não participa diretamente da situação de comunicação. São muitas as vezes que o lingüista sente a necessidade de controlar os tópicos da conversa ou elicizar as relações da variável lingüística e para isso, ele precisa participar da interação.

A posição de observação não o deixa fazer parte da metodologia utilizada, mas a participação na entrevista é uma necessidade imposta, inclusive, pela orientação teórica. O que se procura fazer então é procurar um método que minimize o efeito, considerado negativo, causado pela presença do entrevistador.

Pagotto (2001) questiona a metodologia desenvolvida por Labov ao afirmar que o objeto da sociolingüística laboviana não é a língua como interação, vez que em suas entrevistas se apaga totalmente o entrevistador. “*A única forma-sujeito a ser tomada como objeto de saber neste campo é a do falante.*” (idem:40). Ao falante resta o lugar de portador de formas variantes.

Para se afastar um pouco desse sujeito portador de formas, que a sociolingüística laboviana define, Souza (2000) opera com outros elementos para conceituar o falante. Para ele, são as pausas e as

hesitações, bem como outros elementos suprasegmentais que constituem as fissuras nas quais o falante vai acomodando uma subjetividade. É só a partir desse olhar que encontramos uma enunciação completa, em que o sujeito falante é interpelado como sujeito falante, portador de vários papéis e que desliza de posição em posição, sem se fixar.

De nossa perspectiva, é na relação das línguas que os falantes vão construindo sua subjetividade e sua identidade, vez que o cruzamento está carregado de sentidos que possibilitam a construção da identidade destes falantes. Mas para isso operamos não com as entrevistas enquanto tal, mas com uma noção de enunciados. O falante, nessa perspectiva, não é um portador de formas, que o definem o falante e a seu lugar na sociedade, mas um sujeito constituído pela relação das línguas no espaço enunciativo das cidades, que configura na mesma medida as relações de poder que determinam a distribuição dos lugares das línguas no espaço de enunciação.

Como disse há pouco, as entrevistas foram montadas de modo a criar uma situação de conversa, com questões acerca da vida e cotidiano dos moradores de Friburgo. Quanto a este “roteiro de conversa”, me pautei em alguns elementos da metodologia desenvolvida por Labov, pois segundo seu trabalho quando colocados em situação de entrevista, os

informantes acabam, inconscientemente, se afastando da sua fala diária de forma a afetar a naturalidade dos dados.

Embora tenha feito uso de alguns de seus princípios, em nenhum momento das entrevistas apaguei o lugar de entrevistadora, ao considerar na prática intersubjetiva da entrevista a presença do locutor, na figura da entrevistadora, e do interlocutor. Outro ponto importante em que me distancio do lugar laboviano de coleta de dados está na elaboração de perguntas acerca da relação dos entrevistados com as línguas alemão e português. Ao indagar sobre o papel e o lugar das línguas na vida dos moradores de Friburgo, abandono de vez o problema levantado pelo “Paradoxo do Observador”. Questionar sobre as línguas significava, para mim, entender a relação dos falantes com as línguas e assim caracterizar o espaço de enunciação das cidades.

Na relação das línguas alemão e português, fazer parte do funcionamento do espaço de enunciação de Friburgo impossibilita uma aparente neutralidade do entrevistador, pois no momento em falo em alemão em condições próprias ao funcionamento do português (o espaço público) marco de onde meu interlocutor deve me responder.

4.2 Descrição dos dados

Nos espaços de enunciação em que funcionam mais de uma língua, é comum ocorrer a passagem (nós a temos chamado de interferências) de

elementos de uma língua para a outra, observando-se algumas condições próprias do funcionamento político do espaço de enunciação. Entre estas passagens podemos encontrar as estruturais e a de itens lexicais. Esta é a mais comum de ser observada.

Após uma primeira análise, foi possível identificar diversos tipos de interferência do português no alemão falado pelos moradores de Friburgo. Para uma melhor visibilidade dos tipos de interferências encontradas, elas foram divididas em dois tipos:

I. Interferência de estrutura

- a. elipse do sujeito;
- b. mudança da posição do verbo;
- c. perda do dativo.

II. Interferência lexical

- a. Entrada de nomes da língua portuguesa no alemão, sem afetar o funcionamento estrutural do alemão;
- b. Entrada de nomes da língua portuguesa no alemão, afetando algum funcionamento estrutural do alemão.

I. Interferência de estrutura

Para Muysken (*cf.* Auer 2007), a interferência sintática de duas línguas se configura pela união da língua matriz e da língua que interfere. Essa definição nada tem a ver com fatores externos à língua,

ou seja, o argumento que define qual é a língua matriz é lingüístico. Tomando a hipótese do autor, no *corpus* que analiso nessa tese, a língua matriz é o alemão, pois é a língua que é alterada pela interferência do português, que segundo o trabalho de Muysken, é língua que se encaixa. Nesse sentido, o português enquanto língua que se insere no alemão teria sua sintaxe afetada pelo modelo da língua alemã.

Veremos a seguir que, nos dados apresentados, o português refaz o alemão, mesmo sendo ela a língua que entra no alemão. A entrada de itens lexicais possibilita a interferência estrutural entre as línguas, trazendo para a questão lexical um efeito maior na língua.

Nesse sentido, o que teríamos é o português se inserindo na gramática da língua matriz. O que temos aqui contradiz essa posição, pois o item lexical funciona dentro do alemão com as características da gramática do português.

i. elipse do sujeito

O alemão, assim como outras línguas, não elide o sujeito que está sempre presente na oração. Na sintaxe do português é comum encontrar o sujeito subentendido ou mesmo inexistente. Por isso, em muitos enunciados, pode-se ver esse cruzamento do português que refaz a gramática alemã. Observemos os dados a seguir:

E: Ist sie verheiratet? [**Ela é casada?**]

G: Nein,(___) ist ledig. [**Não, é solteira.**]⁹

E: Und was machst du, wenn du machen Spass willst? [**E o que você faz para se divertir?**]

G: Manchmal fahre (___) nach São Paulo, wo es gibt so viel zu tun. [**Às vezes vou para São Paulo onde tem muita coisa para fazer.**]

E Sind Sie schon nach Deutschland gefahren? [**Você já foi para Alemanha?**]

U: nein, noch nicht. (___)Kenne noch nicht Deutschland. [**Não, ainda não. Não conheço a Alemanha.**]:

E: Was findest du Friburgo? [**O que você acha de Friburgo?**]

G: (___) Ist schön. Ist ein bisschen ruhig, aber ich mag schön gern ruhig. [**É bonita. Um pouco tranqüila, mas eu gosto de tranquilidade.**]

E: Sind sie brasilianisch? [**Eles são brasileiros?**]

⁹ Os falantes entrevistados estão identificados pelas letras iniciais de seus nomes:

G:m, 20 anos; U:m,42anos; A:h, 16anos; R:h, 56 anos; H:m, 45 anos; W: h, 69 anos; K, m, 25 anos; RS:h, 22 anos, TS: h, 75 anos, GL: m, 27 anos.

V: Neh, (__) ist nicht von hier, Aber (__) nicht von Alemanha. Eles vieram da Rússia-alemão. **[Não, eles não são daqui, mas não são da Alemanha.]**

Em todos os exemplos dados, embora estejam enunciados em alemão, sem nenhuma interferência evidente do português, a estrutura do alemão se refaz em relação à sintaxe do português, com a elipse do sujeito.

O falante interpelado em alemão, responde a tudo em alemão sem se dar conta da interferência do português, que só é mais facilmente percebida quando aparece na inserção de itens lexicais.

ii. verbo

a. posição do verbo

No alemão, a posição do verbo geralmente é fixa, no segundo lugar da sentença. Mesmo que a frase comece com um advérbio, ele vem em segundo lugar seguido do sujeito. *Morgen, spiele ich Fussbal* [Amanhã, jogo eu futebol]

Essa rigidez da posição do verbo na relação com o português é afetada, tornando a posição do verbo mais flexível.

Quando houver um verbo principal e auxiliar, o principal permanece como elemento II, e o auxiliar fecha a sentença. No português, essa

ordenação é mais flexível, por isso vemos nos dados em alemão uma variação da posição do verbo nos enunciados ao molde do português.

A: Entschuldigung, ich muss nach Hause gehen. Morgen, ich habe eine Prüfung. [**Desculpa, preciso ir para casa. Amanhã tenho prova**]

Segundo a gramática alemã, mesmo após o advérbio, **morgen**, o verbo **haben** deveria estar como segundo elemento: *Morgen habe ich eine Prüfung*. Mas com a relação com o português, o alemão foi refeito, pelos falantes, segundo as normas da gramática brasileira.

O mesmo se dá com o enunciado a seguir. O verbo **sprechen** deveria estar como segundo elemento seguido de **in der Kirche**. *In der Kirche, sprechen wir auf Deutsch und auf Portugiesisch*.

R: In der Kirche wir sprechen auf Deutsch und auf Portugiesisch
[**Na igreja falamos alemão e português**]

b. construção do tempo passado

Mais um traço da influência do português no alemão é o modo como a construção do tempo passado foi afetada.

O pretérito simples é construído com dois verbos: um auxiliar (**sein**/*estar* e **haben**/*ter*) e um verbo principal no particípio passado. Os verbos que são conjugados com o verbo auxiliar **sein**, são verbos de

movimento além dos verbos inergativos: nascer, morrer e ficar. E para os demais verbos usamos o auxiliar **haben**.¹⁰

A construção desse tempo verbal na frase se dá de um modo particular. O verbo auxiliar **haben** ou **sein** se coloca como segundo elemento e o verbo principal, conjugado no particípio passado, encerra a frase, como ilustra o exemplo a seguir.

A: Gestern bin ich in die Schule gegangen [**Ontem eu fui para a escola**]

A: Im Zentrum, habe ich meinem Vater ein Buch gekauft. [**No centro, eu comprei um livro para meu pai**]

No corpus coletado, pude perceber que essa ordenação dos verbos não é obedecida e os verbos em geral aparecem de forma móvel, isto é, não há um lugar fixo para esse verbo. Essa mobilidade do verbo que podemos ver nos dados coletados, é influenciada pela gramática do português.

H: Nein, er **hat** zuerst **gelernt** hier, aber er ist in Segundo grau.

(Em alemão: *Nein, er hat zuerst hier gelernt*).

¹⁰ A construção do passado no alemão, com um verbo auxiliar e principal, se dá como no francês. Assim como na língua latina, os auxiliares são haben/avoir e sein/être e eles se distribuem para o alemão assim como para o francês. Para o auxiliar sein/être o verbo principal, conjugados no particípio, que acompanha são verbos de movimento, além dos verbos: nascer, morrer e ficar. Os demais são acompanhados de haben/avoir.

No dado abaixo, temos dois casos semelhantes em que o lugar do verbo auxiliar e principal não estão seguindo a ordenação alemã.

E: Woher kommt sie? [**De onde ela veio?**]

H: Mein...die Mutter von mein Vater, die ist geboren in Morette,
die von da gekommen

(...),die ist geboren in Morette (...) [a que nasceu em Morette]

Assim como explicado, para formar o pretérito simples, o verbo nascer **geboren sein**, é conjugado no particípio passado **geboren**, e acompanhado pelo auxiliar **sein**. E segundo a gramática alemã, o verbo auxiliar **sein** é o segundo elemento da frase e o principal vai para o fim da frase (...) *die ist in Morette geboren*.

O mesmo se daria com a parte seguinte do enunciado. (...) *die von da gekommen*, [de onde ela veio].Sem comentar aqui o problema da preposição, que deixo para quando falar da questão do Dativo, descrevo o problema verbal.

Por ser um verbo de movimento **kommen** (vir), no passado, ele é conjugado no particípio passado, **gekommen**, e formado com o auxiliar **sein**. Pelas normas da estrutura alemã, **die ist von da gekommen**.

Contudo, há ainda uma particularidade que deve ser levada em conta nos dois casos. As frases são orações adjetivas e, por isso, têm um funcionamento particular. Nessas orações o verbo auxiliar vai para o fim da frase, assim sendo, o dado sem interferência do português ficaria:

die Mutter von meinem Vater, die in Morette geboren ist, von woher gekommen ist.

iii. Dativo

Assim como o latim, o alemão é uma língua de casos morfológicos, tais como dativo, (objeto indireto), acusativo (objeto direto) e nominativo (sujeito).

O dativo pode ser marcado pela presença de uma preposição ou mesmo pela função de objeto indireto seguindo o verbo. Ele é marcado nos determinantes por um sufixo, dependendo do gênero.

Artigos	Nom	Akusativo	Dativo
Der (masc.)	Der / ein	Den/einen	Dem/einem
Die (fem.)	Die/eine	Die/eine	Der/einer
Das (neutro)	Das/ein	Das/ein	Dem/einem
Die (pl.)	Die	Die	Den

Com uma preposição, o uso do dativo seria da seguinte forma:

Ich gehe **mit meiner** (fem.) Mutter nach Haus. [Eu vou **com minha** mãe para casa]

Ich gehe **mit meinem** (masc.) Vater nach Haus. [Eu vou **com meu** pai para casa]

Ich gehe **mit dem** Kind (neutron) nach Haus. [Eu vou **com a** criança para casa]

Ich gehe **mit den** Kindern nach Haus. [Eu vou **com as** crianças para casa]

Ou ainda de acordo com o complemento do verbo.

Ich schreibe **meinem Vater** einen Brief. [Eu escrevo **para meu** pai uma carta]

Ich schreibe **meiner Oma** einen Brief. [Eu escrevo **para minha** vó uma carta]

No caso dos dados coletados, o que temos é uma sistematicidade no apagamento do caso dativo em quase todo o corpus. Na maioria das vezes, vemos a substituição do dativo pelo acusativo como veremos nos exemplos a seguir.

G: Ich habe in die Schule kennenlernt. Ich lerne in andere Schule und ich habe ihn kennenlernt

A presença da preposição in na sentença acima pede o dativo como complemento **in der** na primeira frase e **in anderer** na segunda. Todo o enunciado é construído sem marcação de caso, assim como ocorre no português.

E: Woher kommt sie? [**De onde ela veio?**]

H: Mein... die Mutter von mein Vater, die ist geboren in Morette, die von da gekommen. Mein Mann ist brasileiro. [**A mãe do meu pai nasceu em Morette, de onde eles vieram.**]

O mesmo ocorre neste outro exemplo, a preposição **von** pede a marcação do caso dativo no determinante **von meinem Vater**, mas não é assim que a sentença foi construída. O português, ou melhor, sua estrutura influencia o alemão desses falantes, refazendo-o tal como seria a frase se estivesse em português, a preposição marca o complemento, mas sem marcação de caso.

Vale aqui fazer uma observação acerca de outra característica de interferência do português no alemão. Há na sentença em alemão uma topicalização do sintagma nominal **die Mutter von mein Vater**. Os tópicos são características do português do Brasil. Segundo Pontes (1987), eles são formados por sintagmas nominais anteriores ou externos à sentença, normalmente já ativado no contexto discursivo, no caso do exemplo pela pergunta feita pelo entrevistador.

Pontes explica que os tópicos não estão incorporados à estrutura sentencial do português, cuja ordenação se configura pela ordem sujeito-verbo-objeto (SVO).

Se analisarmos o nosso exemplo, conforme as definições de Pontes, o sintagma nominal **die Mutter von mein Vater** rompe com a estrutura sintática da frase SVO, Isto é, embora ela ocupe o lugar de sujeito da oração, tem a estrutura modificada, ficando assim sem função sintática. A lingüística funcional caracteriza a topicalização como um modo de dar destaque à idéia mais importante.

Esse enunciado, contudo, não é um enunciado brasileiro, mas construído em alemão está se refazendo ao modelo brasileiro, uma vez que na gramática alemã, conforme Braune und Eggers (1987), a topicalização não é um traço da língua alemã, o que só reforça nossa análise acerca das influências que a relação das línguas no espaço de enunciação permite.

Este aspecto tem aqui uma importância especial, pois segundo este tipo de consideração, podemos ver como o problema se põe, não como algo do nível abstrato da estrutura, mas como algo próprio do espaço de enunciação brasileiro, já que este funcionamento da topicalização é próprio do Brasil e não de Portugal, tal como podemos encontrar em Galves (1987).

II. As Interferências Lexicais

Antes de apresentar essa categoria de análise, interessa aqui refletir na razão da introdução desta, uma vez que esse tipo de interferência

lexical é normal em situações de aprendizado de segunda língua. Desse modo, num primeiro momento pode parecer uma categoria vazia de interesse analítico.

A noção de interferência apresentada por Weinreich (1968) como a sobreposição de um sistema (de língua) sobre outro, como pode parecer num primeiro momento a inserção de palavras de uma língua em outra não nos interessa no modo como concebemos a questão do contato de línguas.

Para uma teoria enunciativa, o contato de línguas se dá por uma relação constante de línguas dentro de um espaço de enunciação, em que as duas línguas estudadas nessa tese (o alemão e o português) se perpassam e se constituem enquanto línguas na relação entre elas. É essa constituição das línguas que nos interessa nesse trabalho.

Para nós, da semântica do Acontecimento, a relação de aprendizagem imperfeita não se coloca, uma vez que não tomamos a língua como sistemas estanques em que uma situação externa específica determina o contato de línguas. A partir do conceito de espaço de enunciação, as línguas **funcionam em relação**. Isto é, o contato de línguas não é uma exceção, mas a regra do funcionamento. Na figura do falante, tomado não como indivíduo, mas como categoria lingüística, as línguas lhe são atribuídas e se modificam em condições

histórico-sociais que fazem parte do modo como essas línguas são distribuídas aos falantes.

Com uma visão geral dos dados, me deterei aqui nas interferências lexicais de forma mais específica, uma vez que o modo como ela é tratada nos estudos sobre a mudança lingüística nos interessa fortemente. Este fenômeno tem sido, nos estudos da linguagem, tratados por diversos lingüistas, como estrangeirismos.

Do ponto de vista dos estudos lingüísticos, a noção de empréstimo está ligada ao fato de que, na sua história, as línguas funcionam na relação com outras e destas recebem elementos lingüísticos.

Como em muitos casos, a língua é estudada como fazendo parte do povo que a fala, desse modo os empréstimos são resultado do desenvolvimento cultural e político de um povo sobre outro. Desse modo, como explica Sapir, a língua do povo que é tomado como centro de irradiação cultural é que estaria em condições de exercer influência em outras línguas. O tipo mais simples de interferência que uma língua pode exercer sobre outra é o de vocábulos. Toda vez que há empréstimo cultural, há possibilidade de empréstimo de palavras para os termos correspondentes.

A força dos povos no desenvolvimento e expansão das idéias culturais é vista pelo grau de infiltração de seu léxico em outras línguas.

As línguas de maior força como veículo de cultura, segundo Sapir, são chinês clássico, grego, latim, sânscrito e árabe. Embora o inglês tenha tido um certo alcance por conta das colonizações não teve a mesma força que as línguas já citadas por conta da força do nacionalismo tanto cultural como político durante o século XIX. Há desse modo resistência aos empréstimos que não havia durante a Idade Média e a Renascença.

Em razão da força das ideologias nacionalistas, o empréstimo passou a ser tomado como um estrangeirismo que ameaçaria a pureza da língua e assim da nação.

Estudiosos como Meillet e Jespersen defendiam que o sistema de uma língua estaria fechado às interferências sintáticas e morfológicas de uma outra. Sapir (1976) defende que é mais fácil extinguir uma estrutura gramatical do que alterar sua unidade pela intromissão de uma outra língua. Desse modo, por muito tempo, o empréstimo vocabular era aceito por permitir se referir ao que era novo para uma língua. Tendo em vista que o contato delas era uma consequência da história dos povos e permitia por isso identificar a força política e econômica de um povo sobre o outro, vez que os empréstimos se davam de forma unilateral, do povo dominador para o povo dominado.

Como vimos, Mattoso (1954) define empréstimo como o conjunto de mudanças que uma língua sofre em contacto com outras e retoma

Bloomfield (apud Mattoso, 1954: 196) que define empréstimo como “*a adoção de traços lingüísticos diversos do sistema tradicional*” e nos traz a possibilidade de pensar o contato de línguas não somente como uma relação de línguas nacionais, mas pela relação dos falares de uma língua (dentro de uma língua nacional), como explica Mattoso.

O modo de apresentar a questão do empréstimo de Mattoso possibilita pensar o contato não somente como um contato de línguas nacionais decorrentes dos movimentos dos povos, mas introduz a relação das várias línguas, as divisões de uma língua que Guimarães (2002) amplia e apresenta como as divisões de uma língua que constituem o espaço de enunciação.

Embora não seja esta (a de Mattoso) nossa posição, em virtude mesmo da posição teórica que assumimos, consideramos que a entrada do item lexical traz à tona a discussão sobre o modo de enunciação da referência. Assim como a discussão sobre como a linguagem fala do que está fora dela.

Pela visão referencialista, a entrada de novos itens lexicais (no nosso caso de nomes), vindos de outra língua, em uma língua, é explicada pela necessidade de nomear coisas novas que se apresentam em condições novas de funcionamento de uma língua.

Desse modo, o que temos é uma visão da língua na qual ela está diretamente ligada ao mundo, numa relação língua/mundo.

O que tentaremos entender por meio dessa análise, dentro de uma perspectiva enunciativa, a partir do conceito de espaço de enunciação, é o modo como a inserção de itens lexicais do português no alemão falado em Friburgo pode nos dizer do funcionamento da relação das línguas alemão e português.

Para dar mais visibilidade aos tipos de interferência existentes, no nosso caso de nomes, que vão, portanto, aparecer no interior do sintagma nominal, vamos considerar os dois tipos de interferência que indicamos acima:

4.2.1 Entrada de nomes da língua portuguesa no alemão, sem afetar o funcionamento estrutural do alemão

Começemos pela apresentação de um conjunto de casos em que se deu esta entrada de nomes do português no alemão de Friburgo:

E: Was willst du in Deutschland machen? [O que vai fazer na Alemanha]

A: Ich weisse es nicht. Vielleicht ich werde faculdade machen [Não sei. Talvez eu faça faculdade]

E: Erinnen Sie was es passiert nach dem Gesetz auf 1939? [O senhor se lembra do que aconteceu depois da lei]

W: Nur ein bisschen. Ich war uma, ein Kinder, né? Mas olha, ich habe viele sonhos. [só um pouco. Eu era uma criança, né?! Mas olha eu tenho muitos sonhos.]

E: Haben Sie Enkel? [o senhor tem netos?]

R: Ein casal, zwei. [um casal, dois]

W: Der mein Bruder kann besser erzählen. Er war ein Jahr lang im prisão. [o meu irmão pode contar melhor. Ele ficou um ano na prisão]

H: Die Mutter von mein Vater ist in Sttutgart geboren, und ist von dort gekommen. Mas mein Vater ist brasileiro. Er ist hier geboren [a mãe do meu pai nasceu em Sttugart, e veio de lá. Mas meu pai é brasileiro. Ele nasceu aqui]

H: Ich habe das brasilianische Essen zu tun gelernt. Ich mache caiprinha. Und ist sehr gut.[Eu aprendi a fazer a comida brasileira. Eu faço caiprinha. E ela é muito boa]

H: Gestern haben wir so viele caipirinha die ich machte, getrunken.
Man hat viele folia gemacht. [ontem nós tomamos muita caipirinha, que eu fiz. A gente fez muita folia]

U: Heute ist besser für die Kinder. Wenn ich auf die Schule war, ob ich keine Hausaufgabe gemacht hatte, schlug der Lehrer mit die meine Régua. Glaubst du? Ich hatte eine Régua de madeira. Es hatte weh getunt [Hoje é melhor para as crianças. Quando eu estava na escola, se eu não fizesse a lição de casa, a professora me batia com a minha régua. Você acredita?. Eu tinha uma regra de madeira que doía muito]

K: Im Ferien wir...fährt man zum Praia. Vielleicht Maresias. [nas férias, nós, a gente vai para praia. Talvez Maresias]

H: Nein, er hat zuerst gelernt hier, aber er ist in die Segundo grau beendet. Er bekommt bolsa de estudo da Oficina. [não, primeiro ele estudou aqui, mas agora ele terminou o segundo grau. Ele ganhou uma bolsa de estudo da Oficina]

E: Was werden Sie in Rio de Janeiro machen? [o que o senhor vai fazer no Rio?]

R: Die meine parente besuchen. [visitar os meus parentes]

G: Ich werde in dieses Jahr faculdade machen, in die Unicamp lernen. [esse ano vou fazer faculdade, estudar na unicamp]

E: Welche Sprache spricht Ihr (*die Familie*) zu Hause? [que lingua a sua familia fala mais em casa?]

H: Mehr português. Manchmal alemão mit die Mama und die mein Kinden. [mais português. As vezes alemão com a mãe e as com as minhas crianças]

E: Woher kommt deine Eltern? [da onde vem seus pais?]

W: Von Alemanha.

Observamos que nestes casos aparecem nas frases em alemão as seguintes palavras do português: faculdade, sonho, prisão, caipirinha, régua de madeira, parentes, casal, Alemanha, brasileiro, alemão, português, praia, segundo grau, bolsa de estudos.

Isso poderia nos levar na direção de confirmar que a entrada de palavras, no caso os nomes, tem a ver com uma simples necessidade referencial da língua. Isto é, enunciar uma palavra em português num diálogo em alemão concerne ao fato de que estas palavras têm um sentido distinto em português do que teria se fosse enunciado em alemão, como ocorre com as inserções de *faculdade* ou *praia*. Ou ainda

com a presença de *caipirinha*, palavra que não existe em alemão, pois é uma bebida tipicamente brasileira. Há na inserção desses elementos implicações enunciativas e discursivas e que constroem um real distinto daquele do alemão, pois não estamos tratando de uma concepção de língua, na qual se contemple uma relação palavra/mundo, ou palavra/coisa, isto é, na qual o referente do enunciado está no mundo. Para a posição que aqui adotaremos, o referente é construído pelo sentido ao ser enunciado, não numa posição nominalista em que ele só existe a partir do momento em que é enunciado, mas como um sentido construído pela prática histórica da linguagem.

Mas há também as inserções de palavras em português que poderiam ser palavras do alemão mesmo, como é o caso de *sonho* (der Träume), por exemplo. Isso já mostraria que a questão da entrada de itens lexicais de um língua em outra é determinado por outras questões que não simplesmente a enunciação da referência. Mas continuemos nossas observações.

4.2.2 Entrada de nomes da língua portuguesa no alemão, afetando algum funcionamento estrutural do alemão

Observemos agora um outro conjunto de fatos com palavras do português nas enunciações em alemão, encontradas no corpus. Começemos pela passagem a seguir:

E: Was willst du in Deutschland machen? [O que vai fazer na Alemanha]

A: Ich weisse es nicht. Villeicht ich werde faculdade machen Não sei. Talvez eu faça faculdade]

Nesse caso observamos que a inserção do item lexical do português no alemão acarreta uma alteração no modo de funcionamento do SN. A inserção do item lexical *faculdade* refez o modo como a língua alemã construiria essa sentença. Ou seja, *faculdade* está articulada ao verbo *machen*, que é a tradução de fazer, quando o funcionamento do alemão não colocaria aí este verbo. Desse modo o que entra em alemão é a palavra *faculdade*, mas sua entrada leva com ela a própria construção do português em que funciona nestas condições.

Isto também aparece em:

H: Gestern haben wir so viele caipirinha getrunk. Man hat viele folia gemacht [ontem nós tomamos muita caiprinha. A gente fez muita folia]

Algo semelhante e mais radical acontece em:

RS: Mein Opa wird ein Buch machen. Er will alles erzählen was es passiert. [meu vô vai fazer um livro. Ele quer contar tudo que aconteceu.]

Neste caso, embora não havendo a inserção lexical de um nome do português, há um modo de construção do português funcionando no alemão como em português, através do verbo *machen*. *Buch*, nessa frase, foi também articulado ao verbo *machen* (fazer) como seria dito em português, *fazer um livro*, quando no funcionamento do alemão, o verbo a se articular com *Buch* seria *schreiben* (escrever)

Nestes últimos exemplos vemos que a inserção de um elemento do português afeta o modo de se enunciar em alemão, criando, para o verbo *machen*, sentidos novos: “festejar” (*folia machen*) e “estudar” (*faculdade machen*). E de tal modo que chega a produzir novo sentido para o verbo *machen*, na linha destes sentidos produzidos com a presença de um nome do português, sem que haja, contudo, um nome do português, é o caso do sentido de “produzir” (*Buch machen*).

4.2.3 Alteração do funcionamento da determinação no SN

Continuando, de modo mais específico, a análise de certos funcionamentos do SN em alemão, com características transportadas do português, podemos observar o modo como se comporta a relação

artigo, possessivo e nome no sintagma nominal. Para colocarmos este aspecto tomo para iniciar a descrição que Perini (1996) faz do sintagma nominal.

A análise do sintagma nominal se afasta de uma visão mais tradicional, pois o autor a considera um tanto quanto simplista. Segundo esta, em uma frase como *Aqueles seus livros de psicologia*, haveria somente dois tipos de funções a serem distinguidas: o núcleo, *livros*, e os adjuntos adnominais, *aqueles*, *seus* e *de psicologia*. Contudo, na análise proposta no nível oracional, cada um desses adjuntos tem uma função sintática distinta.

Uma das diferenças que é possível analisar é a fixidez de alguns desses elementos. *Aqueles*, por exemplo, só pode ocupar a primeira posição nessa frase, assim como *de psicologia* só pode aparecer em último lugar. *Seus*, por sua vez, pode ter uma certa mobilidade:

1. Aqueles seus livros de psicologia
2. Aqueles livros seus de psicologia
3. Aqueles livros de psicologia seus

Essa breve demonstração nos mostra que há diferenças de funcionamento entre os adjuntos adnominais que são esquecidas em uma análise mais tradicional. Por essa nova análise proposta por Perini, ele faz uma distinção entre os adjuntos. Essas diferentes funções nas

orações se utilizam de traços de natureza distintas, tais como o traço de natureza posicional [Ant], um traço de concordância [CV] que não tem necessariamente a ver com posição, e o traço [Q] que exprime possibilidade de retomada pronominal. Isso foi necessário porque, diferentemente do alemão, a estrutura da oração em português é relativamente livre e se tomássemos como objeto de estudo somente a questão da posição deixaríamos outros pontos importantes de lado.

Perini propôs um tipo de estudo para entender o funcionamento do Sintagma Nominal, uma divisão da área esquerda composta dos elementos que precedem o núcleo e a área da direita composta dos elementos que o seguem.

A área da esquerda compreende seis posições fixas e quatro variáveis. As fixas definem seis funções denominadas: determinante, possessivo, reforço quantificador, pré-núcleo externo e pré-núcleo interno. Já as posições variáveis ocorrem nos intervalos das posições fixas, exceto entre os dois pré-núcleos.

Cada posição define uma função, *aqueles*, nos exemplos acima, é o determinante porque ocupa a primeira posição. As posições variáveis definem a função de numerador que tem a propriedade de ocorrer nas quatro posições marcadas, isto é, entre as posições fixas.

Como é raro encontrar SN máximos, definimos as funções dos elementos nos SN menores. Por meio deles é possível saber que o

possessivo jamais vem antes do determinante (demonstrativo). Ocorre ainda de haver elementos que possam se colocar entre o demonstrativo e o possessivo, como *dois* e *outros*.

4. Aquele meu amigo
5. Aquele outro meu amigo
6. Aqueles dois meus amigos

Embora nesses casos, *meu* passe a ser terceiro elemento, Perini (1996) o considera ainda como segundo, uma vez que elementos como *outros* e *dois* têm posições variáveis, são os chamados numeradores, que podem ocorrer livremente entre as posições fechadas.

Os pronomes possessivos podem ocorrer tanto em primeiro lugar no sintagma, como em:

Meu carro

Mas podem aparecer também em segundo lugar como no caso:

Este meu carro

Embora sua posição possa ser variável como primeiro ou segundo elemento do sintagma, ele jamais pode aparecer em primeiro lugar se for seguido de um pronome demonstrativo.

* Meu este carro

Somente na ausência de um pronome demonstrativo que o pronome possessivo pode ocupar a primeira posição. Desse modo, o demonstrativo é sempre o primeiro lugar e o possessivo o segundo

lugar, só que esses lugares não são obrigatoriamente preenchidos, isto é, o possessivo aparece como primeiro lugar quando na verdade a posição do demonstrativo não está preenchida.

A estrutura do SN, explica Perini, exige a ordenação do demonstrativo iniciando o sintagma seguido do possessivo, mas a presença de qualquer um desses elementos não é obrigatória, como é possível ver abaixo:

7. carro
8. aquele carro
9. meu carro
10. aquele meu carro

É por essa ordenação preferencial que podemos definir as funções dentro do Sintagma Nominal. As funções do SN se fazem por referência ao Sintagma Nominal Máximo, que se define por ter todas as posições possíveis preenchidas por itens lexicais.

No sintagma:

11. Aquele amigo
12. Inesquecível amigo

Embora tenhamos nesses dois casos os determinantes, *aquele* e *inesquecível* ocupando a mesma posição (imediatamente antes do núcleo) suas funções são diferentes, pois entre *aquele* e *amigo*

poderiam ocorrer até cinco elementos entre eles, mas entre *inesquecível* e *amigo* só poderia ocorrer um, pois *inesquecível* é pré-núcleo externo, que poderia ser regido por *velho*, por exemplo (*inesquecível velho amigo*).

Se voltarmos aos exemplos 9 e 10, veremos que o pronome possessivo pode aparecer ora na primeira, ora na segunda posição, mas como, neste caso, não se trata de um SN máximo, conforme explica o autor, a posição dos elementos não é tão relevante. Ou seja, as funções do SN se definem pelas posições dos termos em relação uns aos outros e não por posições absolutas.

13. **Aquele meu** amigo

Nesse caso, o demonstrativo ocupa a segunda posição antes do núcleo, mas ele pode chegar a ocupar até a sexta posição, isto é, há no máximo cinco elementos entre o demonstrativo e o núcleo como veremos a seguir.

Em sintagmas mais completos o pronome demonstrativo pode ocupar até a sexta posição do SN antes do núcleo *amigo* (Perini está considerando somente as posições fixas). Considerando o exemplo abaixo, o demonstrativo poderia aparecer no lugar do artigo *os*:

14. Os outros dois meus mesmos velhos amigos queridos de

6 5 4 3 2 1 0

Salvador

Assim para definir as funções desempenhadas pelos elementos que constituem o sintagma nominal devemos considerar a posição de afastamento máximo para a esquerda do núcleo.

Trarei aqui o quadro apresentado por Perini:

Função	Itens que podem desempenhá-la
Det	O, este, aquele, algum, nenhum, um
Poss	Meu, seu, nosso
Ref	Mesmo, próprio, certo
Qf	Poucos, vários, diversos, muitos, único, primeiro
PNE	Mero, pretenso, meio, suposto, inesquecível, reles, simples
PNI	Mau, novo, velho, claro, grande
Num	Outro, dois, três

Das funções apresentadas, a única que pode ocorrer mais de uma vez no mesmo sintagma é a de numerador.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que não pode haver a co-ocorrência de certos itens na área esquerda. Isto é, não se pode colocar lado a lado itens que desempenham a mesma função, como em:

15. O aquele amigo

Embora a área direita seja mais simples, a análise de seus termos é mais difícil, pois há um alto grau de polivalência dos itens envolvidos e o fato deles pertencerem a classes abertas.

Enquanto na área esquerda os itens que a compõe são especializados em suas funções como os determinantes e possessivos, na área direita as três funções são constituídas de classes abertas, não sendo possível fazer uma lista finita dos itens lexicais que podem constituí-la.

Muitas das análises levantadas aqui são apontadas por análises indiretas na relação entre os itens e as áreas que ocupam, dando força à hipótese levantada por Gimarães (1998) de que os sentidos se constroem nas relações das palavras. É pelas relações entre os itens lexicais que podemos definir as funções de cada um dos modificadores de um SN.

Tal como nos mostra a descrição acima, no português é possível encontrar um SN contendo um determinante e um possessivo, como “O meu filho não come pastel.”

Ao contrário, a construção Det + Poss + N não é própria da sintaxe alemã.

Contudo é possível encontrar no corpus do alemão de Friburgo:

E: Was werden Sie in Rio de Janeiro machen? [o que o senhor vai fazer no Rio?]

R: Die meine parente besuchen. [visitar os meus parentes]

Det + poss. + nSN

U: Heute ist besser für die Kinder. Wenn ich auf die Schule war, ob ich keine Hausaufgabe gemacht hatte, schlug der Lehrer mit die meine Réqua. Ich hatte_eine_ Réqua de madeira. Es hatte weh getunt. [Hoje é melhor para as crianças. Quando eu estava na escola, se eu não fizesse a lição de casa, a professora me batia com a minha régua. Você acredita?. Eu tinha uma regra de madeira que doía muito]

Em *mit die meine régua*, tem-se:

Mit die meine régua

Det + poss. + nSN

Nos dois exemplos acima, encontramos como núcleo do SN um nome em português que transporta para o alemão a própria sintaxe do SN do português, tal como apresentada por Perini. Essa interferência não se reduz apenas à entrada de uma palavra do português para referir um objeto, trata-se de uma alteração no funcionamento do SN em alemão.

Diferentemente do que ocorre com o português, a sintaxe do SN no alemão não permite, numa comparação com a sintaxe do SN no português, a construção da área esquerda do núcleo SN com um

determinante e um possessivo acompanhando o nome, como vimos nos dois exemplos acima.

A inserção de itens lexicais de uma língua em outra sempre foi bem aceita nas teorias de mudança, no entanto sempre se considera que se trata só de uma presença de palavras sem repercussão na estrutura da língua.

As teorias lingüísticas que trataram a mudança consideravam o empréstimo como resultado do contato de povos, e por conseqüência, das línguas. O empréstimo lexical era um modo de dar conta das divergências de culturas que eram representadas pela língua, desse modo, as diferenças entre os mundos eram tomadas como um problema de referência, como ocorreu à época de descoberta do Brasil, em que os brasileirismos eram aceitos no português europeu como forma de inscrever na língua o novo mundo. Um estudo sobre esta questão, a partir de uma posição não-referencialista pode ser reencontrada em Orlandi (1990).

Vale à pena ressaltar o lugar das palavras nessas correntes, isto é, as interferências lexicais não foram tomadas como lugar de observação sobre a mudança, uma vez que elas representariam o que está fora da língua.

O que podemos observar, no entanto, é que a transposição de itens lexicais de uma língua à outra diz mais a respeito da relação de línguas.

A inserção de nomes do português no alemão de Friburgo afetou a sintaxe do sintagma nominal do alemão, criando um funcionamento distinto do alemão falado na Alemanha. Há mais nessa relação do léxico com a língua que uma mera referência do real. Considerando que as línguas funcionam segundo um espaço político de divisão das línguas para seus falantes (espaço de enunciação), o que vemos é que a entrada de nomes de uma língua em outra mostra que não se trata de um nome para uma coisa, trata-se de enunciar de um certo modo. Ou seja, estes nomes não estão nem no português como simples descritores de algo, eles estão reportados aos modos pelos quais os falantes enunciam a relação com o mundo.

Esse modo de enunciar está afetado pela relação das duas línguas enquanto própria do espaço de enunciação do bairro de Friburgo.

Também aqui, como no caso dos nomes em predicados com o verbo *machen*, é interessante observar que a construção do sintagma nominal no alemão ao modelo da sintaxe do português ocorre também sem a presença de uma interferência lexical portuguesa, como podemos ver em:

W: [Der mein Bruder] kann besser erzählen. Er war ein Jahr lang im prisão. [o meu irmão pode contar melhor. Ele ficou um ano na prisão]

O SN “der mein Bruder” foi construído segundo a ordenação brasileira, em que o determinante der (o) foi seguido por um possessivo *mein* (meu).

A mesma situação pode ser vista em:

H: Mehr português. Manchmal alemão mit die Mama und [die mein Kinden]. [mais português. As vezes alemão com a mamãe e com as crianças.]

Sem inserção de nenhuma palavra do português no SN, o sintagma no alemão (*die mein Kinden*) também foi modificado, com a presença de um determinante mais um possessivo acompanhando o núcleo do sintagma.

Tomemos, ainda, outro exemplo, para observar como este tipo de interferência não se restringe ao sintagma inserido.

TS: Nacher dem da ditadura, ich hatte still muitos viele Träume. Ich träumte mit die Polizei, die nach Hause gekommen war. [depois da ditadura, eu ainda tinha muitos sonhos. Eu sonhava com a policia que ia em casa]

O exemplo acima ilustra que o modo como o alemão se refaz pela estrutura do português não está necessariamente vinculada ao léxico. Os dois momentos do enunciado que estão marcados pela inserção lexical em português não afetam a construção da regência do verbo

träumen. Em alemão, o verbo sonhar pede como complemento a preposição *von* ¹¹ *ich träume von* (eu sonho de), mas tendo em vista o funcionamento do espaço de enunciação de Friburgo, isto é, a relação do alemão com o português, o falante determinado pelas duas línguas, enuncia esse alemão, ao modo do português *ich träume mit*.

Podemos ver em outro dado, como a relação do português com o alemão afeta seu funcionamento:

GL: Er kann nicht allein bleiben. Ele é tão pequeno ainda, né?!
Martin wird mit seine Oma bleiben wenn ich nach Frankreich fahre, aber nur ein Monat. [Ele não pode ficar sozinho. Martin vai ficar com sua vó quando eu viajar para França, mas é só um mês.]

Este dado repete um pouco o anterior, pois embora a interferência do português não tenha direta relação com a alteração da regência verbal do verbo *bleiben*, podemos pensar no modo como a interferência da frase “*ele é tão pequeno ainda, né?!*” no enunciado alemão afeta o modo de enunciar em alemão. Isto é, há uma parte da sentença enunciada em português que determina de modo mais específico como o português do Brasil afeta o alemão de Friburgo. O verbo *bleiben* (ficar), diferentemente do verbo em português, pede o complemento com a preposição *bei* (com, na dependência), mas pela relação com o

¹¹ o mesmo ocorre com o verbo sonhar em francês, o qual também tem como complemento a preposição “de” “Je rêve de” eu sonho de.

português, *bleiben* passa a funcionar como em português com a preposição *mit* (com).

4.3 Algumas Considerações

Nos estudos da mudança, a questão do contato trouxe a possibilidade de pensar a mudança como algo que ocorria por razões externas à língua. O tempo não estava restrito a marcar os estágios da mudança, mas ele, ao ser tomado pela história como uma narrativa dos fatos ocorridos, permitiu o modo como a história dos povos representasse os contatos de línguas, ou seja, o contato das línguas era resultado do contato dos povos. A língua representava o modo como essa história era construída.

Um dos modos de tratar o contato das línguas era o empréstimo que as línguas realizavam, em geral direcionado pela força dos povos envolvidos. Mattoso ao tentar dar uma maior especificidade ao problema dos empréstimos, retoma a definição de Bloomfield sobre o problema “a adoção de traços lingüísticos diversos do sistema tradicional” permite que o lingüista brasileiro nos apresente o empréstimo de línguas, não somente como uma relação de línguas nacionais, ou de povos distintos, mas como o empréstimo entre sistemas, entre os falares, nas palavras dele, de uma mesma língua.

Esse novo olhar sobre o empréstimo, como uma relação de línguas, que não estejam necessariamente envolvidas com o movimento dos povos, abriu um caminho para se pensar a relação de línguas não como condicionada ao contato de povos, mas como parte do funcionamento das línguas, como define Guimarães (2002).

Segundo Guimarães, as línguas, dentro do espaço de enunciação que se constitui por uma relação de línguas distribuídas para seus falantes, estão sempre em relação, se afetando, se refazendo e se dividindo. Nesse sentido, para ele, a mudança faz parte do funcionamento da língua, pois uma vez que a língua está sempre se dividindo, ela está sempre se alterando.

O que nos chama atenção para esse funcionamento da língua é tentar entender em que momento dessa divisão podemos dizer que a língua realmente mudou, isto é, virou outra.

A fim de entender melhor como se dá esse funcionamento por mudança, o espaço enunciativo de Friburgo, um bairro de descendentes de alemães de Campinas, foi analisado. Procura-se ver como se constitui este espaço e como ele foi afetado pelas imposições nacionalistas do Estado Novo, durante o governo Vargas.

Alguns dos dispositivos institucionais que foram outorgados à época foram analisados dentro do quadro teórico da semântica do acontecimento, visando entender como essas restrições da circulação da

língua alemã afetou a relação das línguas e de seus falantes no espaço de enunciação do bairro alemão de Campinas.

Interessante notar que as interdições são feitas, pelos decretos-lei, após a Constituição de 1937 anunciar uma igualdade para todos aqueles que moram no Brasil. Mas assim que se estabelece uma igualdade, o texto faz as devidas reparações, estabelecendo as devidas diferenças entre estrangeiros e brasileiros.

Há na verdade três tipos de habitantes no Brasil: os estrangeiros a quem fica restrita todas as imposições, os brasileiros a quem são concedidos todos os direitos e os brasileiros descendentes de estrangeiros a quem se deve nacionalizar.

Dentro desse espaço de enunciação, o alemão e o português se refazem e se dividem, num outro alemão, distinto daquele falado na Alemanha. As interferências são de vários tipos, como pudemos ver, conforme a análise feita, mas nos detivemos de forma mais específica até aqui na interferência lexical. Essa escolha analítica se deve inclusive pelo fato de que foi a interferência lexical, feita pelos empréstimos, que abriu caminho para os estudos sobre contato de línguas, pois a questão lexical é tomada por algumas correntes lingüísticas como um problema referencialista, em que a língua representa o mundo.

O que temos, aqui, pela análise feita, é a seleção de palavras em português na frase em alemão que teria uma tradução possível nesta

última. Desse ponto de vista, a questão que se coloca é um diferente modo de enunciar, que na relação possível de línguas alemão e português, divide o alemão construindo um tipo distinto de funcionamento, que se dá na relação com o português.

Se pensarmos no modo como se distribuem esses falantes no espaço de enunciação de Friburgo, o brasileiro com ressalva é aquele que está determinado pelas duas línguas, aquele que determina as duas línguas, o português e o alemão, como suas línguas.

Essa determinação dupla do estrangeiro com o brasileiro, talvez seja o lugar que impede que esse alemão falado em Friburgo, essa divisão do alemão não mude completamente e se torne outra língua.

Cap V

5. Mudança – processo ou produto

A análise do corpus feita no capítulo anterior, em que pudemos ver as interferências do português no alemão, nos permite fazer um questionamento sobre a noção de mudança, levando em conta o que colocamos no capítulo 2. Quando consideramos que a língua mudou?

As mudanças que constituem o alemão falado em Friburgo não foram suficientes para caracterizá-lo como uma nova, como uma outra língua? E é na tentativa de entender o porquê dessa resistência em tomar as mudanças pelas quais a língua passa em sua história como razões lingüísticas para torná-la outra que desenvolveremos esse capítulo.

Interessante notar que após as línguas que se desenvolveram a partir do latim vulgar¹² (em que tivemos efetivamente um produto da mudança: novas línguas), em geral não se considera que tivemos mais mudança lingüística no sentido que uma nova língua se formou como resultado do contato de línguas. O que podemos dizer sobre isso?

Não ignoro as muitas mudanças que uma língua sofre em sua história, o português que falamos hoje não é mais o mesmo do século passado. Nem o alemão de Friburgo é o mesmo da Alemanha, por exemplo.

¹² já nos referimos a este aspecto no capítulo 2

A lingüística reconhece que a língua muda continuamente, como afirma Mattoso (1954) “a língua está sempre em mudança e tem uma história”. A questão que me coloco é quando a língua muda e vira outra? O que impede que o alemão falado em Friburgo não seja tomado como uma outra língua, uma língua distinta do alemão?

A língua está presa em um tempo presente de sua designação. Isto é, embora o alemão falado em Friburgo já não seja o mesmo alemão falado na Alemanha, o nome alemão o define como sempre a mesma língua, a língua de um outro país. Há desse modo dois fatores importantes, o “aprisionamento” da língua nesse “eterno” presente, e o vínculo dela com uma identidade nacional, ou melhor, com um Estado que a identifica, e recebe dela sua identidade.

5.1 O presente da mudança

A língua aqui não é tomada como representando o povo de uma nação, ou seja, a história dos contatos de língua, não é a história do contato de povos. A história não é só um contexto em que a língua se encontra. O tempo que delimita a história não é somente a ordenação de um conjunto de fatos numa ordem cronológica, mas analisados dentro de uma especificidade própria, definida por Veyne (1998) como história, conforme veremos a seguir.

O histórico não é assim um evento no tempo. Não é, por exemplo, o contato de povos num certo período, mas o fato desse contato temporalizar, criando uma temporalidade própria que produz os sentidos dessa relação de línguas e define o modo como as línguas mudam.

A história não é entendida, aqui, como eventos relatados cronologicamente, ou seja, como temporalidade, tão pouco como um contexto que a língua representa. Para o Guimarães, a história “ (...) não é, nesta perspectiva, sucessão, é convivência de tempos diferentes em um presente.” (1998: 113)

Ligada a esta posição, Guimarães (2002) propõe uma noção de acontecimento. Para tratar do acontecimento, ele ressalta a importância de língua e do sujeito que se constitui por seu funcionamento, e de sua temporalidade. E é sobre essa última que nos deteremos aqui.

Em *Semântica do Acontecimento* (2002), o autor define o acontecimento “enquanto diferença na sua própria ordem”. Essa diferença não é, contudo, um fato no tempo. Muito pelo contrário, uma vez que é o acontecimento que temporaliza. Isto é, não há uma ordem cronológica de um antes e um depois.

O presente do acontecimento não se define por um tempo externo, cronológico, mas também não é o presente de Benveniste, ou seja, o tempo no qual o locutor enuncia *eu* e a partir daí se organiza o passado e o futuro, explica Guimarães (idem).

A temporalização se configura pela configuração de um passado que é um rememorado, e um presente que ao enunciar abre uma projeção de interpretação, o futuro. Ou seja, não há possibilidade de sentido sem uma dessas “partes integrantes”- passado, presente e futuro - do tempo do acontecimento.

Tomarei aqui um exemplo, usado por Guimarães em sala de aula, de modo a explicar de forma mais clara como ele entende o acontecimento.

O atentado de 11 de setembro é um acontecimento. Este só produz sentido enquanto acontecimento que temporaliza. Somente a memória enunciativa deste evento permite que este produza o significado que ele teve, e tem, na história da humanidade. É justamente o sentido produzido que impede que “o 11 de setembro” seja enunciado como uma descrição simples do choque de um avião com as torres gêmeas.

A história significa esse acontecimento como uma diferença na ordem das relações políticas internacionais. O que se rememora neste evento é a tensão entre EUA e o Oriente, que produz o sentido evidenciado do atentado de uma forma específica: o ataque ao imperialismo norte-americano, e projeta num futuro, ao enunciar o atentado, os sentidos produzidos de uma resistência criada frente aos EUA.

No presente de um acontecimento, passado e futuro fazem parte dele de modo que ele possa significar. O que chama atenção, a meu ver, é justamente o fato dessa convivência de tempos fazer parte da

significação. Isto é, a história, nesse sentido, não está fora do funcionamento da língua, mas é constitutiva de seu modo de significar.

Esse acontecimento, cuja temporalidade não significa o passado como o que aconteceu imediatamente antes do momento presente e o futuro como o que virá em seguida em relação ao tempo do sujeito que enuncia, "se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua" (Guimarães, 2002:18).

O acontecimento se põe num espaço de funcionamento das línguas em que há o embate entre elas e no qual os sujeitos são constituídos pela distribuição regulada das línguas, ou seja, pelo Espaço de Enunciação. Neste, a disputa entre línguas e a divisão dos sujeitos pelos seus modos de dizer e por seus direitos de dizer, afetam as línguas, refazendo-as, dividindo-as e as organizando por uma hierarquia social própria das relações, ou seja, trata-se de um espaço político.

A organização das línguas que constituem o espaço de enunciação que analisamos neste trabalho, a partir de uma língua nacional, o português no nosso caso, tem significações importantes para a relação das línguas, conforme veremos a seguir.

O fato do espaço de enunciação estar afetado pelo acontecimento e por isso por sua temporalidade nos possibilita pensar como o tempo funciona nessa relação de línguas

Deleuze (2000), por sua vez, apresenta o problema do tempo sob um novo prisma, que vai nos interessar de forma mais específica para se pensar o conceito de mudança dentro da semântica do acontecimento.

Para ele há duas dimensões do tempo: o Cronos e o Aion. O Cronos diz respeito à mistura dos corpos ou estado de coisas, e por isso preside a ordem das causas. Ele se caracteriza por uma sucessão de instantes, numa forma cíclica do infinito em que há um eterno presente que se descontrai em presentes pontuais que são passados e futuros uns em relação aos outros. Em segundo lugar há o Aion que trata dos incorporais e por isso se caracteriza como a fuga incessante do presente, através da divisão ao infinito de cada instante presente em passado e futuro. Deleuze usa um exemplo de Lewis Carrol para ilustrar essa infinitude.

Para isso ele explica a frase *Alice cresce*, segundo sua visão acerca do Aion. Alice torna se maior do que era e se torna menor que é agora. Não é simultaneamente que ela **é** maior e menor, mas ao mesmo tempo ela se **torna** maior e menor. Essa é a simultaneidade de um devir que se furta ao presente. Desse modo não há distinção entre antes e depois. (2000: 1)

Há, então, o presente que vive nos corpos, e o presente que é dividido em passado e futuro infinitamente. É dessa forma que Deleuze concebe o tempo, de duas perspectivas distintas.

A partir das configurações acerca das duas dimensões do tempo, o problema de Deleuze era estabelecer uma relação entre Cronos e o Aion. Para isso, ele formula o conceito de acontecimento que participa de ambas dimensões temporais de modo que leve em consideração os corpos e estados de coisa, bem como incorpóreo e os efeitos. Dentro dele há sempre o passado e o futuro: "eternamente o que acaba de se passar e o que vai se passar, mas nunca o que se passa" (idem, 9)

Considerando a ordem do espaço de enunciação, podemos tomá-lo como um acontecimento conforme as formulações de Guimarães (2002). Este espaço de enunciação funciona sempre num tempo presente, imobilizado pela língua nacional que o organiza. Ou seja, a identificação dos falantes está nesse presente de funcionamento do espaço de enunciação, pois é a língua nacional que imobiliza este espaço, e a relação das línguas que o constituem.

Devemos considerar, contudo, que o funcionamento das línguas neste espaço se dá na relação entre as diversas línguas que o constituem. Ou seja, ao mesmo tempo que temos um aprisionamento no presente das línguas que circulam no espaço pelo modo como os falantes são determinados pelas línguas, a identificação do falante pela língua toma as línguas separadamente no espaço.

Uma contradição se estabelece ao pensar o funcionamento do espaço, pois ele se apresenta no presente, imobilizado pela língua

nacional que organiza o espaço e identifica seus falantes, mas funciona na temporalização dos acontecimentos de enunciações específicas (cenos enunciativas) em que se dá a relação de línguas, e assim as divisões que as afetam, mudando-as.

Se aplicarmos esse funcionamento dos tempos do espaço de enunciação do espaço de Friburgo, as línguas que se identificam como nacionais, o alemão e o português, aprisionam essa relação de línguas, como uma relação estanque de duas línguas no presente da identificação destas com seus falantes, isto é, falantes de português e falantes de alemão.

Desse modo as línguas, no espaço de enunciação, se encontram no Cronos de Deleuze, numa circularidade infinita do instante presente. o sentido da língua tomada como língua nacional de um Estado a impede de sair desse ciclo infinito em que a língua é sempre a mesma.

Essa estabilidade da organização das línguas em línguas nacionais configura essa relação da língua nacional com o tempo presente. Para entender melhor essa problemática focaremos nosso olhar na relação entre a organização dos Estados e as teorias lingüísticas e como isso afeta a concepção de mudança.

Para isso acho importante levar em conta as condições em que se formou a lingüística enquanto ciência. A lingüística se define como uma forma de saber e de prática teórica, segundo as palavras de Aurox

(1992), no século XIX em um contexto caracterizado pelos estudos sobre parentesco genético das línguas e a formação dos Estados Modernos.

Ao tentar compreender em sua obra o aparecimento de um saber metalingüístico que não se delimita ao domínio da lingüística moderna, ele define o objeto de seu estudo como “a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito (...)” (Auroux, 1992:13).

Auroux (1992) distingue dois tipos de saberes sobre a linguagem. E é essa distinção que nos interessa de forma específica para entendermos como a organização política do século XIX afetou a teorização lingüística que se desenvolveu a partir desse período.

O saber epilingüístico, escreve Auroux, é o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem. É este saber que nos permite, por exemplo, entender piadas e jogos de linguagem. E, mais do que isso, é este saber que nos permite produzir piadas e jogos de linguagem.

Já o saber metalingüístico é construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem. É este saber que permite que possamos não apenas entender e produzir piadas e jogos de linguagem, mas também desenvolver reflexões a respeito do funcionamento das piadas e dos jogos de linguagem.

Esse saber se constitui por um domínio dos fenômenos da linguagem como um espaço de produção de tecnologias que mudam a relação do homem com os objetos simbólicos e com as formas de organização social. Ele critica assim uma perspectiva positivista do saber, que se constitui de uma cronologia de uma totalidade dos momentos do seu desenvolvimento.

Ainda se contrapondo a um ponto de vista historiográfico da ciência, Auroux analisa duas revoluções no campo da linguagem: a primeira corresponde ao desenvolvimento da escrita, que é segundo ele, um dos fatores fundamentais para o aparecimento das ciências da linguagem; e a segunda corresponde ao processo de gramatização das línguas que teve seu início durante o Renascimento europeu. Gramatização é definida pelo autor como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de suas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” (Auroux, 1992:65)

Essa metalinguagem construída e representada por tais instrumentos deu ao Ocidente um meio de conhecimento e dominação sobre as outras culturas do planeta mudando as relações de comunicação.

Considerar o nascimento desse saber metalingüístico é fundamental para a constituição dos estudos sobre as ciências da linguagem e para a formação da lingüística como ciência, no século XIX, período em que se

deu a constituição das nações européias e por conta disso uma profunda transformação das relações sociais. A expansão das nações acarreta uma situação de luta entre elas e entre as suas línguas. A correspondência uma língua/ uma nação faz dos instrumentos lingüísticos o meio para que seus cidadãos aprendam a língua que os identifica como pertencendo a um Estado ou outro.

Contudo a noção de língua está atrelada à de nação, relação em que se construiu a concepção de Estado Moderno o que resulta num entrelaçamento nacionalista com as teorizações lingüísticas. Isto é, como pensar numa nova língua desvinculada de uma nação, e tendo em vista a uma organização política já estabelecida em países com suas respectivas línguas (nacionais), qual o lugar dessa nova língua?

As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes lingüísticos no Renascimento são complexas, conforme explica Auroux (1992). Pode-se notar conjuntamente a administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, os contatos entre línguas. O purismo e a exaltação da identidade nacional, a constituição e preservação de um corpus literário são fenômenos quase universais na constituição espontânea ou por transferência dos saberes lingüísticos. Suas causas podem ser diversas: o aparelho do Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional.

Para os trabalhos desenvolvidos por Orlandi (2000, 2001) a gramatização implica na constituição de um saber metalingüístico e também na construção de espaços imaginários de identificação. Da forma que a autora toma o saber metalingüístico, a gramatização de uma língua está relacionada à constituição da identidade nacional.

É na passagem para o saber metalingüístico que a língua é apreendida e representada como uma língua nacional de acordo com as delimitações políticas de um Estado de Direito. A língua embora esteja “presa” por essa metalinguagem não pára seu funcionamento.

Deter-me-ei mais especificamente na seção seguinte, na formação das línguas nacionais e as conseqüências disso para a lingüística. Uma língua tomada sempre como um artefato.

5.2 A formação das línguas nacionais

Para Anderson (1989), o declínio da autoridade eclesiástica pelo despertar de movimentos reformadores na Igreja, e a democratização da política resultaram no fim de antigos padrões de lealdade como ordenação divina, coesão religiosa e continuidade de dominação, e colocaram em questão os sentimentos do cidadão em relação àquilo que ele considerava como sua nação/nacionalidade.

De acordo com Hobsbawn (1991) em *Nações e Nacionalismo*, somente após a Revolução Francesa, o Estado moderno recebeu sua

forma. Havia um domínio direto do Estado sobre os seus integrantes. Para firmar este domínio, procurava-se impor as mesmas leis e arranjos administrativos a todos de modo a homogeneizar sua autoridade.

Somente o Estado, afirma ainda o autor, criaria as condições necessárias para a gestação das lealdades nacionais e com isso a expansão dos direitos de cidadania e a preparação de uma infraestrutura que ligaria partes distantes de um reino, aumentando largamente a densidade das redes de comunicação com as fronteiras do estado e atraindo assim, cada vez mais, a população em geral para dentro de uma política nacional.

Na constituição do Estado, o que ocorreu foi a desnaturalização de uma forma de dominação corrente até aquele momento. De acordo com os clássicos (Platão e Aristóteles), a política se definia como uma contagem das partes da comunidade, as quais seriam a oligarquia, a aristocracia e o povo.

Pêcheux (2004) explica que por muito tempo a sociedade era fechada. Os lugares sociais estabelecidos pelo nascimento não abria possibilidade de ascensão social ou qualquer tipo de mobilidade entre seus membros. Os burgueses viam como única forma de propor uma mudança nas relações sociais, confrontar as diferenças e absorvê-las, universalizando as relações também e principalmente pela língua.

A língua foi o modo de proclamar o ideal de igualdade como uma das condições de liberdade dos cidadãos e organizar uma desigualdade, estruturalmente reproduzida por uma divisão política do domínio da língua.

O lugar da língua na formação dos Estados, segundo Pêcheux (2004), foi a forma encontrada pela burguesia para reverter a ordenação eclesiástica e da monarquia, na qual a língua tinha um papel divino de intermediar as relações entre o céu e a terra e os lugares do poder se referiam a um poder divino, no caso do rei.

A “nacionalização” da língua só se deu por completo se calcada em uma língua escrita que lhe atestaria um caráter “civilizador”, isto é, mesmo sabendo da realidade de muitas línguas conviverem no mesmo espaço nacional, somente a língua escrita que representa a construção da cultura de um país, seria significada como língua nacional.

Com o declínio do Absolutismo no século XIX, época em que se formavam os primeiros governos democráticos do período moderno, abandonava-se a designação de súditos para uma outra nomeação, o povo agora se tornava cidadão. A simples troca de designações não era suficiente para criar uma identificação do povo com o Estado, uma vez que, afirma Hobsbawn (1991:56), *“não era óbvio que o povo pudesse se identificar com um país, em que a nobreza, alvo de seu descontentamento, constituía a maquinaria administrativa que definia*

um país". Para desfazer essa luta de classes e significá-los como cidadãos era preciso atrelá-los de forma definitiva ao Estado. Homogeneizar a população, pelo crescimento da maquinaria administrativa, propiciou um estreitamento de laços entre o povo e o Estado. Essa democratização do governo deu voz ao povo e estabeleceu os laços de lealdade que o Estado almejava.

Para este Estado que surgia, continua o autor, não havia súditos, mas cidadãos. Essa designação dos seus integrantes era uma forma de inserção de todos nesta sociedade pela imposição de direitos e deveres legais a todos, além de leis e arranjos administrativos. Era a constituição do sujeito-de-direito, definido por Haroche (1992) como o sujeito-capitalista regido por leis, deveres e direitos iguais. O sujeito deixava, então, de ser um sujeito-religioso subordinado ao dogma cristão e aos poderes divinizados.

A partir da formulação de Haroche acerca do sujeito-de-direito, é possível compreender a importância de tomar aristocracia e povo como cidadãos, pois assim ambos se definem como iguais em uma só categoria, a categoria dos cidadãos de uma nação.

Segundo Hobsbawn (1991) em *Nações e Nacionalismo*, o Estado formado após a Revolução Francesa tinha uma relação orgânica com a nação, isto é, seus habitantes, eram considerados uma coletividade, devido à sua estrutura e às transformações políticas, que lhe davam o

caráter de um corpo de cidadãos mobilizados por demandas e direitos políticos.

Nomeá-los, contudo, como cidadãos não significava uma inclusão prática e plena destes. A nação política, por exemplo, foi formada, como afirma Anderson (1989), a partir da classe dominante excluindo o povo de qualquer tipo de participação, vez que a diferença é constitutiva. É justamente nesta inclusão que se exclui. Rancière (1996) explicita esse processo, ao explicar o dano fundamental. Creditar ao povo uma parte da sociedade, em um processo de democratização, é incluí-lo por uma propriedade que não lhe é própria, a liberdade, trazendo à comunidade o litígio. Ou seja, o povo identifica-se com o todo da comunidade em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que tudo têm, no caso a classe dominante. Assim, é mediante a parcela dos sem-parcelas que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem das suas partes antes mesmo de afetar seus direitos. Podemos considerar então o dano como uma exclusão estrutural.

A língua foi o modo de proclamar o ideal de igualdade como uma das condições de liberdade dos cidadãos e organizar uma desigualdade, estruturalmente reproduzida por uma divisão política do domínio da língua.

A língua nacional tem assim um papel fundamental na estruturação de um Estado e é pela definição dela, enquanto qual língua é a língua nacional, que o sujeito se define como pertencendo àquela nação e não a outra.

Não era suficiente, afirma Anderson (1989), a inclusão do povo pela nomeação de cidadãos. Era necessário inculcar neles uma forma de lealdade cívica. O problema central era a coesão sócio-política nos Estados. O povo precisava ser fiel a uma religião cívica, o patriotismo.

Ao aliar nacionalismo e patriotismo, o Estado ganhava um poderoso instrumento. Tal aliança se dava na projeção dos sentimentos identificatórios em relação à terra natal, assim os Estados tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária.

Nessa necessidade de criar elementos unificadores para se configurar e fortalecer o sentimento nacionalista, a definição de uma língua nacional ganhou impulso.

O primeiro movimento neste sentido, a configuração das idéias nacionalistas, afirma Anderson (1989), foi o desenvolvimento da imprensa editorial no fim do século XIX. O número de livros impressos chegou a um crescimento avassalador e iniciou a primeira etapa no caminho de uma sociedade de consumo, de massa e padronizada. O mercado europeu letrado foi, segundo Anderson, o grande consumidor

da época e a diminuição do uso de latim em benefício das línguas vernaculares deu um estímulo a esse próspero mercado que foi impulsionado, a partir do século XVI, por três fatores externos, dois dos quais contribuíram para o surgimento da consciência nacional.

a. mudança no caráter da língua latina. O latim escrito estava cada vez mais distante do latim vulgar (falado);

b. A Reforma e seu impacto no mercado editorial (que garantiu o sucesso do movimento) aumentou, e muito, a impressão de livros em línguas vernaculares;

Dessa forma, afirma o autor, o protestantismo em comunhão com o capitalismo criou um público leitor que foi mobilizado para fins político-religiosos; e por último,

c. A disseminação lenta, e geograficamente desigual, de línguas vulgares específicas como instrumento de centralização administrativa.

Foi somente após a generalização da educação primária, no século XIX, que se pôde pensar em conceber uma língua nacional, uma vez que a legitimidade de uma língua oficial só se dá pela língua escrita por meio de alguns instrumentos como gramática e dicionários.

Tendo em vista a importância da língua escrita para institucionalização da língua nacional, Anderson (1989) atribuiu à imprensa (e ao capitalismo) o papel fundamental, ao agrupar as línguas

dentro dos limites impostos pelas gramáticas e sintaxes, criando, então, línguas mecanicamente reproduzidas. E foram estas que lançaram as bases para a consciência nacional, ao criar campos de intercâmbio. Os falantes tinham como se comunicar, via língua impressa, e no correr deste processo, criavam um sentimento de pertença nacional.

Contudo, foi somente no século XIX, ressalta o autor, com o crescimento generalizado da alfabetização, que se iniciou uma movimentação no sentido de unificação das línguas vulgares dentro de cada país.

Ainda durante as dinastias no século XIX, na Europa, as línguas vulgares, como alemão, italiano, inglês, foram caracterizadas como línguas do Estado para fins administrativos. Devido ao prestígio crescente da idéia nacional por toda Europa, a identificação com a nação trazia uma legitimidade que, em uma época de capitalismo, ceticismo e ciência, deveria estar calcada em algo maior que a divindade.

Para Hobsbawn (1991), no processo de consolidação nacional é comum que se eleja um traço de coesão protonacional, definido por ele como variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente, mobilizados pelo Estado e por movimentos nacionais. A etnia é considerada um deles, devido à visibilidade de diferença entre os povos para reafirmar o “nós” e o “eles”. O mesmo se dá com a religiosidade.

Esta, porém, desperta um certo receio nos governantes, pois a lealdade firmada pelo povo, neste caso, não é com o governo.

A língua também tinha esta característica de elemento de coesão protonacional. Para o autor, ela, com o passar do tempo, se tornou elemento central da concepção de nacionalismo moderna. Mas esse protonacionalismo, definido pelo autor, nada tem a ver com a concepção moderna de nacionalismo, vez que aquele não tem relação com a unidade de organização política territorial, que seria o critério crucial daquilo que se entende por nação atualmente.

5.3 A formação das línguas nacionais e a lingüística

Acompanhando a formação das línguas nacionais, muitas das teorizações lingüísticas do período passam a se distribuir de acordo com as definições de língua nacional. Isto é, passando pelas organizações de língua nacionais, as reflexões sobre as línguas vão se desenvolvendo.

Nesse sentido, a língua é analisada dentro de uma situação social e política em que definir a língua nacional possibilita pensar as demais conceituações sobre língua, como as noções de dialeto, por exemplo, que só podem ser definidas na relação com o que seja língua nacional.

O lingüista alemão Peter Auer em seus trabalhos sobre bilingüismo faz duras críticas a esse “aprisionamento” da lingüística aos ideais

nacionalistas, o que acaba criando algumas amarras para esta ciência, tais como as que existem nos estudos de bilingüismo.

Para Auer (2007), umas das grandes dificuldades da linguística em estudar o bilingüismo, mais precisamente o code-switching, se dá em razão da falta de uma delimitação clara entre as línguas envolvidas no contato entre as línguas. Muitas vezes, explica ele, é muito difícil na análise dos dados de code-switching definir onde começa e onde termina cada umas das línguas envolvidas, pois para ele, como vimos mais detalhadamente no capítulo 02, pela situação de contato de línguas, a língua do bilingüismo é construída na interação entre os falantes. Ela não é resultado de uma soma de duas línguas (de dois sistemas fechados). Nesse sentido, o vínculo entre a linguística e o conceito de língua nacional prejudica o andamento das suas teorizações.

Essa definição de limites entre as línguas, explica ele, é uma necessidade da ideologia nacionalista que dominou a Europa no século XIX. A língua é tomada como um reflexo do nacionalismo e é também a justificativa (uma delas) para se construir um Estado-nação.

A construção de uma língua nacional por meio de uma instrumentação baseada em uma metalinguagem, como vimos na seção anterior, apaga as heterogeneidade das línguas em virtude de uma unidade nacional.

Enquanto para Auer a questão central do bilingüismo é a língua formada na interação entre falantes, para mim o que chama a atenção é o fato de estarmos presos à distribuição estabilizada de línguas (nacionais) que não permite pensar no conceito de mudança, uma vez que não há possibilidade de formação de uma nova língua.

Se retomarmos um pouco os primeiros trabalhos desenvolvidos sobre o contato de línguas, veremos que inicialmente ele estava reduzido aos empréstimos lingüísticos, o empréstimo de estruturas de uma língua por outra. Esses estudos eram analisados “post factum” (Auer, 2007:15), pois não colocavam em xeque a autonomia e existência de duas línguas em contato, como os empréstimos feitos, pelo inglês, da língua francesa.

Interessante notar que tomados por essa ideologia nacionalista, o objeto de estudo dos lingüistas é a língua pura, homogênea. É pelo trabalho de Schuchardt que nosso olhar é direcionado para algo instável: a mistura de línguas, pelos estudos das línguas crioulas. Ele aventa a possibilidade de uma língua se tornar outra pela mistura com uma segunda língua.

Mesmo trazendo esse novo olhar sobre o contato de línguas, seus estudos voltados para formação dos crioulos a partir das línguas africanas e européias, Schuchardt via a interferência das primeiras nas línguas européias como uma corrupção dessas. Embora tivesse

interpelado por essa ideologia nacionalista da língua que a define como pura e homogênea, ele traz uma observação muito interessante sobre a mudança e o modo como estamos presentes no como nomear essa língua que se forma.

“Für die Beantwortung der Frage aber ob sie an einem bestimmten Entwicklungspunkt noch A oder schon B zu nennen sind fehlte es uns gänzlich an Kriterien” (Schuchardt, 1884:10).

Em que momento do contato entre as línguas, podemos definir que a língua ainda é a mesma ou já pode ser nomeada como outra? Tendo em vista a interferência de uma língua na outra qual é o limite para definir que a língua já é outra?

As mudanças que ela sofre na relação com outras línguas já não permitem que a tomemos como as línguas originais envolvidas, mas em que momento a língua se liberta desse eterno presente em que ela se encontra?

Para responder essa questão apresento uma reflexão desenvolvida por Orlandi utilizando a formulação apresentada em Orlandi e Souza (1998) acerca da teorização lingüística e sua relação com as línguas (nacionais).

As autoras apresentam a relação da produção de saber lingüístico atrelada ao modo de organização política das línguas nacionais, teorizando uma diferença entre língua fluida e língua imaginária.

Para as autoras, as teorizações sobre o contato da língua portuguesa e as línguas indígenas estão afetadas por essa constituição política da língua. Elas discutem as produções de instrumentos lingüísticos tais como dicionários e gramáticas que fixam a língua num espaço-tempo definido. Essa língua produzida por esses instrumentos seria a língua imaginária, um produto de uma política lingüística específica.

Os conceitos lingüísticos referentes ao contato de línguas, na relação do português com as línguas indígenas não se aplicam como ocorre no contato entre línguas européias, por exemplo.

Há um apagamento das formas de representação da cultura indígena no confronto com a nossa cultura. A cultura dominante exerce seu poder na linguagem e pela linguagem. Desse modo a língua tomada como primitiva (dos índios) é sempre observada desigualmente na hierarquização das línguas. Isto é, é sempre um artefato da língua, como a gramática, que preside a observação.

A relação da língua tupi com o português é analisada pelas autoras a partir de lista de tupinismos ou de morfemas que entraram na composição de palavras em português. Desse modo, explicam elas, é difícil encontrar alguma realidade histórica no contato do português com a língua tupi.

Interessante notar, como aponta Orlandi e Souza que nessa relação do português com a língua indígena, nem a palavra empréstimo é usada

para tratar desse contato de línguas. Empréstimo ocorre somente entre línguas européias e asiáticas; na relação do português com o tupi o que temos é somente uma lista de palavras.

Ao tomar língua como produto das relações políticas e sociais, o valor social de um povo define o modo como analisamos se há ou não mudança da/na língua como pudemos ver no exemplo apresentado por Orlandi e Souza (1998). A relação da língua portuguesa e das línguas indígenas ficou caracterizada pela presença dos “tupinismos”, como se as línguas indígenas fossem incapazes de influir em processos e formas das línguas que estão em contato.

O que nos interessa particularmente é a forma como as relações políticas afetaram e afetam os estudos sobre a linguagem. Em virtude da distribuição desigual das línguas conforme a organização política dos estados, as línguas indígenas, na relação com o português, ficaram relegadas a um conjunto de palavras, que nos permite pensar no tupi numa relação de línguas.

A língua fluida afetada pela introdução de instrumentos lingüísticos se fixa como uma língua imaginária que, afetada pelas relações políticas, permite que as teorizações a respeito do contato entre duas línguas, no caso o português e o tupi, seja configurado ignorando o real funcionamento de uma relação de línguas. Isto é, ao tomar a língua como um artefato que reflete as relações políticas, a língua indígena não

funciona nas mesmas condições que o português afetando o modo como a relação entre elas se estabelece.

Ao problematizar essa relação específica das línguas portuguesa e o tupi, as autoras nos apresentam um ponto que deve ser tratado: a constituição da língua como um produto (nacional) interfere no olhar sobre o funcionamento da língua. A língua tem sua história como já vimos nesse trabalho e não devemos ignorar sua forma dinâmica e processual. Essa dinâmica fica mais clara quando reconhecemos as mudanças que uma língua sofre ao longo do tempo. Mas embora essas mudanças sejam visíveis, é em formas e teorias já moldadas que concebemos a língua e nesse sentido fica difícil reconhecer algo fora desses moldes como parte da língua. É nesse sentido que a noção de mudança está vinculada à formação de novas línguas. Mas em que medida é possível formar novas línguas se elas estão interligadas às identidades nacionais que constituem?

Dentro dessa perspectiva aparentemente estamos presos a uma noção de mudança que nos permite concluir que não houve mais mudança desde a formação das línguas românicas a partir do latim.

O que tentarei expor a seguir é justamente o fato de que reconhecendo as alterações que a língua sofre, enquanto língua fluida, o conceito de mudança é outro.

5.4 Mudança no espaço de enunciação e identificação dos falantes

O que vimos até aqui nos apresenta um quadro interessante sobre a mudança lingüística. Afetada pela época em que foi definida como ciência, durante o século XIX, a lingüística se viu interpela por uma ideologia nacionalista que na necessidade de criar uma identidade para os Estados construiu a língua dentro dos paradigmas de uma língua nacional. Embora ela tenha se desenvolvido bastante após seu estabelecimento enquanto ciência, a noção de mudança ainda está aparentemente afetada por essa distribuição nacionalista de línguas.

Até então o que temos visto nos modos de tratar o contato de línguas aqui apresentados, ele era tomado como uma relação empírica de línguas resultado do contato de seus povos.

Do nosso ponto de vista, a relação de línguas não é consequência da história dos povos que as falam, mas faz parte do funcionamento da língua e é determinada pelas condições sociais e políticas que fazem parte do espaço enunciativo em que circulam. Essas relações políticas não são representadas pelas línguas, mas as constituem.

Para tratar a questão da mudança a partir de uma outra perspectiva, retomo o conceito de espaço de enunciação definido por Guimarães (2002). Segundo ele (2002, p. 18) “*os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se*

misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer". Trata-se, portanto, de um espaço político, constitutivamente marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas. Por "político", Guimarães entende o "conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento" (*ibidem*, p. 16). O político não é, dessa maneira, algo exterior à língua, que lhe é acrescido por razões sociais; ao contrário, ele é parte do seu funcionamento. Por ser necessariamente atravessada pelo político, a língua é marcada por uma divisão, pela qual os falantes se identificam. O falante é, então, concebido como uma "figura política constituída pelos espaços de enunciação" (*ibidem*, p. 18), e não como indivíduo.

O espaço de enunciação, tal como definido anteriormente, é o "lugar da atribuição das línguas para seus falantes" (*idem*, 2005, p. 10), segundo uma regulação histórica específica, através da qual se produzem sentidos que se nos apresentam como evidentes.

Configuram-se, assim, sobreposições e hierarquizações, tomadas pelos falantes como naturais; dentre elas, a que se dá entre língua nacional e língua oficial, e língua materna.

Deter-me-ei mais especificamente no conceito de língua nacional, pois ele é fundamental para o funcionamento do espaço de enunciação e

também para as discussões que levantamos acerca do conceito de mudança.

É importante destacar, em primeiro lugar, que a língua nacional é um elemento decisivo na construção do ideal de unidade do Estado Nacional e da identidade de um povo. Todavia, as línguas são, constitutivamente, heterogêneas, não-unas ou – como explica Guimarães (2005) – *divididas*, vertical e horizontalmente. A divisão vertical, segundo o autor (*ibidem*), e como já vimos antes, produz uma distinção entre registros formais e coloquiais, colocando aqueles em uma posição hierarquicamente superior a estes. A horizontal, por sua vez, produz uma distinção entre as variedades de uma língua – também politicamente hierarquizada –, conferindo um *status* de prestígio a determinados dialetos, e estigmatizando outros. Essas duas dimensões se cruzam, de forma que as divisões horizontais são afetadas pelas verticais. Determinados dialetos passam, assim, a ser vistos como errados.

Se tomarmos, especificamente, o Brasil observamos que, embora diferentes línguas maternas sejam praticadas nesse espaço de enunciação – dentre elas, línguas indígenas, africanas, de imigração, bem como as diferentes divisões internas do português brasileiro –, constrói-se um imaginário de monolingüismo. O português é, assim, significado não apenas como a língua nacional do Brasil, mas também

como a língua materna de todos os brasileiros, de forma que dialetos não prestigiados do português são identificados como errados, e outras línguas como exóticas, primitivas, ou, ainda, como línguas de identidades locais – e não como línguas da nação, do povo brasileiro (Guimarães, 2005.).

Dessa forma, o contato de línguas não está reduzido a seus aspectos empíricos, pois se trata de uma relação política que não deve ser considerada como algo externo às línguas.

A problemática do contato de línguas é constitutivo do conceito de Espaço de Enunciação. As línguas que o constituem estão sempre em relação e devido à desigualdade dessas línguas ao serem distribuídas para seus falantes elas não são iguais. Elas são organizadas em função da língua nacional, o português, no caso do espaço enunciativo de Friburgo.

Desse modo, no caso que estamos analisando, temos o português como a língua (nacional) que organiza a distribuição das demais línguas, e o alemão, que embora seja tomado como uma outra língua nacional, numa relação global das línguas, funciona como mais uma língua a ser regulada pela presença do português, no caso do espaço de enunciação de Friburgo.

Embora não tenhamos focado essa mudança como problema da tese, o português falado em Friburgo é uma nova divisão do português do

Brasil, que já estava dividido em suas divisões regionais, por estar em relação com o alemão. O mesmo ocorreu com o alemão que, na relação com o português, formou um alemão diferente, como vimos no capítulo 4.

Pelas escolhas analíticas feitas é possível reconhecer que, seja pela interferência lexical do português no alemão, seja pela ordenação verbal específica desse alemão, construímos uma realidade própria da existência do alemão no/do Brasil.

A questão não é a designação de um referente novo (que não existe em alemão), como é o caso de “caipirinha”. A interferência desse nome português no alemão é próprio desse alemão que se constitui na relação das duas línguas.

Por isso, o que tratamos aqui não é um problema de (mau) aprendizado de segunda língua (de uma língua-alvo), mas uma relação política de línguas, em que temos uma língua nacional que organiza o espaço, o português; e uma língua de imigrante, o alemão,¹³ convivendo num mesmo espaço. Embora seja o português a língua que identifica seus falantes como fazendo parte do espaço brasileiro, é a relação com a língua alemã que dá a especificidade ao espaço enunciativo de Friburgo. A relação das duas línguas se deu (e se dá) em condições históricas específicas em que falar ou não (em razão da interdição) o

¹³ Para efeito de análise, estamos considerando somente a presença do alemão e do português no espaço de enunciação de Friburgo.

alemão, e um certo tipo de alemão, constitui e identifica socialmente seus falantes.

A construção do sintagma nominal em alemão aos moldes do português corrobora o embate das línguas e aponta a questão lexical não como uma relação de língua e coisa, mas um modo específico de construção do referente numa relação de línguas [dessa relação de línguas de construir seu referente].

Em,

W: Der mein Bruder kann besser erzählen. Er war ein Jahr lang im prisão. [o meu irmão pode contar melhor. Ele ficou um ano na prisão]

Podemos ver o português afetando o alemão, conferindo-lhe uma certa especificidade, já analisada anteriormente, mas que retomo aqui brevemente para dar visibilidade ao problema.

O sintagma nominal construído em alemão [der mein Bruder] foi feito aos moldes de um sintagma nominal brasileiro com a presença de um determinante, um pronome possessivo e o nome. Em alemão, não é possível esse tipo de articulação. O SN é feito pela presença de um determinante mais nome **ou** um possessivo mais nome “der Bruder” [o irmão] ou “mein Bruder” [meu irmão].

Trata-se, quanto ao alemão falado em Friburgo, de uma outra língua. A especificidade desse alemão o distancia daquele alemão falado na

Alemanha e o define como uma língua que funciona dentro do espaço enunciativo brasileiro, mais especificamente, o de Friburgo. A relação com o português “estrutura” este alemão. Na relação de línguas, o alemão e português se afetaram se dividindo em outras línguas e afetando assim a constituição do espaço de enunciação por uma outra distribuição das línguas para seus falantes.

Trazemos desse modo a questão semântica também como um problema de contato de línguas, e não simplesmente uma questão referencial ou de tradução. As interferências lexicais nos permitem falar do funcionamento dessa relação de línguas. Em alguns dos dados analisados, a inserção de um vocábulo reformula o enunciado, levando consigo também o funcionamento da estrutura do português.

Tomando a análise dos dados como base, é possível dizer que o alemão, na relação com o português falado em Friburgo é materialmente outro. Isto é, há um outro modo de dizer, outras formas que são atribuídas a seus falantes. O alemão modificou-se.

Num funcionamento que se caracteriza pela constante relação de línguas, elas são divididas e se tornam outras, a mudança é constitutiva da língua.

Embora tenhamos como observar que o alemão é materialmente uma língua distinta do alemão falado na Alemanha, ele ainda é o mesmo, pelo menos no que diz respeito ao modo de designá-lo.

A mudança não se define somente pela formação de uma nova língua, embora, muitas vezes, seja o produto do contato de línguas que se reconheça como mudança.

A língua muda e isso faz parte de sua história conforme Mattoso Câmara (1956). O que nos interessa é entender o que é essa mudança.

Inicialmente ela se configurou como alterações na língua ao longo do tempo, resultado de desequilíbrios no sistema. Quando passou a se considerar que a língua mudava por razões externas a ela, o contato de línguas passou a ser o desencadeador de mudanças.

Contudo, vale ressaltar que já nessa época a questão de um produto da mudança não era tratado, pois não houve desde à época da formação das línguas românicas a partir do latim. A relação de língua/nação prevaleceu frente às teorizações sobre a mudança.

A organização política organizou relações de línguas e impede que se possa considerar línguas novas formadas pelo contato de línguas. O conceito de mudança apresentado pela lingüística histórico-comparada em que se buscava o parentesco entre as línguas para descobrir a partir de onde ela tinham se formado, ou seja, o produto das mudanças sofridas já não é o mesmo que estudamos hoje.

A perspectiva variacionista apresenta a mudança como um produto, não com a formação de uma nova língua, mas um produto. Ela é

resultado de um suposto embate entre as variações de uma língua. Explico. Num contato entre línguas ou mesmo dialetos, a relação entre eles propicia uma modificação do que se apresentava no início. Em geral essas alterações são direcionadas pelo valor social que o dialeto ou língua apresente. Durante um período essas variantes convivem na língua até que a variante mais forte socialmente “vença a luta” e a língua, enfim, mude.

Embora não tenhamos aqui uma nova língua formada, a mudança é o resultado de um processo. Ela não é o processo. Isto é, na relação variação/mudança estudada pela sociolingüística, as variações são estágios de “pré-mudança”.

Dentro da perspectiva da semântica do acontecimento, concebemos a mudança não como um resultado ou um produto, mas como o processo.

As divisões de língua que se formam a partir da relação das línguas não estão determinadas (de um modo predicativo) pela noção de mudança. Isto é, a divisão da língua não é um estágio anterior à mudança (definitiva), mas a mudança em si. As divisões da língua fazem da língua algo diferente do que ela era. São as divisões, os novos modos de dizer, que constituem a mudança.

Desse ponto de vista, não é necessário esperar a estabilização de um resultado desse embate de línguas, é o processo de dividir a língua em

outra que constitui a mudança. Contudo, o que impede que o alemão de Friburgo, que é materialmente diferente do alemão, forme, enfim, uma nova língua ou seja considerado como tal?

A questão levantada acerca da formação das línguas nacionais no início desse capítulo nos traz algumas elucidações a respeito da mudança. A ligação da formação da lingüística como ciência à formação dos Estados nacionais repercute ainda hoje no modo de problematizar as questões lingüísticas.

Para Peter Auer é pela relação das línguas na interação entre os falantes que propicia a formação de uma língua. Segundo seus trabalhos, a existência da língua enquanto um sistema autônomo, que é resultado da ideologia nacionalista do período em que a lingüística se formou dificulta os estudos de mistura de línguas, pois impede que se analise o code-switching sem estar afetado pelas limitações de definir quais são as línguas envolvidas e como elas foram afetadas no contato.

Embora trabalhem com perspectivas teóricas muito distintas, como apresentado nos capítulos 1 e 2, Guimarães e Auer, têm um ponto em comum, a relação de línguas como parte do funcionamento delas.

A especificidade do conceito de espaço de enunciação nos permite pensar a língua nessa relação constante com as demais línguas que constituem esse espaço. E essa possibilidade de considerar um devir

constante das línguas possibilita que a mudança seja tomada como um processo.

Inseridos, contudo, numa sociedade regulada por uma distribuição de Estados cada qual com sua língua nacional, o processo da mudança fica “aprisionado” às línguas imaginárias (Orlandi e Souza, 1998), e às relações delas com os falantes que as falam. E assim não se dá conta da mudança da língua fluida (idem).

Faz parte do espaço de enunciação a atribuição das línguas a seus falantes. Atribuição esta que constitui o processo de identificação social desses. Ou seja, as divisões da língua determinam os falantes socialmente e os identificam como falantes de uma língua nacional.

Falar alemão em Friburgo traz conseqüências para a identidade desse bairro e principalmente de seus falantes. Seguindo Orlandi, podemos dizer que presos à língua imaginária e a seus significados, os falantes se identificavam como alemães. E como afirma Guimarães (2005: 11):

“(...) as identidades são elas também históricas e não podem ser reduzidas a uma marca de origem que deve ser mantida necessariamente para sempre.”,

Por isso essa identidade alemã, assim como a língua, foi afetada e refeita pela presença do português.

Assim como a língua não se mantém estanque, na relação com outras línguas, o mesmo se pode dizer sobre as identidades que são construídas pelas condições histórico-sociais do espaço no qual os falantes se constituem enquanto tal.

A designação do alemão de Friburgo ainda como alemão apreende essa língua como aquela que permite identificar seus falantes não como alemães, mas como “brasileiro com ressalva” conforme se definia os falantes de línguas estrangeiras na Constituição de 1934, um brasileiro-alemão.

A figura do falante também é fator decisivo no aprisionamento da língua nesse eterno presente do nome da língua. Não podemos esquecer que o espaço de enunciação é habitado por línguas e falantes e configura-se pelo modo como são tomados pela língua e a determinam dividindo-a em distintos modos de dizer. Por isso, o modo como as línguas identificam seus falantes, as aprisiona nessa identificação.

Conclusão

A circulação de tantas línguas funcionando no Brasil permitiu a essa tese analisar o contato de duas línguas, o alemão e o português que estão em relação devido à história multilíngüe do Brasil.

A relação constante entre as línguas nos propiciou um trabalho que objetivava entender como o contato de línguas afeta o funcionamento delas.

Desse modo, passamos a olhar a mudança que trouxe, a partir do trabalho do lingüista alemão Hugo Schuchardt, o problema do contato de línguas para analisar a mudança de línguas não mais como resultado de um desequilíbrio interno do sistema, mas que ocorre em virtude de algo que está fora da língua.

A mudança lingüística na história da língua é incontestável, a questão que se colocava para mim era entender o que era a mudança das línguas e como isso afeta o funcionamento político delas, pois o caráter multilíngüe do Brasil, como já afirmamos anteriormente, trouxe para a discussão mudanças que se davam não por relações de parentesco, uma vez que a história do Brasil tornou-o um mosaico de línguas que, comumente, não tinham entre si relação de parentesco, mas estavam todas ligadas por um relação com o português, enquanto a língua nacional e oficial do país.

Desse modo, essa relação de línguas tão específica do espaço de enunciação brasileiro possibilita pensar a mudança dentro de uma perspectiva particular, a da semântica do acontecimento, para a qual a relação de línguas não se dá por uma circunstância específica de biliguismo, mas é parte do funcionamento das línguas. Assim, além da mudança é possível refletir também sobre o funcionamento político das línguas, tendo em vista o lugar social de cada uma delas no espaço de enunciação, pois o português é a língua nacional (e oficial), e as demais, línguas que, ao lado da língua nacional, também determinam a identidade social dos falantes que as falam.

A fim de respondermos a essas questões que mobilizam essa tese, tomei um espaço de enunciação particular, o espaço de Friburgo, bairro de descendentes de alemães localizados na divisa de Campinas com Indaiatuba.

Sendo um bairro muito antigo, ele foi afetado pelas regulamentações sobre a circulação de línguas estrangeiras feitas pelo governo, à época do Estado Novo. Durante o mesmo período explodia na Europa a II Guerra Mundial que tinha como inimigo declarado os países do Eixo: Itália, Alemanha e Japão.

Na tentativa de restringir a presença dos inimigos de guerra no Brasil, decretos foram formulados, generalizando a preocupação com italianos, alemães e japoneses para todos os estrangeiros.

Ao analisar tais regulamentações, foi possível entender o modo como os falantes de alemão (assim como os das demais línguas proibidas) estavam determinados por suas línguas. Era objetivo do governo nacionalizar não os estrangeiros, mas os brasileiros com ressalvas, isto é, os falantes de alemão, no nosso caso. Aqueles que determinados também por uma outra língua não eram identificados como brasileiros.

Esse modo de identificação do falante pela língua, ou pelas línguas que fala, no caso o alemão e o português, nos permitiu ter a visibilidade da relação entre as línguas também na determinação dos falantes. Ou seja, eles não eram somente brasileiros, nem somente alemães, mas um tipo de brasileiro: um “brasileiro descendente de estrangeiro”.

Essa relação que marcou os falantes afetava também o funcionamento das línguas. De nossa perspectiva, a relação das línguas faz parte do funcionamento destas. Nesse sentido não tomo a interferências de línguas como interferências de sistemas estanques, mas de relações de línguas que se refazem, e por isso, mudam por essa relação.

Ressalto aqui a importância de diferenciar o contato de línguas da relação de línguas. A relação de línguas, condicionada a uma situação de bilingüismo, regulava as relações por fatores externos à língua, como força política e cultural dos povos envolvidos no contato. O contato de línguas era resultado de um contexto ocasional. Para mim, pela da semântica do acontecimento, a relação das línguas faz parte de seu funcionamento.

O que temos é uma relação de línguas que constitui o espaço de enunciação e determina os falantes. Não temos interferências de uma língua sobre outra, mas uma relação de línguas que as afetam e as alteram, dividindo-as e refazendo-as por essa relação (Guimarães, 2002).

Como pudemos ver no capítulo 4, a construção do sintagma nominal em alemão se dá conforme a sintaxe brasileira, com um artigo determinando o pronome possessivo e o nome, *der mein Vater* (o meu pai). Características estruturais de uma língua que a história interna da língua aponta para o desaparecimento destas, dificilmente teriam chance de propagação.

Na análise que faço do sintagma nominal no alemão, é possível ver que, na relação com o alemão, o sintagma nominal alemão é construído aos moldes da sintaxe brasileira, ou seja, o sintagma se constrói pela

forma marcada, com a determinação do pronome possessivo pelo artigo: *der mein Vater* [o meu pai].

Os dados apontam que o sintagma nominal construído aos moldes da sintaxe brasileira resistiu à relação com o alemão e se manteve na enunciação dos falantes na forma marcada.

Essa construção do sintagma nominal nos permite olhar para as línguas desse espaço de enunciação não como estruturas fechadas que sofrem a interferência de um outro sistema, mas como línguas que no seu funcionamento se constituem na relação com outras. Se não olharmos para as línguas como sistemas fechados, em que medida é possível falar de um produto do contato (da soma) de línguas?

O falante na sua relação com mais de uma língua ao enunciar se vê tomado por elas, não cada qual com uma identidade e lugar social definido, mas como algo que se constrói ao falar.

Mas em que medida se reconhece essa mudança? Tendo em vista que a língua continua com o mesmo nome, alemão, e seus falantes ainda se identificam como falantes de alemão?

No caminho percorrido por essa tese, foi possível constatar que a noção de mudança estava, na história da lingüística, associada a um novo produto obtido. Só reconhecemos a mudança se houver a formação de uma nova língua?

Para nós, reconhecemos a mudança como parte do funcionamento da língua. As divisões são mudanças da língua. Ela se modifica e se torna materialmente diferente, contudo ainda é a mesma dentro do presente (eterno) da designação.

Por muitos anos, a lingüística se pautou pelo conceito de mudança construído pela lingüística histórico-comparada, formulado no período em que novas línguas, como as línguas românicas, por exemplo, se formaram a partir do latim vulgar. Mas se desde então não houve mais a formação de uma nova língua, não tivemos mais mudança?¹⁴

A história da(s) língua(s), advogada por Mattoso (1956), nos mostra que isso não é verdade. O alemão de Friburgo não é o mesmo falado na Alemanha. As línguas mudaram e mudam. É preciso, contudo, que se reconheça que o sentido de mudança é outro. Nosso trabalho nos levou a pensar a mudança enquanto processo.

Todas as divisões que a língua sofre na relação delas com as demais que configuram um espaço de enunciação não se constituem, simplesmente, como um processo gradual até atingir a mudança. Estas divisões são mudanças.

¹⁴ Pelo que colocamos no capítulo 2, podemos lembrar que para Orlandi (2007) há a formação de novas línguas.

Bibliografia:

- AUER, P. "Why bilingual talk is (still) a challenge for linguistics" In Mônica Heller (org.) *Bilingualism: a social approach*. New York: Palgrave Macmillian, 2007.
- _____. "Introduction. Bilingual Conversation Revisited." In Auer, P.(orgs.) *Code-Switching in Conversation. Language, interaction and identity*. London, Routledge, 1995
- ALKIMIN, T. & TARALLO, F. *Falares Crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- Braune, W. und Eggers, H. *Althochdeutsche Grammatik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987.
- BYNON, T. (1977) *Lingüística Histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 1981.
- CAMPBELL, L. *Historical Linguistics: an Introduction*, Cambrigde: Mass, 2000.
- CAMPOS, V.S. "A participação alemã na formação e desenvolvimento do Brasil". *Anais do terceiro simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1978.
- CARNEIRO, J. F. – *Imigração e Colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, Univ. do Brasil, 1950.
- COSERIU, E. (1921) *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. São Paulo: Presença. Editora da Usp, 1979.
- _____. *Sincronia, Diacronia e História: O Problema da Mudança Lingüística*. Rio de Janeiro-São Paulo: Presença-USP, 1979.
- COUTO, H.H. *Introdução aos Estudos das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Ed. UnB, 1996.

- _____ “Hipótese da relixificação na gênese dos crioulos e pidgins”
Revista da ABRALIN, vol.1, no.1, pág. 221-250, julho 2002.
- DELEUZE, (1969) G. *A lógica dos Sentidos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- DIAS, J. “Língua e poder: transcrevendo a questão nacional” In Mana. Estudos de Antropologia Social, vol. 8, no.1. Rio de Janeiro, 2002.
- FARACO, C. *Linguística histórica. Uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo. Parábola, 1991.
- GALVES, C. M. C. *A sintaxe do português brasileiro. Ensaio de Linguística*, Belo Horizonte, v. 13, p. 31-50, 1987
- GERALDO, E. *O perigo alienígena: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930 – 1945)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2007.
- GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes, 1987
- _____ *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002
- _____ “Domínio Semântico de Determinação” in Eduardo Guimarães, e Maria Molicca (orgs.) *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes, 2008.
- _____ *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas: MEC/CEFIEL/UNICAMP, 2005
- _____. *Empréstimos ou Estrangeirismos. Fronteiras Discursivas: Espaço de Significação entre a Linguagem, a História e a Cultura*. Campinas: Pontes, 2007,
- _____ “Espaço de Enunciação e Política de Línguas no Brasil” In Sheila Elias de Oliveira e Josalba Fabiana dos Santos (orgs.) *Mosaico de Linguagens*. Campinas: Pontes, 2006.

- GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E. Formação de um espaço de produção lingüística. A gramática no Brasil. In: Eduardo Guimarães. (Org.). Historia das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico. Campinas, 2001
- HYMES, D. Foundations in Sociolinguistics: an Ethnographic Approach, Philadelphia: University Pennsylvania, 1981.
- HOBBSAWN, E. *Nações e Nacionalismo desde 1789*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JAKBSON, R. *Essais de Linguistique Generale*. Paris: Minuit, 1963.
- KAUFMAN, T. e THOMANSON, S.G. Language contact, creolization and genetic linguistics. Los Angeles: University of California Press, 1988
- KRISTEVA, J. (1969) *História da Linguagem*. São Paulo: Edições 70, 1980.
- LABOV, W. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1972
- LEFEBVRE, Claire. 1998. *Creole Genesis and the Acquisition of Grammar: the case of Haitian creole*. Cambridge. Cambridge University Press.
- LIGHTFOOT, D. *The Development of Language. Acquisition, Change and Evolution*. Blackwell Publishers (1999).
- MAGALHAES, M. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998
- MARIANI, B. *Colonização Lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MARTINET, A. *Economie des Changements Linguistique*. Berne: A. Francke, 1955.

- MATTOSO CÂMARA JR, J. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.
- _____. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.
- MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Generale*. Paris: C. Klincksieck, 1938.
- MOTTA, M. S. “*Aspectos da colonização portuguesa em África vistos em Imprensa diária portuense :1888-1897*” In *Africana*. La Rioja. Universidad de La Rioja, no.9 1999.
- OBERACKER Jr, C.H. - *A contribuição teuta à formação da Nação brasileira*, Presença, Rio de Janeiro, 1955.
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/Ed. Da Unicamp, 1990.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. “*Ética e Política Lingüística*” In *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 1. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2000
- _____. “*L’ordre des mots ET l’hyperlangue brésilienne.*” No prelo, 2007
- PAGOTTO, E. *Variação e (´) Identidade*. Maceió: Ed. UFAL, 2004.
- PAIXÃO DE SOUZA, M. C “*Lingüística Histórica*” In Claudia Pfeiffer e José Horta Nunes (orgs.) *Introdução às Ciências da Linguagem. Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.
- PAUL, H. *Princípios Fundamentais da História da língua*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966
- PAYER, M.O. *Memória da Língua: Imigração e Nacionalidade*. Tese Unicamp, 1999.

- PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- RANCIÈRE, J. “O dissenso” In Adauto Novaes (org.) *A crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- RINKE, S. “*Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): Nova emigração e mudança de identidades*”. (39-48) In Espaço Plural, no.19, PR: Unioste, 2008
- SAID ALI, M. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1971.
- SAPIR, E. (1921) *A Linguagem. Introdução ao Estudo da Fala*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971
- SAUSSURE, F. (1916) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SCHUCHARDT, H. (1884) *Slavo-deutsches und Slavo-italienisches*. Graz: Leuschner & Lubensky, 1954.
- _____ (1885) Über die Lautgesetze: Gegen die Junggrammatiker. In In VENNEMANN, T. e WILBUR, T.H.: *Schuchardt the Neogrammarians, and the Transformational Theory of Phonological Change: four essays*. Frankfurt: Athenöum, 1972
- SCHUMM, G *Um estudo enunciativo uma política de Línguas: Uma identidade misturada*. Mestrado Unicamp, 2004
- PAIXÃO DE SOUZA, M. C “Lingüística Histórica” In Claudia Pfeiffer e José Horta Nunes (orgs.) *Introdução às Ciências da Linguagem. Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

- PECHEUX, M. (1981) "Formação das línguas nacionais" In Gadet, F. e Pêcheux, M. (orgs) *A Língua Inatingível. O Discurso na História da Lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- PERINI, M. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.
- VENNEMANN, T. (1972) "Hugo Schuchardt's theory of phonological change". In VENNEMANN, T. e WILBUR, T.H.: *Schuchardt the Neogrammarians, and the Transformational Theory of Phonological Change: four essays*. Frankfurt: Athenäum, 1972
- VEYNE, P. (1971) *Como se escreve a história*. Brasília: Ed.UNB, 1998.
- VON SIMSON, O. "Memória e Identidade Sociocultural: Reflexões sobre pesquisa, ética e compromisso" In Brandini Park, M.(org.) *Formação de Educadores*. Campinas: CMU/Mercado de Letras, 2003.
- WEINREICH, U., LABOV, W. e HERZOG, M. (1968) *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006.
- WILBER, T. "Hugo Schuchardt and the Neogrammarians". In VENNEMANN, T. e WILBUR, T.H.: *Schuchardt the Neogrammarians, and the Transformational Theory of Phonological Change: four essays*. Frankfurt: Athenäum, 1972